

**UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**QUESTÕES URBANO-AMBIENTAIS ENTRE ESTADO E
SOCIEDADE INTERMEDIADAS PELA MÍDIA NA GRANDE
TERRA VERMELHA, VILA VELHA-ES: ‘QUAL É A BRONCA?’.**

DÉBORA ROSA STEIN

**VILA VELHA
ABRIL / 2017**

UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**QUESTÕES URBANO-AMBIENTAIS ENTRE ESTADO E
SOCIEDADE INTERMEDIADAS PELA MÍDIA NA GRANDE
TERRA VERMELHA, VILA VELHA-ES: ‘QUAL É A BRONCA?’.**

Dissertação apresentada a
Universidade Vila Velha, como
pré-requisito do Programa de
Pós-graduação em Sociologia
Política, para a obtenção do
grau de Mestra em Sociologia
Política

DÉBORA ROSA STEIN

VILA VELHA
ABRIL / 2017

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

S819q Stein, Débora Rosa.
Questões urbano-ambientais entre Estado e sociedade intermediadas pela mídia na Grande Terra Vermelha, Vila Velha-ES: 'Qual é a Bronca?'. / Débora Rosa Stein. – 2017. 135 f.: il.

Orientador: Augusto Cesar Salomão Mozine.

Dissertação (mestrado em Sociologia Política) - Universidade Vila Velha, 2017.
Inclui bibliografias.

1. Sociologia política. 2. Opinião pública. 3. Ecologia urbana. I. Mozine, Augusto Cesar Salomão. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 306.2

DÉBORA ROSA STEIN

QUESTÕES URBANO-AMBIENTAIS ENTRE ESTADO E SOCIEDADE
INTERMEDIADAS PELA MÍDIA NA GRANDE TERRA VERMELHA,
VILA VELHA-ES: "QUAL É A BRONCA?"

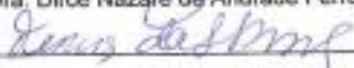
Dissertação apresentada à Universidade
Vila Velha, como pré-requisito do
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política, para obtenção do
grau de Mestra em Sociologia Política.

Aprovada em 28 de abril de 2017.


Banca Examinadora:



Profa. Dra. Dirce Nazare de Andrade Ferreira (UFES)



Profa. Dra. Teresa Cristina da Silva Rosa (UVV)



Prof. Dr. Augusto Cesar Salomão Mozine (UVV)
Orientador

DEDICATÓRIA

A minha mãe Moema Rosa Stein, muito amada e querida, responsável pela
minha infraestrutura e pelos meus sonhos.

A memória do meu pai Valter José Stein, homem de coração maravilhoso e
generoso.

Ao meu amor Hudson Rodrigues dos Santos, por não ter desistido de mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus todos os dias pela minha vida e por ter me dado a oportunidade de estar viva para honrar seus milagres.

Aos meus pais, Valter José Stein e Moema Rosa Stein por me ter dado a oportunidade da vida e nesse viver sempre me apoiaram, sempre estiveram perto de mim. Mesmo não presente em carne, mas sempre em espírito, meu pai que saudades, seu sorriso me acompanha. Minha mãe, uma mulher que não mede esforços para nos dar oportunidades na vida. Sempre digna em sua vida. Meu orgulho, minha força. Como amo vocês.

Ao meu marido, meu esposo, meu companheiro, Hudson Rodrigues dos Santos, aturando meu estresse, sempre ao meu lado me apoiando, me incentivando. Te amo.

As minhas irmãs Valéria, Mariana, Isaura e Raquel meu eterno amor.

Aos meus familiares que acreditaram em mim, meu carinho e amor.

Ao meu orientador, Augusto Mazine, que acreditou na minha proposta de pesquisa e sempre me deixou a vontade para conduzir meu trabalho. Obrigada.

Meus sinceros agradecimentos às professoras Teresa da Silva Rosa e Dirce Nazaré de Andrade Ferreira por aceitarem o convite em participar da banca e colaborarem ricamente nesse momento com seus conhecimentos.

Agradeço em nome da professora Teresa da Silva Rosa e Maria da Penha Smarzaró Siqueira o corpo docente do mestrado de Sociologia Política pelo afeto e pela contribuição preciosa.

Agradeço a nossa queridíssima Andrea Sarmiento, pelo apoio na secretaria do mestrado.

Agradeço imensamente ao amigo e jornalista Filipe Chicarino, pelas informações necessárias que enriqueceu este trabalho. E em seu nome, quero agradecer a Rede Tribuna de Televisão por ter cedido todo o material do documentário para que a pesquisa fosse realizada.

Agradeço a aluna e eterna amiga, Edilamar Fogos de Deus, por ter despendido seu precioso tempo para me ajudar nas pesquisas, nas fotografias e filmagens do documentário.

Agradeço imensamente as pessoas que me cederam suas horas de descanso para enriquecer meu trabalho com filmagens, fotografias, entrevistas: Fabricio, Marcos, Iracema, Martha, Maria da Penha, Eunice, Antônio, D. Penha, D. Maria, Josmarly, Graça, Abio, que voluntariamente participaram para que o trabalho ficasse rico de informações, rico de sabedorias.

A amiga e colega de trabalho Cletiany de Martin pela imensa ajuda na formatação. Sem ela, não conseguiria colocar nos padrões corretos.

Aos eternos amigos, Wagner Braga, Daniela Ceruti, Alexandra Aragão e Francisca Kátia, por acreditarem no meu trabalho.

A Universidade de Vila Velha pela oportunidade.

Enfim, a todos e todas que direta e indiretamente ajudaram para que meu sonho se tornasse realidade de uma forma tão simples e rica de conhecimento, de sabedoria, de vivência e percepção do outro sob um novo olhar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa de limite dos bairros da Região 5, Grande Terra Vermelha.....	8
Figura 2 - Mapa das Macrorregiões Administrativas do Estado do Espírito Santo	29
Figura 3 - Microrregiões Administrativas do Estado do Espírito Santo	30
Figura 4 - Mapa destacando os bairros a serem estudados.....	45
Figura 5 - Mapa de delimitação com os nomes dos bairros.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Lista de problemas televisionados no ano de 2015 – quadro ‘Qual é a Bronca?’ no município de Vila Velha-ES.....	6
Tabela 2 - Metrópoles e regiões metropolitanas brasileiras.....	26
Tabela 3 - Região Metropolitana da Grande Vitória – Percentual de aumento número de habitantes conforme Censo IBGE ano de 2015.....	31
Tabela 4 - Existência de problemas urbano-ambiental entre Vitória e Vila Velha, ES.....	38
Tabela 5 - Informações gerais município de Vila Velha -ES.....	40
Tabela 6 - Lista dos bairros situados na Região A.....	43
Tabela 7 - Lista dos bairros da Região B.....	44

LISTA DE FOTOS

Foto 1 Bairro Morada da Barra – rua sem pavimentação e sem calçamento.....	59
Foto 2 - Placa de conclusão de drenagem e pavimentação – Bairro Barramares	60
Foto 3 Bairro João Goulart.....	60
Foto 4 Rua dividindo os bairros João Goulart e Barramares.....	61
Foto 5 Valão que circunda o bairro Barramares.....	65
Foto 6 - Rua Rio de Janeiro. Bairro Morada da Barra	66
Foto 7 - Quintal da morada Eunice. Bairro Barramares.....	66
Foto 8 - Esgoto vazando da casa de um morador e sendo jogado na rua	80
Foto 9 - Esgoto formando no meio da rua,	80
Foto 10 - Valetas cobertas pelo mato em decorrência das Fotos 8 e 9.....	81
Foto 11 - Quintal da casa da moradora Eunice.....	95
Foto 12 - Quintal da moradora Eunice – porta de entrada da casa.....	96
Foto 13– Rua Rio de Janeiro – bairro Morada da Barra.....	97
Foto 14– Rua bairro João Goulart.....	97
Foto 15 - Avenida Daniela Perez	102
Foto 16 – Avenida São Pedro	103
Foto 17– Avenida São Paulo	104
Foto 18 - Rua Rio de Janeiro – bairro Morada da Barra.....	105
Foto 19 - Rua Longitude – Bairro Barramares	106
Foto 20 - Manilhas jogadas em terrenos baldios, coberta por matos e esgoto das casas sendo jorrado na rua.....	108

Foto 21 Placa de conclusão da obra bairro Barramares – pela Prefeitura Municipal de Vila Velha.....	110
Foto 22 – Rua Getúlio Vargas que recebeu a conclusão da obra	111
Foto 23 - Vista total da Rua Getúlio Vargas	111

GRAFICO

Gráfico 1 - Participação da RMGV na população, no PIB e na renda do Estado do Espírito Santo.....	37
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEVILA – Associação dos Empresários de Vila Velha

ART – Artigo

BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

CF – Constituição Federal

CGC – Comissão de Governança Global

CODES – Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo

COHAB/ES – Companhia de Habitação do Espírito Santo

COMDEVIT – Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória

CR – Constituição da República

DOU – Diário Oficial da União

EMCATUR – Empresa Capixaba de Turismo

ES – Espírito Santo

FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IJSN – Instituto Jones Santos Neves

INOCOOP/ES – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Espírito Santo

OP – Orçamento Participativo

PDSVV – Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha

PIB – Produto Interno Bruto

PMVV – Prefeitura Municipal de Vila Velha

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PT – Partido dos Trabalhadores

RGTV – Região da Grande Terra Vermelha

RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória

TN – Tribuna Notícias

TV – Televisão

RESUMO

STEIN, Débora Rosa. M.Sc., Universidade Vila Velha - ES, Abril de 2017.
Questões urbano-ambientais entre Estado e Sociedade intermediadas pela mídia na Grande Terra Vermelha, Vila Velha-ES: ‘Qual é a Bronca?’.

Orientador: Augusto Cesar Salomão Mazine.

Na sociedade moderna os meios de comunicação funcionam como mecanismo de intermediação entre as instituições políticas, atores políticos e cidadãos fonte de informações políticas e instrumento de pressão da opinião pública. Nesse sentido, o estudo aqui apresentado, visa refletir o papel da mídia televisiva como uma “peça” na intermediação entre sociedade e Estado referente às relações de denúncias aos problemas inerentes a questões urbano-ambientais feitos pela população ao quadro do programa televisivo ‘Qual é a Bronca?’, da Rede Tribuna de Televisão.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Urbano Ambiental. Mídia. Participação Popular. Região Metropolitana.

ABSTRACT

STEIN, Débora Rosa. M.Sc. University of Vila Velha – ES, April de 2017.
Urban-environmental issues between State and Society mediated by the Great Red Earth, Vila Velha-ES: 'What is the Bronca?'.

Advisor: Augusto Cesar Salomão Mozine.

In modern society, the media function as a mechanism for intermediation between political institutions, political actors and citizens as a source of political information and an instrument of public pressure. In this sense, the study presented here aims to reflect the role of television media as a "play" in the intermediation between society and State regarding the reporting of the problems inherent to urban-environmental issues made by the population to the framework of the television program 'What is the Bronca?', of the Tribuna Television Network.

Keywords: Public Policies. Urban Environmental. Media. Popular Participation. Metropolitan Region.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: O URBANO: A REGIÃO DA GRANDE TERRA VERMELHA NO CONTEXTO METROPOLITANO	15
1.1 O processo de urbanização e a mudança nas cidades	15
1.2 A urbanização brasileira e a criação das regiões metropolitanas....	21
1.3 O Espírito Santo e a formação da Região Metropolitana da Grande Vitória.....	28
1.4 Caracterização Demográfica da Região da Grande Terra Vermelha	42
1.4.1 Características Demográficas:.....	42
CAPÍTULO 2 - GOVERNANÇA, O URBANO-AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	49
2.1 Governança	49
2.2 A reforma urbana de políticas públicas ocorrida na gestão pública brasileira nas cidades e a participação popular nas questões urbano-ambientais	52
2.2.1 O orçamento participativo como políticas públicas de governança urbana no município de Vila Velha - ES	54
2.3 O Urbano-ambiental.....	62
CAPÍTULO 3 - MÍDIA, POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR	69
3.1 Significado da mídia no processo de comunicação	70
3.1.1 Comunicação.....	71
3.1.2 Mídia	72
3.2 A mídia televisiva como um meio de comunicação de massa	74
3.2.1 A história da televisão no Brasil.....	74

3.2.2 A trajetória da televisão capixaba.....	76
3.2.3 A importância da aproximação do telejornalismo com o cotidiano das pessoas.....	77
3.2.4 Jornalismo e Telejornalismo Popular.....	81
CAPÍTULO 4 - MÍDIA E POLÍTICA NA REGIÃO DA GRANDE TERRA VERMELHA	84
4.1 Formação histórica da Região da Grande Terra Vermelha: 1970-2016	84
4.1.1 Aspectos Históricos.....	84
4.1.2 Contextualização da Região da Grande Terra Vermelha: resgate da história e memória da região	88
4.1.3 Contextualização dos bairros Barramares, João Goulart e Morada da Barra.....	93
4.2 O papel da mídia televisiva na intermediação sociedade civil e o poder público	98
4.2.1 Tribuna Notícia Primeira Edição: Quadro ‘Qual é a Bronca?’	99
4.3 Mídia, Política e Cidadania.....	107
4.4 Moradores e Participantes do Quadro: uma visão do urbano-ambiental	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS.....	120
APÊNDICES	128

INTRODUÇÃO

Em um mundo cada vez mais globalizado e dinâmico tanto a sociedade quanto o Estado utilizam os mais variados meios de comunicação - como jornal impresso, site, *Fan Page*, canais em mídias sociais, cartas, jornal televisivo, entre outros - para divulgação da notícia, do cotidiano, tornando, assim, a mídia elemento central na vida humana, seja pública ou privada, conforme Lima (2004). Entretanto, as grandes redes de comunicações de massa fazem uso de aspectos do cotidiano como os de problemas urbanos como forma de pautar o seu noticiário seja por meio de denúncias da população ou de respostas do Estado a essas denúncias.

Assim, compreender, nessa Dissertação, se a mídia televisiva exerce algum tipo de influência no curso das políticas públicas urbano-ambientais nos bairros Barramares, João Goulart e Morada da Barra, situados na Região da Grande Terra Vermelha Vila Velha-ES, após a publicação da matéria no jornal televisivo 'Qual é a Bronca?' da Rede Tribuna de Telecomunicações, e saber por que a população precisa utilizar a mídia televisiva como recurso de intermediação entre sociedade e poder municipal para reivindicar soluções referentes a problemas de infraestrutura urbano-ambientais, como pavimentação, drenagem, ligação de esgoto nas casas já que a responsabilidade pela formulação, pelo desenvolvimento e pela implantação das políticas públicas é do Estado, são questões de estudo para essa pesquisa.

Como os meios de comunicação de massa têm uma variedade de informações e essas informações são apresentadas sem vinculação com seus antecedentes, muitas vezes ocultando-os porque são oferecidas várias formas de escolhas de canais de comunicação atendendo a públicos bastantes distintos, Sartori (2001) salienta que os governos sofrem forte pressão da mídia ficando sobre um controle excessivo da opinião pública. E, a exemplo desses meios de comunicação, temos a televisão que é utilizada como um meio de

comunicação de massa por conseguir transmitir por meio de uma linguagem verbal e não verbal informações que prendem um grande número de telespectadores sem distinção de idade, gênero, credo, raça entre outros. Castells (2015) destaca a televisão como principal meio de comunicação de massa do século XXI e Wright (1991), ao falar em meios de comunicação de massa, afirma que suas mensagens são dirigidas para uma audiência relativamente grande, heterogênea e anônima.

Assim, Wright (1991) classifica alguns meios de comunicação como sendo de massa apenas para diferenciá-los daqueles que são endereçados para indivíduos específicos. Wright (1991) ressalta que quando se trabalha com indivíduos específicos, audiência relativamente anônima, eles são desconhecidos do comunicador. Quando o comunicador trabalha para grupos heterogêneos ele quer dizer que os membros da audiência têm origens diversas sob o ponto de vista de padrões demográficos. E ao falar em grande, ele tenta delimitar o adjetivo definindo como grande uma quantidade de pessoas sobre as quais o comunicador não pode atuar mútua e diretamente sobre cada uma delas.

Percebe-se então que há uma seleção do que noticiar e para quem noticiar e, o público seleciona o que irá consumir em termos de informação, buscando sempre o que lhe será útil, o que irá ao encontro dos seus interesses e dos pontos de vistas. A informação selecionada é aquela mais conveniente para cada situação. E o meio de comunicação de massa pode facilitar esse processo de seleção, fornecendo ao público pistas para o que se busca que, de acordo com Wright (1991), essas pistas podem ser a manchete ou o título de cada matéria, uma foto, uma ilustração, uma legenda, a linguagem audiovisual, as cores, uma palavra chave. Portanto, há diversas formas de se “chamar a atenção” do público, por qualquer que seja a pista, ela tem que ser eficiente, ela tem que ter algum significado para o receptor, pois é o receptor o ponto crucial no processo de seleção dos conteúdos no meio de comunicação de massa, e não a fonte.

E, a pista utilizada nesta Dissertação, é a aproximação da transmissão de imagens e linguagens desde a chamada até a divulgação da matéria do telejornalismo local do quadro 'Qual é a Bronca?' com a comunidade local, dos bairros descritos acima, que Martín-Barbero (1991) destaca como reconhecimento social. Ou seja, o telejornalismo local expressa características peculiares da população em questão, por ter uma ligação direta com o lugar onde as pessoas vivem. Afinal, pessoas participam da matéria desde quando ligam para ser pauta do noticiário até quando dão entrevistas de acordo com Chicarino (2016). E, se o telejornalismo tem como objetivo prestar serviço de utilidade pública, divulgar reportagens de interesses coletivos, o quadro 'Qual é a Bronca?' tem justamente essa finalidade, por meio de uma linguagem popular, como relatado por Chicarino (2016), repórter do quadro.

Sob esse panorama, nosso problema de pesquisa pode ser resumido da seguinte maneira: de que forma a mídia televisiva serve como recurso de intermediação de questões urbano-ambientais entre o Estado e a sociedade em relação à execução das políticas públicas? Pautando-se pela influência da mídia televisiva, onde o público possui oportunidade de se ver retratado na tela da televisão, esse estudo tem como objetivo geral compreender o papel que a mídia televisiva, por meio do programa 'Qual é a Bronca?', estabelece no processo de governança Sociedade-Estado, sob a ótica das questões urbano-ambientais, a partir do discurso dos moradores dos bairros Barramares, Morada da Barra e João Goulart da Região da Grande Terra Vermelha, Vila Velha-ES.

Para essa análise, os objetivos específicos passam por: compreender a governança local dentro de um contexto urbano; identificar de que forma a mídia televisiva por meio da divulgação dos problemas urbanos contribui no estabelecimento de importância de governança ambiental local; analisar o real discurso que está por trás da mídia televisiva enquanto intermediadora de processo de relação Sociedade-Estado.

Para compreender a governança local dentro de um contexto urbano, é discutido no Capítulo 1 a trajetória histórica do processo de urbanização no Brasil e seus desmembramentos como o acelerado crescimento das e nas cidades com a criação das regiões metropolitanas no país. Para exemplificar a criação das regiões metropolitanas essa Dissertação traz a formação da região metropolitana da Grande Vitória no Estado do Espírito Santo com recorte para o município de Vila Velha.

No Capítulo 2 a questão de governança local é discutida à luz dos bairros Morada da Barra, João Goulart e Barramares, que fazem parte do aglomerado da Região da Grande Terra Vermelha, Vila Velha-ES. Na governança local desses bairros é trazido o orçamento participativo como forma de instrumentação de debates entre o cidadão comum e o poder municipal.

Para identificar de que forma a mídia televisiva por meio da divulgação dos problemas urbanos contribui no estabelecimento de importância de governança ambiental local é, discutido, no Capítulo 3, a importância da mídia e a sua relação com a sociedade no intuito de participação e articulação entre sociedade civil e o Estado sob os seguintes aspectos: abordando o papel da mídia televisiva e a sua representação como voz da população; e, analisando a articulação e a interação que a mídia desenvolve entre a população e o poder público municipal.

Ao analisar o real discurso que está por trás da mídia televisiva enquanto intermediadora de processo de relação Sociedade-Estado, no Capítulo 4, é ilustrado, por meio de um estudo de caso, a associação que a população constrói com a mídia televisiva como portadora de sua voz para chegar ao poder público municipal e ter resposta positiva ou negativa de seus anseios e de suas necessidades.

Nesse contexto, foram analisadas 83 matérias televisionadas de janeiro a dezembro do ano de 2015 no quadro do programa 'Qual é a Bronca?' transmitidas pelo Jornal Tribuna Notícias 1ª edição. O programa 'Qual é a

Bronca?’ foi televisionado durante dez anos, no período de 2005 a 2015, de segunda a sexta feira no horário de 12h00min, com matérias produzidas nos bairros após denúncias dos moradores a respeito de problemas de infraestruturas de responsabilidade do poder público. No ano de 2015, os municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, que fazem parte da Região Metropolitana da Grande Vitória, foram destaques neste quadro.

Do total de 83 matérias televisionadas, no quadro do programa ‘Qual é a Bronca?’ o município de Vitória foi o que menos se destacou, com apenas três quadros, totalizando 3,61%. Seguido pelo município de Viana com oito reportagens, totalizando 9,63%; Em seguida, o município de Vila Velha com catorze reportagens, totalizando 16,86%; No município de Serra vinte e duas matérias foram televisionadas equivalendo 26,5% do total e o município de Cariacica foi o destaque de matérias televisionadas com trinta e seis matérias, totalizando assim um percentual de 43,4%.

A escolha de estudo pelo município de Vila Velha com recorte na região da Grande Terra Vermelha se deu, por conta, da facilidade de acesso à região por meio dos moradores-alunos do curso técnico de administração do Centro Estadual de Educação Técnica Vasco Coutinho, o qual leciono, situado no Centro de Vila Velha e está aproximadamente a 15 quilômetros de distância do local da pesquisa.

Após análise das vídeo-reportagens os destaques das reclamações dos moradores de Vila Velha no quadro do programa ‘Qual é a Bronca?’ de acordo com a tabela 1 foram: falta de saneamento básico, falta de limpeza urbana na rede de esgoto, esgoto a céu aberto, ruas sem pavimentação e com lamas, e esgotos escoando das casas para as vias públicas.

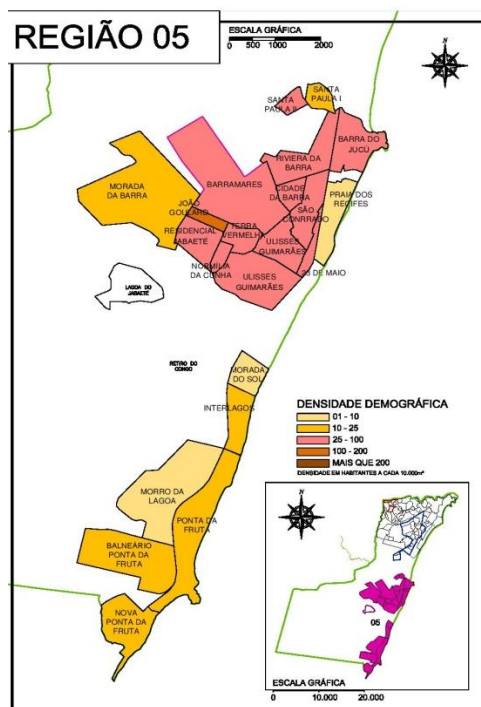
Tabela 1- Lista de problemas televisionados no ano de 2015 – quadro ‘Qual é a Bronca?’ no município de Vila Velha-ES

DATA	BAIRRO	PROBLEMA
24/02/15	Ponta da Fruta	Erosão causada pelo mar. Estrago nas calçadas, castanheiras derrubadas pelo mar.
20/03/15	Aribiri	Valão a céu aberto entre as ruas São Paulo e D. Pedro I. O valão está assoreado prejudicando o escoamento da água.
02/05/15	Barramares	Av. Daniela Perez: lama, buraco, casas sem saneamento básico, esgoto a céu aberto. Quando chove a água “podre” se mistura com a água da chuva; quando faz sol, o mau cheiro toma conta do lugar.
13/05/15	Darly santos	Água e lama nas ruas por conta das chuvas; não tem saneamento básico; as fossas são a céu aberto.
11/06/15	Barramares	Ruas sem pavimentação, muita lama, mato, o ônibus não passa há três anos nas Av. São Paulo e São Pedro por conta da lama.
03/07/15	Morada da Barra	Rua Rio de Janeiro, sem pavimentação, e com muita água parada A linha de ônibus não passa mais por conta das lamas nas vias públicas.
29/07/15	Alvorada	Falta de limpeza urbana na rede de esgoto. O esgoto fica escoando nas ruas e no quintal das pessoas.
09/07/15	Ponta da Fruta	Fossas sem limpeza, a rede de esgoto transborda nas ruas. Rede de esgoto não

		é ligada as casas.
13/08/15	Zumbi dos Palmares	Ruas sem pavimentações, caixa de esgoto aberta na rua.
06/08/15	Soteco	A caixa de esgoto transborda no meio da rua, na Av. Ministro Salgado Filho.
19/11/15	Coqueiral de Itaparica	Praça abandonada. Consequência: violência, tráfico de drogas, andarilhos, chafariz no meio da praça cheia de pombos mortos.
06/11/15	Barramares	Rua Longitude, ruas sem pavimentação, esgoto e iluminação. Casas com fossas.
11/11/15	Jardim Marilândia	Esgoto vazando nas ruas invade a casa dos moradores.
12/12/15	Cocal	Terreno particular foi feito de lixão pelos próprios moradores.

Observa-se que das catorze vídeo-reportagens do ano de 2015 do município de Vila Velha, o bairro Barramares, com três vídeos-reportagens, foi o destaque em quantidade de matérias, com os seguintes problemas: ruas sem pavimentação, falta de infraestrutura de rede de esgoto tanto nas vias públicas quanto nas casas dos moradores e mato nas vias públicas. O bairro Morada da Barra com apenas uma vídeo-reportagem, trouxe a matéria referente a: ruas com muita lama e poças de água de esgoto, foi escolhido para o estudo por fazer limite com o bairro Barramares. O bairro João Goulart não foi citado em nenhuma vídeo-reportagem no ano de 2015, mas por fazer limite de interseção entre os dois bairros de estudo foi o escolhido para a pesquisa, conforme figura 1.

Figura 1 Mapa de limite dos bairros da Região 5, Grande Terra Vermelha



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha – PMVV. Disponível em <http://www.vilavelha.es.gov.br/perfilsocioeconomico>. Acesso em 22 ago. 2016

Após as análises das 83 vídeo-reportagens e a escolha dos bairros para o estudo, quatro vídeo-reportagens foram selecionadas para pesquisar qual o motivo que faz com que o cidadão busque a mídia televisiva, para reivindicar posições, soluções e respostas do poder municipal referente a condições mínimas urbano-ambientais, como já citada, já que, os impostos municipais, chegam todo ano e todos os meses para serem pagos – água, luz, IPTU – e os problemas não são solucionados.

A fim de atender a resposta do motivo que faz com que o cidadão busque a mídia, foi realizada uma visita de reconhecimento dos bairros selecionados para o estudo e fora percebido por meio de relato dos moradores - lideranças, ex-lideranças e não lideranças comunitárias, moradores ou não das ruas que apareceram nas vídeo-reportagens - que apesar de estarem geograficamente próximas, as características de formação, de cada bairro, são distintas, principalmente quanto ao processo de ocupação e criação dos

mesmos. Como exemplo: no bairro Barramares, as casas foram e são construídas por um processo desordenado, sem autorização do poder público, a grande maioria é decorrente ao processo de invasão e a maioria das famílias são oriundas do Estado da Bahia. A senhora Dalva (2016) moradora do bairro há 22 anos relatou que:

“Vim para o Espírito Santo pra (sic) fazer tratamento médico do meu filho, no hospital soube que as pessoas davam terrenos com casas em Terra Vermelha, como não tinha para onde ir e o tratamento do meu filho ia demorar, vim conhecer. Gostei do lugar, conversei com o seu Izidório, era quem distribuía as casas aqui e ele me deu um barraco loteado. Quando vim para cá, só havia muito mato, não mudou muito, mas cresceu bastante. Depois meu irmão veio, também ganhou um terreno do seu Izidório e mora aqui até hoje”. (Dalva, 2016).

A formação e a criação do bairro Morada da Barra ocorreu em sua maioria por loteamentos privados que os donos das fazendas “presenteavam” seus empregados. Alguns assentamentos irregulares também ocorreram na região, pois os mesmos fazendeiros, que presenteavam seus empregados, venderam parte de suas propriedades para o poder público com o objetivo de construir moradias populares, mas por conta dos “líderes” de movimentos sociais, os terrenos foram invadidos e distribuídos de forma irregular como relata a ex-líder comunitária do bairro a senhora Penha (2016).

Martha (2016) nos relatou que o bairro João Goulart foi constituído a partir de assentamentos em terras privadas - terras essas, de pessoas em sua maioria, moravam fora do Estado - promovidos por autoridades do poder público e por lideranças de movimentos sociais da região.

Para atender aos objetivos propostos, metodologicamente foi feito um levantamento histórico da construção do espaço urbano na unidade territorial citado para uma melhor análise dos problemas levantados pelos moradores nas vídeo-reportagens televisionadas no ano e no programa em comento. Se fez também necessário, um levantamento qualitativo dos bairros. Acrescentados qualitativamente na pesquisa estão: as entrevistas e as falas dos atores que participaram ou não das matérias televisionadas.

Entre os métodos utilizados situam-se: primeiro, uma pesquisa realizada por meio de um questionário com questões abertas e fechadas referente ao urbano-ambiental a fim de produzir um material que ratificasse os problemas destacados nas matérias televisionadas. Essa pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa responderam aos questionários quinze pessoas, cinco em cada bairro, escolhidas aleatoriamente, moradoras ou não das ruas que foram matéria no quadro 'Qual é a Bronca?' do ano de 2015, com o intuito de saber a percepção dos moradores a respeito dos problemas urbano-ambientais e se suas percepções/necessidades eram as mesmas das pessoas que haviam procurado a mídia. Na segunda etapa, responderam ao questionário os moradores que participaram das matérias televisionadas, distribuídas da seguinte forma: duas em Barramares, uma em Morada da Barra e uma em João Goulart – este foi o único que não teve matéria divulgada no ano estudado.

Como foi utilizado o método qualitativo neste estudo, a tabulação dos questionários foi feita por meio do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC - que consiste em analisar as respostas, do material coletado, de um grupo de entrevistas a partir de três momentos: no primeiro momento são identificadas expressões-chave que representam a essência da fala de um sujeito. No segundo momento as expressões-chave são agrupadas em ideias centrais ou ancoragens que exprimem, resumem, identificam através de um resumo as expressões-chave homogêneas. Por fim, constroem-se as respostas a partir da concatenação de expressões-chave de vários respondentes, constituindo assim um discurso construído coletivamente, mas expresso em forma unificada. Segundo a definição dos autores (LEFEVRE e LEFEVRE, 2005, p.15):

O DSC consiste, então, numa forma não-matemática nem metalinguística de representar (e de produzir), de modo rigoroso, o pensamento de uma coletividade, o que se faz mediante uma série de operações sobre os depoimentos, que culmina em discursos-síntese que reúnem respostas de diferentes indivíduos, com conteúdos discursivos de sentido semelhante.

Dessa forma, as informações quando coletadas por meio do questionário além das questões fechadas, questões abertas serão contempladas para que se possam observar as reais necessidades e as reais realidades dos moradores da região que procuraram o programa, 'Qual é a Bronca?', para reivindicar soluções do município em relação a políticas públicas urbano-ambientais.

O segundo método utilizado foi a história oral, com depoimentos, gravados com pessoas chaves no processo de ocupação e organização dos bairros. Os seis moradores que deram os depoimentos, também, foram escolhidos de forma aleatória, sendo assim distribuídos: uma de Terra Vermelha, duas de Barramares, duas de Morada da Barra e uma de João Goulart, para contarem a história da Região e dos Bairros, com o intuito de fazer o registro da história oral local. Apesar do bairro Terra Vermelha não ser proposta de estudo, a única entrevista programada foi desse bairro, com a moradora Iracema, porque a mesma mora no bairro desde sua criação e participou de invasões de terrenos nos bairros de entorno, consolidando assim em seu depoimento uma justificativa de abandono do poder municipal principalmente em Barramares por exemplo. Ao utilizar a história oral como metodologia de pesquisa, é utilizá-la como recurso de estudo referente à vida de pessoas, grupos ou comunidades. Neste sentido, Thompson (1998) destaca a história oral como uma história construída em torno de pessoas, e o que aproxima as pessoas nos bairros de Barramares, João Goulart e Morada da Barra, são as semelhanças de suas histórias, seus perfis social-cultural-educacional e a forma de chegada e instalação na Região. Novamente em Thompson percebe-se que por meio da história oral:

A história sobrevive como atividade social apenas por ter hoje um sentido para as pessoas. A voz do passado tem importância para o presente. Mas de quem é a voz – ou de quem são as vozes – que se deve ouvir? (THOMPSON, 1998, p.10).

Percebe-se então que a história oral resgata a voz do passado com o objetivo de registrar aqui experiências de pessoas pertencentes a um grupo social que construíram moradias e fizeram histórias em áreas de ocupações irregulares, que por meio de uma mídia televisiva buscam seus direitos junto ao poder público nas questões de políticas públicas urbano-ambientais, supracitadas.

A proposta de se trabalhar a história oral com esses moradores, é justamente fazer e deixar um registro de suas histórias e memórias para demais pesquisadores ou entusiastas do assunto, porque o estudo que foi realizado, por não ter registros oficiais, mas ter muitas informações divergentes foi encontrado muita dificuldade para continuar o trabalho. Nesse anseio, a história oral:

[...] apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1989, p. 4).

Também foi utilizado fotografias dos bairros estudados, para registro dos problemas nas ruas e nas residências. As fotos foram realizadas em dois momentos: de novembro a dezembro do ano de 2016, nesse período houve uma chuva fraca de três dias no mês de dezembro e, o outro momento, aconteceu nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, que não houve nenhuma chuva. Após os dados registrados, tabulados e a história oral transcrita, foi feito um documentário denominado de 'Esgotamento', como resultado do trabalho pesquisado com imagens e depoimentos. O documentário foi denominado de 'Esgotamento' porque tem um duplo sentido:

primeiro pela falta do esgoto nas residências, configurando como o maior problema constatado nos bairros após a pesquisa; segundo pelo esgotamento das pessoas em busca de soluções, de respostas do poder municipal referente aos problemas de políticas públicas urbano-ambientais que perduram há 20 anos ou mais.

A fundamentação teórica que orienta a realização dessa pesquisa tem como aportes: a questão das relações de mídia e política; a comunicação como instrumento de informação e centralidade social e esfera política; a governança; a participação; a política pública e o meio ambiente urbano. O referencial está diluído nos debates dos capítulos conforme descrito a seguir

No Capítulo 1 o urbano e as transformações ocorridas nas cidades tanto por conta do processo de industrialização quanto pelo processo de estruturação social de uma sociedade que organiza a paisagem urbana, que cria, transforma e muda os espaços urbanos é estudada sob a ótica dos autores Lefebvre (1999), Castells (2014), Sposito (1989, 2001), Acserald (2009), Mattos (2010), Santos (1993, 2013) e Siqueira (2010). Ainda no Capítulo 1 o fenômeno da metropolização é discutido por Venerano (2007) e Gouvêa (2005). Quando se chega ao recorte do estudo, estado do Espírito Santo, município de Vila Velha Siqueira (2010), Oliveira (2008) e Mattos (2010) se destacam para discutir historicamente a consequência tardia da industrialização no Espírito Santo e o crescimento acelerado e desordenado na Região da Grande Terra Vermelha, bairros Barramares, Morada da Barra e João Goulart.

No Capítulo 2 o conceito de governança é trabalhado para se discutir o urbano ambiental e as políticas públicas. Nesse sentido, Weiss (2016) discute a governança como ato governamental de ação pública. Viana (2010) destaca o planejamento participativo como governança pública eficiente, efetiva e transparente. Moysés (2005) discute a participação da população no processo de governança no Brasil, que se intensifica após a Segunda Guerra Mundial. O orçamento participativo como políticas públicas de governança é

discutido por Dagnino (2002) e Montero e Samuel (2004). Finalizando o capítulo, o urbano-ambiental é trabalhado sob o pensamento de Maricato (2001), Santos (2013, 1993), Castells (2014), Leff (2010), Agenda XXI do município de Vila Velha-ES e as Leis Urbanas Municipais de Vila Velha ES.

Mídia, política e participação popular é a discussão do Capítulo 3. Ao trabalhar a mídia como comunicação de massa os autores Lima (2004), Wright (1991), Torquato (1991), Pimenta (1999), Barbosa e Rabaça (2001), Bordenave (1982), Castells (2015), Wolf (2003) e Cohn (2014) são as referências utilizadas. Quando se trata de micropoder Foucault (1999) é trabalhado para identificar o poder local produzido tanto no Capítulo 3 quanto no Capítulo 4. A linguagem, o dar sentido a voz do cidadão é debatido por Orlandi (2007, 2004, 2002) em várias referências.

No Capítulo 4, além de utilizar Foucault (1997) e Orlandi (2007, 2004, 2002), as vozes dos cidadãos locais, Iracema (2016), Abio (2016), Maria (2016), Eunice (2016), Penha (2016), Martha (2016), Josmarly (2016), compõe o real interesse do tema dessa dissertação, saber a função da mídia na intermediação do conflito entre políticas públicas e questões urbano-ambientais na Região da Grande Terra Vermelha, bairros Barramares, Morada da Barra e João Goulart. Para saber a resposta são utilizados vídeo-reportagens do quadro 'Qual é a Bronca?', e quem nos responde em relação ao 'Qual é a Bronca?' da Emissora Rede Tribuna de Televisão, jornal Tribuna Notícias Primeira Edição são Chicarino (2016) e Joardaim (2016), ambos funcionários da Emissora, Jordaim editora chefe e Chicarino jornalista responsável pelo quadro 'Qual é a Bronca?'.

CAPÍTULO 1: O URBANO: A REGIÃO DA GRANDE TERRA VERMELHA NO CONTEXTO METROPOLITANO

O Brasil em sua trajetória histórica apresenta um desenvolvimento urbano pautado na industrialização a partir da segunda metade do século XX, no momento em que os investimentos do setor agrícola, especialmente o cafeeiro, deixam de ser rentável. Dessa forma, a população rural rumo às cidades em busca de empregos, salários, melhores condições de vida. Estudar as mudanças ocorridas nas cidades por conta do processo de urbanização e os seus desdobramentos é o objetivo deste Capítulo 1. O município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo com recorte na Região da Grande Terra Vermelha é o cerne deste estudo, por se tratar de um local fortemente marcado por uma urbanização desigual que acirrou em um processo de segregação urbano-ambiental e por se tratar de ser o tema de estudo dessa Dissertação.

O capítulo é iniciado de uma forma geral contextualizando o processo de urbanização e seus desmembramentos como o crescimento acelerado e desordenado das e nas cidades; a seguir discute-se o processo de urbanização brasileiro e a de criação regiões metropolitanas; finaliza-se o capítulo destacando o processo de criação da região metropolitana da Grande Vitória a RMGV, em destaque, o município de Vila Velha, a Região da Grande Terra Vermelha - RGTV.

1.1 O processo de urbanização e a mudança nas cidades

Ao estudar a urbanização, além de pensá-la sob a ótica do crescimento das cidades, enfoca-se, também, essa urbanização sob um conjunto de mudanças tanto em relação à paisagem das cidades quanto no comportamento e estilo de vida das pessoas. O urbano pensado nesse formato é trazido por Lefebvre (1999) como uma realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento cidade como realidade presente, imediata, dado sensível, arquitetônico. Ele reserva o termo sociedade urbana à sociedade que nasce da industrialização. A sociedade que domina e absorve a produção agrícola, onde “[...] o espaço

urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca”(LEFEBVRE, 1999, p.20).

Neste sentido, percebe-se a urbanização como um processo que vai além do crescimento das cidades, porque quando há o crescimento das cidades não há somente o fenômeno urbano, ou seja, a transferência de pessoas do meio rural para o meio urbano ou a substituição das atividades primárias por atividades secundárias e terciárias cujo crescimento das cidades está associado ao desenvolvimento da civilização e da industrialização. Há também a cidade como um lugar de interpretação, como um lugar público e comum, um lugar de convivência e de opinião, como um espaço significativo, investido de sentidos e de sujeitos, produzidos em uma memória conforme propõe Orlandi (2004, p.83). Castells (2014) se refere à urbanização como uma confusa ideologia que se dá pela dupla e distinta visão teórica sobre o termo. Uma se refere à concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade, e outra que parte da difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos: a cultura urbana. Essa cultura urbana na visão de Orlandi (2004, p.31) “é uma materialidade significativa da cidade retratada como discurso urbano como o rap, a poesia, as rodas de conversa, entre outros, se dá segundo diferentes modalidades, conforme nome de ruas, letreiros”.

Nesse caso, no Capítulo 4 desta dissertação, é trabalhado um discurso urbano trazido pelos moradores da região considerada de periferia, dos bairros Barramares, João Goulart e Morada da Barra, onde a mídia televisiva, através quadro do programa ‘Qual é a Bronca?’, faz o papel de intermediadora entre a população desses bairros e o Estado. Pois, mesmo que o discurso seja silenciado diretamente entre poder público e cidadãos, esses buscam, por outros meios, conseguir dialogar os problemas urbanos ambientais locais. É o caso dos moradores da região, quando não têm respostas do poder público, buscam a mídia para divulgar e significar os problemas. “[...] quando o espaço é silenciado o espaço responde significativamente [...]”. (ORLANDI, 2005, p.31).

Castells (2014) discute a urbanização como um processo de organização do espaço que repousa sobre dois conjuntos: de um lado a decomposição prévia das estruturas sociais agrárias e a emigração da população para centros urbanos, e do outro, a passagem de uma economia doméstica para uma economia de manufatura e depois para uma economia de fábrica. O referido autor sugere que ao invés de se falar de urbanização se fale de produção social das formas espaciais, porque:

[...] a noção ideológica de urbanização refere-se ao processo pelo qual uma proporção significativamente importante da população de uma sociedade concentra-se sobre um certo espaço, onde se constituem aglomerados funcional e socialmente interdependentes do ponto de vista interno, e numa relação de articulação hierarquizada - rede urbana. (CASTELLS, 2014, p. 47).

Dessa forma, não se deve investigar a urbanização apenas pelo viés da industrialização, mas também como a estruturação social de uma sociedade que organiza a paisagem urbana, que cria, transforma e muda os espaços urbanos, espaços esses denominados de cidades. Sob seu olhar, Castells (2014) mostra o fenômeno urbano articulado à estrutura de uma sociedade. Esse fenômeno urbano é descrito pelo autor sob diversas formas históricas de organização espacial à luz de tipos urbanos significativos, como, por exemplo, ao tratar das cidades imperiais dos primeiros tempos da história, em particular em Roma e das cidades na Idade Média, ele destaca que, na primeira, a cidade não é um lugar de produção, mas de gestão e de domínio, ligado à primazia social do aparelho político-administrativo; na segunda, a cidade, a medieval, representa a libertação da burguesia comerciante na sua luta para emancipar-se do feudalismo e do poder central.

Percebe-se, então, que o sentido da cidade é tornar-se lugar geográfico onde se instala a superestrutura político administrativa de uma sociedade onde os locais de produção agrícola não são necessários, porque o objetivo das cidades é fazer a gestão dos excedentes produzidos pelo trabalho da terra, tornando-se assim centros religiosos, administrativos e políticos conforme relata Castells (2014).

Sposito (1989) a respeito das cidades evidencia que são formas espaciais produzidas socialmente e que mudam efetivamente ao receber os reflexos das transformações estruturais do modo de produção capitalista, em que a indústria provoca um impacto sobre o urbano. Nesse contexto, a urbanização está ligada diretamente ao processo de industrialização à capacidade de as cidades atraírem as indústrias, devido à mão de obra excedente ocasionada pela decomposição das estruturas sociais agrárias e ao mercado da economia doméstica que estava se desmanchando. Com isso, a indústria desenvolve novas possibilidades de empregos e conseqüentemente organiza novas formas da paisagem urbana, tanto nas mudanças arquitetônicas conforme Lefebvre (1999) citado anteriormente, quanto em questões de divisões sociais e ambientais porque:

As sociedades tradicionais predominantemente agrárias não estavam preparadas para absorver o influxo de grandes investimentos, e a infraestrutura das cidades não era capaz de aguentar os milhões de imigrantes rurais. (ACSELRAD, 2009, p.11).

Dessa forma, a expansão das cidades, como resultado do fenômeno crescimento urbano baseado na industrialização, se torna mais efetiva e em determinados lugares são denominadas de megacidades. Essas megacidades muitas vezes não têm estruturas para receber novos imigrantes, com isso, trabalhadores não qualificados, desempregados, com rendas salariais baixas vão se instalar fora dos centros urbanos, ou seja, nas periferias, onde a infraestrutura como habitação, transporte, sistema de esgoto e água é precário. A respeito desse desenfreado problema social e econômico causado pelo crescimento urbano, Acserald (2009, p. 13) traz a seguinte reflexão:

O mito do crescimento econômico ilimitado foi substituído pela evidência dramática da deterioração humana e ambiental, enquanto, paradoxalmente, mais riqueza material é produzida e ativos financeiros concentram-se nas mãos de alguns milhares de conglomerados poderosos. A clivagem cada vez maior entre ricos e pobres e as conseqüentes anomia social e corrupção generalizada que permeiam as esferas políticas e econômicas do sistema nos leva a questionar o paradigma de Émile Durkheim sobre a solidariedade orgânica como conseqüência de uma divisão de trabalho socialmente avançada. As forças

do mercado seriam capazes de restabelecer o equilíbrio precário entre os fatores centrífugos e as tendências do processo de urbanização.

Dessa forma, um dos desafios da gestão pública é saber como planejar, desenvolver e colocar em prática políticas públicas que deem condições de se tentar evitar a desenfreada desigualdade do planejamento urbano entre centros e periferias, ou seja, àquele próximo aos grandes conglomerados econômicos e financeiros são planejados, em termos, nas questões de infraestruturas e estes afastados daqueles conglomerados são esquecidos desse planejamento. Contudo, não são planejamentos referentes apenas a aspectos de regulamentações arquitetônicas e urbanísticas, mas um planejamento onde são abrangidos os serviços públicos e todas as atividades urbanas orientadas tanto no sentido do progresso material e social da comunidade como no bem estar dos indivíduos que nela vivem. Como explicita Gouvêa (2005, p.33):

São as áreas mais 'nobres' da cidade, constituídas pelo centro e bairros de alta renda, que, no Brasil, normalmente recebem melhoramentos. Isso tem provocado a ampliação da renda diferencial imobiliária, traduzida no aumento da diferença de preços de terrenos, de imóveis construídos e dos seus aluguéis. É justamente na periferia, que funciona como cinturão de abordagem para as populações recém-chegadas das áreas rurais ou de outros centros urbanos, que se verificam as taxas mais baixas de investimentos em serviços e estruturas urbanas.

Então, percebe-se que o poder público escolhe para seus investimentos, em bens e serviços coletivos, lugares da cidade nas quais os segmentos populacionais têm um maior poder aquisitivo. E os lugares de pobreza, os mais afastados, os mais densamente ocupados, vão ficando no abandono, conforme esclarece Sposito (2001). Assim, na dinâmica do crescimento das cidades, fica cada vez mais exposto que gradativamente a ineficiência dos inúmeros programas e projetos implementados foram separados por módulos isolados fazendo com que a cidade se dividisse em várias escalas e nessas escalas fossem criados diversos subsistemas, como habitação, transporte público, saneamento básico, meio ambiente, entre outros,

deteriorando a qualidade de vida e separando a população em núcleo e periferia. Nesse contexto de separação da população em núcleo e periferia, Santos (2013, p.10) ressalta:

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

A partir do debate traçado até aqui, nota-se a estratificação social e econômica da população causada pelo crescimento das cidades sem distribuição equitativa de benefícios sociais exacerbando contradições e conflitos nas aglomerações urbanas ratificado nas palavras de Acserald (2009, p.12):

Como a maioria dos fenômenos sociais, o crescimento urbano apresenta efeitos paradoxais: economias de escala e externalidades parecem fornecer benefícios ilimitados e prosperidade, enquanto, ao mesmo tempo, tendem a produzir custos ambientais e sociais 'ocultos', dificilmente visíveis no início, mas desastrosos para a população e o poder público a longo prazo. Os resultados incluem uma deterioração constante na qualidade de vida, custos mais altos de investimentos em infraestrutura, perda de eficiência da economia metropolitana, degradação dos valores estéticos e, acima de tudo, o clima intolerável de desvio social, violência e perda de solidariedade.

Nesse conteúdo que os fenômenos sociais e a deterioração na qualidade de vida, na ótica das questões urbano-ambientais, será trabalhado nesse sentido com o recorte no município de Vila Velha estado do Espírito Santo Ele faz parte da região metropolitana da Grande Vitória, os bairros de Barramares, João Goulart e Morada da Barra, bairros esses considerados periféricos. Antes de se trabalhar com o objeto de estudo, o assunto sobre a urbanização brasileira, como se deu esse processo no Brasil e como foi o seu desmembramento com a criação das regiões metropolitanas será discutido nos subitens a seguir fazendo um recorte histórico-geográfico e sociológico do estado do Espírito Santo e da criação da região metropolitana da Grande

Vitória com foco no município de Vila Velha, enfatizando os bairros Barramares, João Goulart e Morada da Barra pertencentes a região da Grande Terra Vermelha, cerne do nosso estudo, que no Capítulo 2 é discutida à luz das políticas públicas o problema urbano ambiental decorrido da falta de incentivos e investimentos organizacionais motivado por conta do desordenado crescimento da cidade com formações de novos espaços em áreas consideradas periféricas.

1.2 A urbanização brasileira e a criação das regiões metropolitanas

O processo da urbanização brasileira ocorreu de uma forma lenta e gradativa. Após a abertura dos portos (1808) e a possibilidade de articulação com o comércio internacional, pensou-se que o país pudesse ser reconhecido como urbano, mas, aos olhos dos europeus, ainda, éramos vistos como um país de uma imensa retaguarda rural para os padrões dos mercados urbanos europeus. Para os europeus, nossa “economia ainda continuava quase totalmente agrária e dependente do suprimento de trabalho escravo.” (REIS, 2000, p. 87).

Com a liberdade do comércio assentada após a independência, as atividades mercantis ganharam novos impulsos nos pequenos portos, trazendo assim uma revalorização desses portos e, conseqüentemente, houve o enriquecimento de uma série de vilas junto ao litoral nas regiões cafeeiras conforme sinaliza Reis (2000). Contudo, foi com a maioridade do Imperador Pedro II que significativas mudanças ocorreram no processo de urbanização e conseqüentemente para o processo de configuração do sistema urbano do país, bem como para a introdução de novos padrões urbanísticos. Estavam entre essas significativas mudanças, os investimentos para melhorias das estradas destinadas primeiro as tropas de muares e depois a passagens de carros e diligências; a construção de ferrovias e até mesmo a navegação de cabotagem e fluviais e a organização do sistema de comunicação. Apesar desses investimentos, Reis (2000, p.97) afirma que: “[...] fora dos principais portos – Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luiz e Belém – a vida urbana

era sempre reduzida”. Com isso, percebe-se que a produção ainda estava concentrada no setor rural e isso dificultava o desenvolvimento dos mercados urbanos locais. Sob os novos padrões urbanísticos, as reformas e os estilos de vida:

[...] A principal inovação foi o aparecimento dos passeios para pedestres, com nítida separação do leito das ruas, pelo qual transitavam os carros e os cavaleiros. Essas transformações envolveram alterações nos padrões das fachadas das residências, que tiveram que ser arrematadas em sua parte superior por platibandas, que ocultavam sistemas de calhas e condutores, que conduziam as águas dos telhados para o chão. [...] Com essas reformas, a arquitetura perdia suas características da fase colonial e as fachadas das casas tendiam a formar como um único plano, nos dois lados das ruas, em cada quadra. (REIS, 2000, p.90-91).

Mesmo com essas significativas mudanças, seja no transporte, seja na comunicação ou nos padrões urbanísticos, ainda não havia um mercado nacional integrado, as regiões apresentavam características de um mercado isolado e em relação a infraestrutura, as vilas e as cidades não dispunham de serviços de esgoto e de abastecimento de água fora os chafarizes, conforme Reis (2000) nos mostra.

Ao final do século XIX, Maricato (2001) destaca que devido à libertação dos escravos, a proclamação da república e a embrionária expansão da indústria - mesmo ligada às atividades da cafeicultura e às necessidades básicas do mercado - o processo de urbanização brasileiro começava a se consolidar e lentamente as cidades começaram a conhecer algumas reformas urbanas que, no início do século XX, formam a base do amplo processo de modernização técnica das estruturas urbanas.

Esse amplo processo das estruturas urbanas vai se consolidar no país a partir de 1930 com o investimento do Estado nas cidades, em relação tanto a infraestrutura urbana quanto em melhores condições físicas para o desenvolvimento industrial. Esses investimentos representaram um fator de avanço tanto para a industrialização quanto para a urbanização da sociedade brasileira fortalecendo então a economia interna com o desenvolvimento das

forças produtivas e da modernização da sociedade. Santos (1993) afirma que nesse período a urbanização brasileira se generaliza e o turbilhão demográfico e a terceirização da economia são fatos notáveis.

A intensificação, de fato, da urbanização brasileira se deu, contudo, na segunda metade do século XX quando o país se tornou urbano devido à impulsão do processo de industrialização ocorrido principalmente pela política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubistchek – 1956-1961 - e prosseguido nos governos militares. Nestas questões, Moysés (2005) ressalta que o Plano de Metas do governo Kubistchek marcou profundamente o desenvolvimento econômico, intensificando os fluxos migratórios entre as regiões. Com esses fluxos migratórios entre regiões, a população rural, destituída dos meios de sobrevivência da zona rural, devido à crise nas lavouras de café e na agropecuária, dirigiu-se às cidades em busca de empregos, salários, melhores condições de vida, principalmente no eixo Rio-São Paulo, onde houve um acelerado desenvolvimento industrial.

Nota-se, portanto, um processo de industrialização e de urbanização se fortalecendo no momento em que os investimentos do setor agrícola, especialmente no setor cafeeiro seguido do agropecuário, deixam de ser rentável. Essa passagem do Brasil com uma população predominantemente rural para um país predominantemente urbano, durante os governos militares nos anos 1970, influenciou os planos de governo e as tomadas de decisões sobre políticas voltadas para as cidades:

A preocupação com o controle físico das cidades e com o desenvolvimento de atividades urbanas esteve vinculada à necessidade de o Estado conduzir o processo, bem como tentar converter essa população que se urbanizava em consumidores, dando sustentação à expansão da economia. (MOYSÉS, 2005, p. 250).

As políticas voltadas para as cidades fizeram parte de um planejamento governamental que contemplou aspectos estratégicos importantes para a infraestrutura econômica tais como saúde, habitação e educação com a finalidade de diminuir os impactos provenientes das

mudanças não só na zona rural como também do conjunto das próprias cidades.

Um desses planejamentos governamentais foi a recomendação da criação das regiões metropolitanas durante o governo Médici - 1969-1974 - fizeram parte do I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND. Médici foi o primeiro a apresentar os termos espacial, regional e urbano integrando o rol das diretrizes econômicas na essência das estratégias formulada para o desenvolvimento do país. Segundo Gouvêa (2005), a questão metropolitana veio reforçar a ideia de que a importância econômica das áreas urbanas transcendia os interesses municipais e de que o governo federal deveria assumir parte das responsabilidades da gestão urbana. Pois:

Considerava-se, então, que o *locus* da produção havia se deslocado para os grandes centros urbanos, na medida em que as cidades passaram a ser vistas não só como espaço de vivência, mas também como importantíssimas unidades de produção. Era preciso, pois que se cuidasse de sua administração, em busca de eficiência enquanto espaço produtivo. (GOUVÊA, 2005, p. 90. Grifos do autor).

Dessa forma, era natural que a rede formada pelos grandes centros urbanos passasse a ser entendida como matéria de interesse do governo federal.

Venerano (2007) argumenta que o fenômeno da metropolização no Brasil se caracterizou por um intenso ritmo de crescimento urbano em torno das principais capitais estaduais que cresceram sem a realização de um efetivo planejamento. Surgindo assim problemas de grande significado como altas taxas de crescimento populacional, ocupação desordenada do solo, mobilidade urbana insatisfatória, violência, dentre outros problemas comuns. Já, segundo Castells (2014, p. 58): “[...] o que caracteriza uma metrópole é a influência que ela exerce, em termos funcionais, econômicos e sociais, num dado conjunto territorial, isto implica que uma metrópole insere-se, portanto, numa rede urbana”. Se o que caracteriza a metrópole é a influência que ela exerce num determinado conjunto territorial, então, à medida que ela vai se expandindo, crescendo até “encostar” umas as outras se tem um processo de conurbação

formando assim as regiões metropolitanas e o fenômeno da metropolização do Brasil caracterizou-se por um intenso ritmo de crescimento urbano em torno das principais capitais estaduais. (GOUVEA, 2005)

Desse modo, entende-se o porquê do interesse do governo central nas redes formadas pelos grandes centros e da constituição das metropolizações. Sendo assim, com a Constituição de 1937 há a permissão de agrupamento de municípios para prestação de serviços comuns, assumindo assim a denominação de Regiões Metropolitanas na Emenda Constitucional nº48, incorporada à Constituição do Brasil de 1967¹. Por meio da Lei Complementar nº14 de 1973 iniciam-se as discussões sobre as Regiões Metropolitanas. A partir dessa legislação, foram criadas as primeiras oito Regiões Metropolitanas brasileiras, são elas: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. Posteriormente à Lei Complementar Federal nº20 de julho de 1974, criou-se a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, composta por 14 municípios resultantes da junção dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Isto posto, o fenômeno da metropolização no Brasil ficou caracterizado basicamente por um desmedido ritmo de crescimento urbano em torno das principais capitais estaduais. A Tabela 2 mostra a evolução populacional ao longo do período 1940-2000 das nove principais metrópoles e regiões metropolitanas mais antigas do país.

¹ Ver Constituição de 1967, art. 157,§10.

Tabela 2 - Metr6poles e regi6es metropolitanas brasileiras

2

Evolu76o populacional – 1940 – 2000 (x10³ hab.s.)							
RM	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Bel6m	206	255	399	633	999	1.333	1.796
Belo Horizonte	211	353	683	1.235	2.540	3.436	4.358
Curitiba	142	181	357	484	1.441	2.001	2.727
Fortaleza	180	270	507	520	1.580	2.269	2.985
Porto Alegre	266	324	635	886	2.231	3.027	3.719
Recife	348	525	788	1.061	2.347	2.682	3.338
Rio de Janeiro	1.764	2.378	4.826	6.719	9.014	9.815	10.894
Salvador	290	417	650	1.007	1.767	2.497	3.022
S6o Paulo	1.326	2.198	3.602	5.925	12.584	15.445	17.879

Fonte: Elabora76o pr6pria, adaptado de GOUVEA, 2005, p.92.

² Os dados relativos ao per6odo de 1940-1970 referem-se 6s popula76es dos munic6pios polarizadores, em torno dos quais foram institucionalizados, em 1973 e 1974, as primeiras regi6es metropolitanas brasileiras. Os dados de 1980 em diante apresentam, efetivamente, as popula76es metropolitanas, que cresceram devido n6o s6o ao crescimento vegetativo e 6 imigra76o, mas tamb6m 6 inclus6o de novas municipalidades no conjunto inicialmente formado.

Após a promulgação da Constituição da República de 1988, a União transferiu aos estados federados a competência de instituir regiões metropolitanas em seu território. E o Estado do Espírito Santo, após a publicação da Lei Complementar nº58 de 23/02/1995, criou e instituiu a Região Metropolitana da Grande Vitória. Composta pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. O objetivo da região metropolitana era o de organizar, planejar e executar as funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano. Guarapari foi inserida à Região Metropolitana da Grande Vitória em 08/07/1999 com a Lei Complementar nº159 e em 21/06/2001 foi a vez de Fundão fazer parte da Região Metropolitana da Grande Vitória por conta da Lei Complementar nº204, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Portanto, em 2000, o Brasil já possuía 22 regiões metropolitanas segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas reuniam 63,7 milhões de habitantes, ou seja, 37,5% da população do país. As regiões metropolitanas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte por sua vez, representavam juntas quase 20% de toda a população brasileira, (GOUVÊA, 2005).

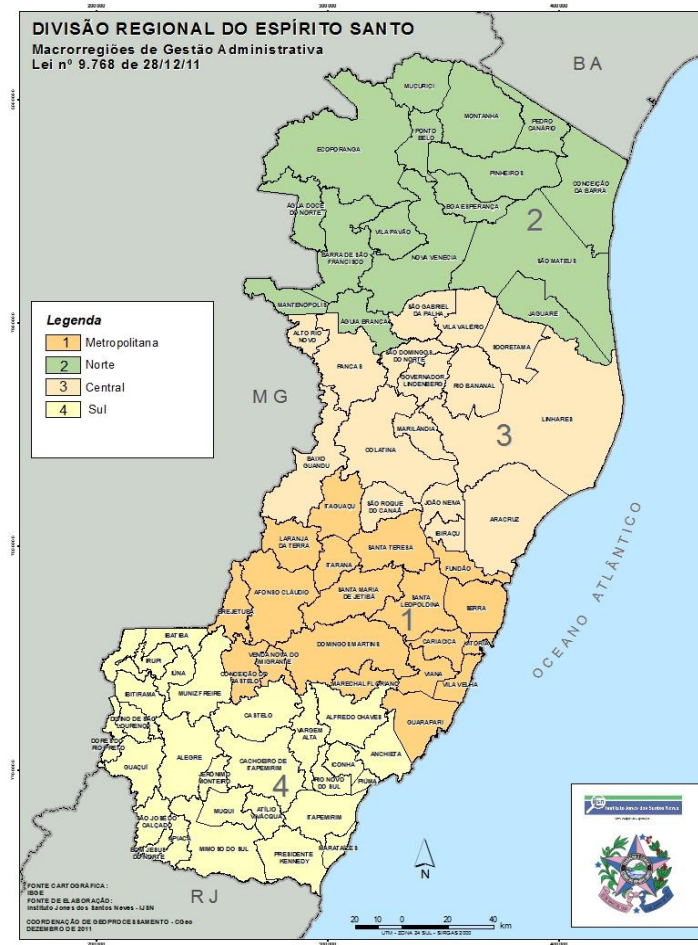
Por fim, cabe notar que o impacto da impetuosa expansão das áreas metropolitanas brasileira conferiu e confere sérios problemas urbanos, como, por exemplo, a escassez de habitações, a constituição de cortiços e favelas, e a insuficiência de serviços urbanos essenciais como transporte público, abastecimento de água e instalação de rede de esgoto. Além disso, o desordenado crescimento das cidades e o processo de estagnação econômica têm levado a aumentar as taxas de desemprego, de degradação do meio ambiente e de violência urbana, como exemplo a região metropolitana da Grande Vitória, cidade de Vila Velha na região da Grande Terra Vermelha. O estudo a respeito da problematização da precária condição de gestão pública a respeito da falta de planejamento ocasionado pelo desordenado crescimento da região da Grande Terra Vermelha é aprofundado na próxima seção.

1.3 O Espírito Santo e a formação da Região Metropolitana da Grande Vitória

Localizado na região Sudeste do país, limítrofe aos estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro e pelo Oceano Atlântico, o estado do Espírito Santo, com uma população composta por 3.929.911 habitantes, conforme Censo do IBGE (2015), é dividido em quatro macrorregiões que se subdivide em dez microrregiões de Gestão Administrativa de acordo com a Lei nº 9769 de 12/11 (Figuras 2 e 3).

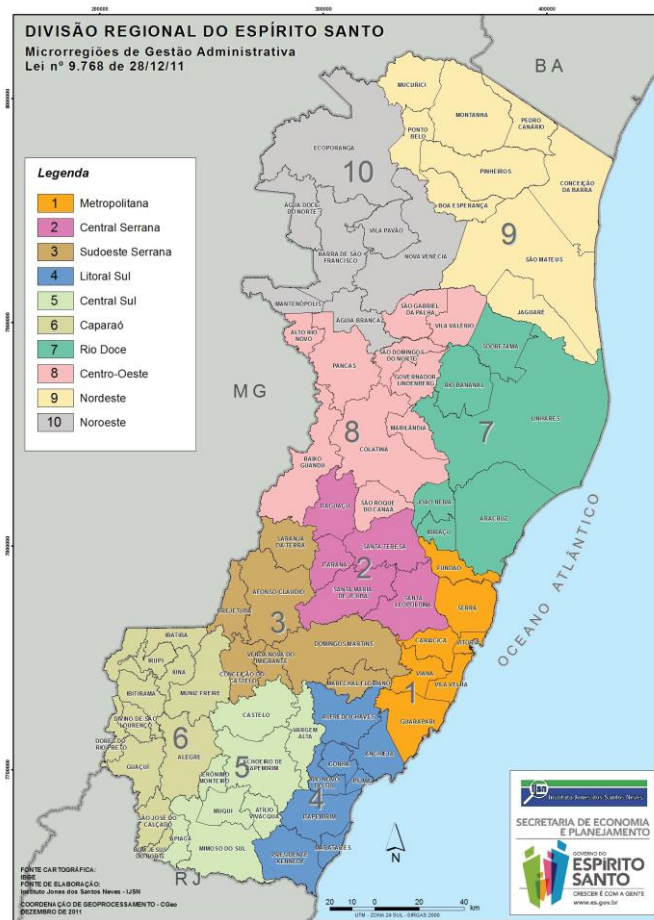
De acordo com a Figura 2, observa-se a divisão do estado do Espírito Santo em quatro Macrorregiões Administrativas denominadas de Metropolitana, Norte, Central e Sul. A macrorregião Metropolitana é composta por 19 municípios e subdividida em três microrregiões, Central Serrana com cinco municípios, Sudoeste Serrana com sete municípios e a Metropolitana também com sete municípios.

Figura 2 - Mapa das Macrorregiões Administrativas do Estado do Espírito Santo



Fonte: Instituto Jones Santos Neves. Disponível em: www.ijsn.es.gov.br. Acesso em: 17 ago. 2016

Figura 3 - Microrregiões Administrativas do Estado do Espírito Santo



Fonte: Instituto Jones Santos Neves. Disponível em: www.ijsn.es.gov.br. Acesso em: 17 ago. 2016.

Conforme Figura 3, percebe-se que as Microrregiões são divididas em dez gestões administrativas e a Metropolitana, denominada de Grande Vitória composta atualmente pelos sete municípios, Vitória, Vila Velha, Viana, Cariacica, Serra, Fundão e Guarapari, com uma população de 1.910,101 habitantes, com o destaque para o município de Vila Velha, o segundo mais populoso. Em termos de porcentagens e números populacionais a RMGV está assim distribuída em relação às demais microrregiões do Estado, conforme tabela 02 abaixo.

Tabela 3 - Região Metropolitana da Grande Vitória – Percentual de aumento número de habitantes conforme Censo IBGE ano de 2015.

Município	% de Crescimento Populacional	Total Número de Habitantes
Vitória	1,07%	355.875
Vila Velha	1,51%	472.762
Serra	1,87%	485.376
Cariacica	0,76%	381.802
Viana	1.61%	74.499
Guarapari	1,48%	119.802
Fundão	2,04%	19.985
Total Geral da RMGV	10,34%	1.910,11
Total Geral do ES	1,15%	3.929.911

Fonte: IBGE, 2015.

Diante desse quadro, verifica-se que a RMGV tem 48,60% da população do Estado e seu crescimento é superior ao crescimento do total geral do Espírito Santo. Esse aumento é devido principalmente pela migração rural-urbana ocasionada pela crise da atividade cafeeira e pelo incentivo fiscal solidado pela atração de novos investimentos no setor industrial pelos chamados Grandes Projetos, conforme apresenta Bresciani (2011).

Apesar de todo esse crescimento e investimento que vem ocorrendo no Espírito Santo, desde a década de 1960 do século XX, a realidade até

meados do mesmo século, não era essa. O Estado além de não ter tido incentivos por parte do Governo Federal em relação à industrialização, presenciava e vivia uma economia essencialmente agrícola, que era seu forte, e pairava a dúvida do governo e de empresários se continuavam investindo na produção agrícola, principalmente o café, ou se caminhavam para o processo de industrialização.

A dúvida existia porque o Estado apesar de apresentar alguns incentivos industriais no governo de Muniz Freire (1900-1904), como a LP Ferramentas – criada em 1903 na região de Matilde pelo italiano Luiz Prest – produzia ferraduras destinadas às tropas de burros que faziam transporte da produção agrícola do Estado, conforme Oliveira (2008), a indústria não era em grande escala e nem em produção em série, como na cidade de São Paulo, que desde o final do século XIX já apresentava algumas instalações industriais. Nossa “industrialização” apresentava um formato rústico e manual tendo a cultura agrícola, principalmente familiar, com o café como principal produto.

Observa-se que a cultura agrícola forte no Estado era forte, principalmente, em relação ao café:

A base agrária, que caracterizava a economia capixaba, não permitia ampliar os limites excessivos que persistiam na tributação estadual. O Espírito Santo dependia da economia cafeeira, que era geradora predominante da renda estadual e direcionava a estrutura econômica da produção da lavoura ao beneficiamento, transporte, armazenagem e exportação. Essa cultura determinava, com suas oscilações, o ritmo de crescimento da economia regional. (SIQUEIRA, 2010, p.34).

Nessa perspectiva, e em conformidade com as palavras da referida autora, era insignificante o grau de industrialização no Estado, com um crescimento industrial que permanecia inexpressivo não apenas pela estrutura econômica, mas, também, pela precariedade das ligações viárias com outras regiões geoeconômicas do país.

Até o final da década de 50, podemos dizer que o Espírito Santo permanecia seguindo um modelo primário-exportador, centrado no café, que era uma atividade assimiladora de mão

de obra e de formação da renda no contexto socioeconômico. (SIQUEIRA, 2010, p.35).

Apesar disso, ainda, no início do século XX, no governo de Jerônimo Monteiro - 1908-1912 - a industrialização do Espírito Santo sofre incentivos da iniciativa privada que procurava diversificar a economia. Oliveira (2008) aponta que a cultura industrial capixaba ainda perdurava nas oficinas e a fabricação dos equipamentos agrícolas e utensílios domésticos ainda era de forma artesanal.

Em face dessa conjuntura, o Espírito Santo mesmo fazendo parte da região Sudeste, não estava inserido no programa de desenvolvimento do governo federal porque o Estado não acompanhou o processo de mudanças ocorrido na estrutura produtiva que ocorreu no país pós 1930, em relação ao desenvolvimento e crescimento da indústria no país. Destarte Siqueira (2010, p.33):

O Estado do Espírito Santo, embora situado na área geoeconômica considerada a mais desenvolvida do país (região Sudeste), de cujo dinamismo tem dependido o crescimento da economia nacional, por suas próprias características socioeconômicas, não acompanhou esse dinamismo regional, mantendo suas tendências de região subdesenvolvida. Talvez pela sua inexpressiva força política dentre as demais unidades do país, o Estado passava despercebido no grande mapa do Brasil e nas decisões da política da política econômica nacional. Constituíra, entretanto, uma área crítica, cujos problemas econômicos e sociais tendiam a se agravar no decorrer do tempo.

Percebe-se, então, que o Espírito Santo ficou isolado das políticas de investimento do governo em relação à capitalização das propriedades sulistas e das reivindicações nordestinas, ficando assim, com uma economia estagnada e com índices pequenos de evolução em relação às médias do país, ressalta Siqueira (2010).

O impulso desenvolvimentista do Estado começa a acontecer no governo de Jones Santos Neves - 1951-1954 - que foi responsável pela diversificação econômica do Estado que incluía tanto a implantação de infraestrutura necessária ao crescimento, como a ligação asfáltica do Estado

com Estados vizinhos, finalização e ampliação do Porto Vitória quanto na área de energia elétrica, de acordo com Bresciani (2011).

Siqueira (2010) destaca a cultura econômica e o perfil da economia do Estado engajou um processo notório de mudança com a chegada dos militares ao poder, a partir de uma política federal foi promovida a erradicação de mais de 53% dos cafezais capixabas. O então governador Christiano Dias Lopes Filho - 1967-1971- indicado pelo regime militar a governar o Estado, percebeu que com a erradicação dos cafezais, além da economia ficar a bancarota, houve ainda um inchamento das cidades porque as migrações campo-cidade aumentaram. A saída foi atrair investimentos tanto nacionais quanto internacionais para o Estado, já que esse além de geograficamente ter uma posição privilegiada possuía uma infraestrutura logística portuária e ferroviária trazida nos anos 1960 pela Companhia Vale do Rio Doce.

O projeto de comunicação por meio da telefonia interligava os municípios do Estado e a criação da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo – Codes, hoje Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – Bandes foram apresentados pelo governo de Dias Lopes como alternativas ao desenvolvimento do Estado. A Codes foi criada com a responsabilidade de serem feitos estudos sobre a industrialização do Estado e, sucessivamente, apontar os caminhos para a mudança no cenário econômico Capixaba. Além desses projetos, o Governo criou o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias – Fundap – que usando de sua estrutura logística portuária, oportunizava ao Estado, além de exportar, também entrar na rota de importação, conforme Siqueira (2010).

Com uma estabilização na crise agrícola e com o crescimento da industrialização no Estado, a proposta dos Grandes Projetos mudou a economia do Estado. Indústrias siderúrgica, mineradora e de celulose se instalaram em terras capixabas, a grande maioria na Grande Vitória, caso da Companhia Vale do Rio Doce - hoje Vale - e da Companhia Siderúrgica de Tubarão - hoje Arcelor Mittal -, e também em outras regiões como exemplo

Aracruz Celulose - hoje Fibria - em Aracruz, a Samarco em Ubu, no município de Anchieta, foram fundamentais para o desenvolvimento econômico do Espírito Santo, além do setor de turismo voltado para a área de serviços. Com esse crescimento, o Governo Federal passa a colaborar no Estado em infraestrutura.

Na Capital, houve a construção de duas pontes para desafogar o tráfego ter melhor ligação entre os municípios ao sul da Grande Vitória e também para redirecionar e fortalecer a política habitacional fora da Capital, principalmente no município de Vila Velha, onde existiam grandes espaços populacionais vazios. Vitória, mesmo com esse desenvolvimento em sua infraestrutura, ainda se desenvolvia de forma lenta, mantendo seu aspecto colonial com funções administrativas e comerciais destacadas para o porto que centralizava a exportação do café e o movimento importador local conforme Mattos (2013). Apesar do processo de industrialização do Estado ter sido gradativo, Siqueira (2010) retrata que o Espírito Santo, finalmente, é levado à inclusão como área de atenção da esfera federal, alocando-se recursos para dinamização econômica do Estado. A autora assinala que a inserção do Espírito Santo nesse processo modernizador nacional fortaleceu sua condição periférica por meio da especialização da região na produção de bens intermediários destinados ao mercado externo. Devido ao advento dos grandes projetos industriais nos setores siderúrgicos e paraquímicos que começaram a ser viabilizados no Espírito Santo no final da década de 1960, a economia capixaba assume um papel dinâmico na transformação da configuração da organização espacial, em que a indústria passa a ser a atividade de ponta, tal como mostra a citação abaixo, alcançando a Região Metropolitana das Grande Vitória à esfera internacional.

Dessa forma, com o advento dos Grandes Projetos Industriais, ligados a investimentos estatais e estrangeiros, inaugurava-se uma nova fase na economia capixaba: a de sua articulação com o capital internacional. O Espírito Santo, com uma economia caracterizada como produtora de produtos primários passou a desenvolver atividades econômicas de importância nacional, e deixou também de ser apenas um 'corredor' de

exportações, passando a produzir manufaturados para exportação. (SIQUEIRA, 2010, p.78).

Assim, as alterações na estrutura produtiva dos anos de 1960 e 1970 na Grande Vitória tiveram impactos tanto na configuração espacial quanto em sua estrutura social, consolidando, assim, a Grande Vitória como aglomeração urbana (IJSN, 2005). A partir disso, desencadeou-se o processo de discussão para definição institucional da região como unidade territorial de ação regional e no ano de 1995 foi instituída a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Conforme dito anteriormente a respeito da constituição e formação da RMGV, vale ressaltar que, ao ser criada e inicialmente composta pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana, tem por objetivo a integração de políticas de interesse comum e por finalidade promover, conforme Art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 318/2005 e seus incisos,

I - o desenvolvimento social, cultural e econômico;

II - a melhoria da qualidade de vida;

III - a cooperação dos diferentes níveis de governo e o planejamento integrado no âmbito das funções públicas de interesse comum;

IV - a redução das desigualdades sociais e econômicas. (ES, 2017, *online*).

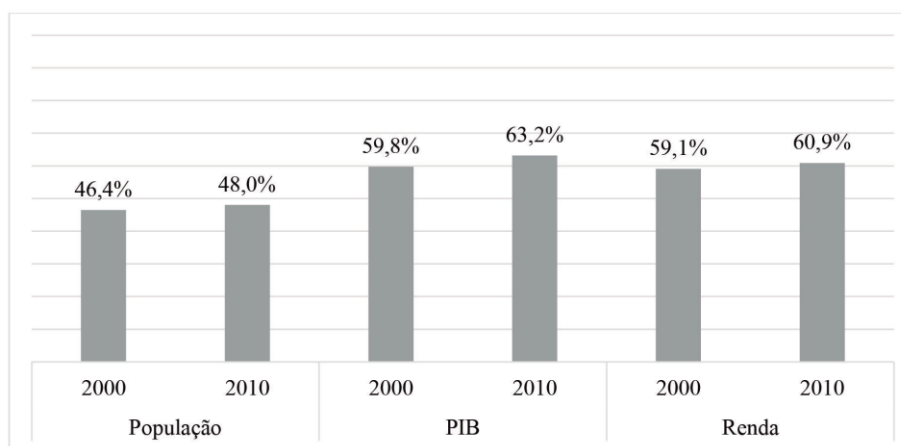
Assim, pela Lei Complementar nº 58/1995, a RMGV passou a contar com um conselho de caráter deliberativo incumbido de gerir a prestação de serviços comuns de interesse metropolitano. Esse conselho é composto pelo governador e pelos prefeitos dos cinco municípios que constituem a região metropolitana então. (IJSN, 2005).

Por meio da Lei Complementar nº318/2005, criada pelo governador do Estado, regulamentada pelo Decreto nº1 511-R de 14/07/2005, publica-se, no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, em 23/06/2005, a criação do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória – COMDEVIT – com a finalidade no seu Art. 1º de:

Apoiar o desenvolvimento, a integração e a compatibilização das ações, estudos e projetos de interesse comum da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, o qual terá caráter deliberativo e será composto por 07 (sete) representantes do Estado, 01 (um) representante de cada Município que integra a RMGV e 03 (três) representantes da sociedade civil. (ES, 2005, p.3, *online*).

Com a formação atual composta pela capital do Estado do Espírito Santo, a cidade de Vitória e mais seis municípios, Serra, Vila Velha, Cariacica, Fundão, Viana, Guarapari, a RMGV tem uma posição de destaque econômico no Espírito Santo que responde por 63% do PIB do Estado, conforme Gráfico 1. Sua centralidade provocou uma absorção significativa do contingente populacional das outras regiões do Estado por conta da dinamização da industrialização que se instalou nas décadas de 1960 e 1970, conforme o II Plano Nacional de Desenvolvimento, dos Governos Militares. Com isso, houve, no Espírito Santo, a expansão da Cia. Vale do Rio Doce, a implantação da Cia. Siderúrgica de Tubarão, da Samarco e da Aracruz Celulose.

Gráfico 1 - Participação da RMGV na população, no PIB e na renda do Estado do Espírito Santo



Fonte: IBGE (2000-2010); IJSN, 2013; Observatório das Metrôpoles, 2013.

Desse modo, à centralidade assumida pela RMGV nas últimas décadas do século XX aculturou-se uma série de problemas característicos de regiões com perfil urbano-industrial, tais como: desigualdade de renda, falta de infraestrutura urbano-espacial, urbano-econômico, desemprego, entre outros. Na Tabela 4, temos o comparativo de dois problemas urbano-ambiental

entre Vitória e Vila Velha, que, apesar de serem limítrofes, suas disparidades são evidentes.

Tabela 4 - Existência de problemas urbano-ambiental entre Vitória e Vila Velha, ES

UF	MUNICÍPIO	PROBLEMA	EXISTE	NÃO EXISTE
ES	Vitória	Esgoto a céu aberto nos bairros		X
	Vila velha	Esgoto a céu aberto nos bairros	X	
	Vitória	Pavimentação inadequada das vias públicas		X
	Vila velha	Pavimentação inadequada das vias públicas	X	

Fonte: Elaboração própria. IBGE - Censo demográfico de 2010. Adaptado de www.cidades.ibge.gov.br/ Elaboração própria, adaptado de IBGE..

Em relação às disparidades entre os municípios de Vitória e Vila Velha o alto índice do contingente migratório em direção à Vila Velha pode ter sido um dos fatores responsáveis pelo agravamento dos problemas urbanos que afetaram a qualidade de vida da população da RMGV. Siqueira (2010) destaca que, até a década de 1960, o processo de migrações ocorridas dentro do Estado se caracterizou pela direção rural-rural, mas por conta da crise cafeeira e do crescimento da industrialização na RGV, principalmente na Capital, o processo de migração foi contrário tornando-se campo-cidade. Conseqüentemente, houve o inchaço da região da Grande Vitória, onde, na década de 1980, temos 64,2% da população urbana e, desse percentual, 34,9% se concentrara na região da Grande Vitória transformando Vitória e seus

municípios, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana preferentes dos fluxos migratórios, conforme Siqueira (2010).

Nesse contexto, o crescimento industrial e o crescimento demográfico acelerado da Grande Vitória juntamente com a expansão urbana provocaram mudanças tanto demográficas quanto socioeconômicas e espaciais, levando ao inchaço da região e, como consequência, a expansão desordenada de áreas periféricas, aprofundando as desigualdades espaciais como mostra Siqueira abaixo:

A forma desordenada que caracterizou o crescimento urbano da Grande Vitória, no período que vai de 1960 a 1980, foi acompanhada pela lógica da desigualdade social. O movimento migratório analisado contribuiu para evidenciar ainda mais as características dessa desigualdade, na medida em que a economia urbana não possuía grandes condições de absorver produtivamente a força de trabalho. (SIQUEIRA, 2010, p. 130).

Evidencia-se que a Região Metropolitana da Grande Vitória, como a maior parte das metrópoles brasileiras, reproduz o processo de segregação social e espacial, resultante da dinâmica interna de formação do seu espaço metropolitano no contexto da modernização econômica. (MATTOS, 2010). Com o descompasso do aumento da população na Grande Vitória, a economia não conseguiu absorver os numerosos contingentes de trabalhadores que estavam disponíveis na região e sucessivamente pelo alto índice da falta de qualificação dessa mão de obra, muitos foram dispensados dos trabalhos e ou absorvidos em subempregos. (SIQUEIRA, 2010).

Sem subsídios para se manterem nos núcleos centrais³, esses trabalhadores vão habitar as regiões de espaços vazios populacionais e sem infraestrutura urbana que havia nos centros urbanos. Dessa forma, constroem suas casas em palafitas sobre os manguezais, aos arredores de lixões onde saneamento básico, coletas de lixo, iluminação pública, entre outros problemas

³ Núcleo central se refere ao centro da cidade, centro de toda movimentação financeira, social, política e econômica. Onde as pessoas trabalham, moram e convivem umas com as outras.

ambientais urbanos não faziam e ainda não fazem parte do cotidiano dessa população periférica (SIQUEIRA, 2010). É o caso de Vila Velha, localizada na Região Metropolitana da Grande Vitória, situada a 12 quilômetros ao sul da Capital do Estado, com uma área de ocupação de 209,965 Km² sendo dessa área 54,57 Km² em perímetro urbano e uma população estimada de 472.762 habitantes que a faz ser o segundo município mais populoso do Espírito Santo, depois do município de Serra, (IBGE, 2015), conforme Tabela 5.

Tabela 5 - Informações gerais município de Vila Velha -ES

População estimada 2015	472.762
População 2010	414.586
Área da unidade territorial 2015 (km²)	209,965
Densidade demográfica 2010 (hab/km²)	1.973,59
Código do Município	3205200
Gentílico	vila-velhense

Fonte: IBGE. 2015

O município de Vila Velha além de ser o segundo maior centro comercial do Estado, o primeiro é Vitória, tem um grande porte industrial na área de confecção e de chocolate, destaque para o Pólo de Confecções da Glória⁴ e a fábrica de Chocolates Garoto⁵, ambos situam-se na região central do município no bairro Glória. O município tem o maior número de bairros da RMGV por conta da implantação da política habitacional que foi desenvolvida no município pela Cohab/ES e Inocoop/ES para diminuir a pressão populacional sobre Vitória, como relata Siqueira (2010). Devido a política habitacional, Vila Velha passou a ser um centro atrativo do fluxo migratório, gerando favelas e ampliando as já existentes. Esse é o caso o complexo de favelas da Região V, denominada popularmente de Grande Terra Vermelha, pois conforme Lei Municipal nº 4.707/2008, a Região V é denominada de Grande Jucu⁶. A Região V ocupa uma área que abrange desde o posto da Polícia Rodoviária Federal, em Vila Velha, até a praça do pedágio da Rodosol situado na rodovia estadual denominada de Rodovia do Sol, limítrofe ao último município de Guarapari, as localizações são sentido sul do município de Vitória.

⁴O município de Vila Velha cedia o maior número de empresas destinadas a esta atividade. O Polo de Moda da Glória, que se destaca na produção de malhas, possui 1.200 lojas especializadas. Este Polo exporta aproximadamente 60% de sua produção. Os Trabalhos de confecção de roupas gera atualmente 12 mil empregos, perfazendo um montante de 2 milhões de peças de roupas e acessórios produzidos com muita qualidade. Atualmente são vendidas peças para o interior do Estado e principalmente para Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, gerando uma excelente arrecadação de impostos para o município. Os variados tipos de confecções aqui produzidos tem atraído, a cada ano, um número maior de visitantes. Fonte: <http://www.omb100.com/vilavelha-gloria/historia>. Acessado em 14/08/16 às 17:05.

⁵ Fundada em 16 de agosto de 1929 pelo imigrante alemão Henrich Meyerfreund com o nome de fábrica de bala H. Meyrfreund & Cia, em um balcão localizado na Prainha, bairro do município de Vila Velha. Em 1934 Meyrfreund recebeu herança de seus pais e comprou o maquinário para a produção de chocolates. Dois anos depois abriu a fábrica de chocolates no bairro da Glória, na cidade de Vila Velha. Na atualidade é uma das 10 maiores fábricas de chocolates do mundo, sendo a maior da América Latina. A empresa conta hoje com um portfólio de aproximadamente 70 produtos e é a segunda marca mais vendida de chocolates do Brasil, com 22,8% do mercado em 2014. Fonte: <http://www.garoto.com.br/portal>. Acessado em 14/08/16 às 17:20

⁶ A história dessa região é discutida no Capítulo 4 deste trabalho.

1.4 Caracterização Demográfica da Região da Grande Terra Vermelha

Este item traz uma caracterização da RGTV, levando em consideração a suas características demográficas e infraestrutura nos bairros.

1.4.1 Características Demográficas:

A Grande Terra Vermelha é uma região que, segundo os dados do IBGE (2015) é composta por 11 bairros, com uma população total de 43.467 habitantes em 2015. De acordo com a Lei Municipal nº 4.707/2008 do município de Vila Velha, a região é composta por 21 bairros, conforme Figura 1 na página 10 . A Região V tem sua divisão em duas áreas que margeiam a Rodovia do Sol, e no sentido Vila Velha a Guarapari, neste estudo ficou assim denominados: “Região A” como o lado que faz parte da zona rural e fica do lado direito da rodovia e “Região B” como lado esquerdo da rodovia e margeia o litoral. Essa referência se situa ao sul do município a uma distância de 15 quilômetros do núcleo central de Vila Velha que é composto pelos bairros Glória, Centro, Praia da Costa, Itapuã e Itaparica onde se localizam shoppings centers, instituições financeiras e de ensino superior, hospitais e clínicas.

A Tabela 6 abaixo apresenta os 11 bairros em números de habitantes que aparecem conforme censo demográfico do IBGE (2010). Os bairros que estão em asteriscos são os que foram selecionados para o estudo.

Tabela 6 - Lista dos bairros situados na Região A

Bairro	Habitantes
Barramares*	12.405
Ulisses Guimarães	7.271
Morada da Barra*	4.940
Riviera da Barra	3.445
São Conrado	2.981
Terra Vermelha	2.847
Residencial Jabaeté	2.517
João Goulart*	2.367
Cidade da Barra	2.085
Normília da Cunha	1.355
Vinte e Três de Maio	1.254
Total	43.467

Fonte: IBGE – 2015, adaptado por Débora Rosa Stein *bairros a serem analisados na pesquisa

A Tabela 7, ilustra os bairros da Região B conforme Lei cita acima, da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Tabela 7 - Lista dos bairros da Região B

Bairro	Habitantes
Barra do Jucu	4.125
Praia dos Recifes	766
Morada do Sol	341
Interlagos	1.164
Balneário de Ponta da Fruta	3.106
Nova Ponta da Fruta	1.196
Total	10.698

Fonte: PMVV- 2015, adaptado por Débora Rosa Stein

Observa-se que quando se conta a população total da Grande Terra Vermelha, Região A e Região B verifica-se um aumento populacional de aproximadamente 124%. Portanto, na Região V em vez de ter um número populacional de 43.467 habitantes passa a ter um número de 54.165 habitantes, conforme dados da PMVV (2015).

Entre os bairros a serem estudados, observa-se que Barramares é o mais populoso seguido por Morada da Barra e João Goulart. Mesmo divididos pela Rodovia do Sol, mas contando como Região V, RGTV, Barramares permanece como o mais populoso e Morada do Sol como menos populoso. Olhando pelo viés Região A e Região B, o bairro Barramares tem um contingente populacional maior que o total de habitantes dos bairros que fazem parte da composição Região B da Grande Terra Vermelha que são seis bairros, totalizando uma população a mais de 1.707 habitantes em Barramares. E os três bairros a serem estudados da região que se localizam na Região A da

Rodovia do Sol, tem 9.014 habitantes a mais que o número populacional de habitantes da Região B, totalizando uma taxa superior de mais de 50% de diferença do quantitativo populacional.

O mapa destacado na Figura 4 abaixo é importante porque além de salientar em vermelho a posição dos bairros estudados também demarca a Rodovia do Sol em tracejado amarelo separando as Regiões A e B, possibilitando assim um melhor entendimento espacial-geográfico da região.

Figura 4 - Mapa destacando os bairros a serem estudados



<https://www.google.com.br/maps/@-20.4420294,-40.3484473,4093m/data=!3m1!1e3>

1/1

Fonte: www.google.com.br/maps . Retirado em 11 de agosto de 2016.

Na Figura 5, observa-se na demarcação em vermelho o destaque dos nomes dos três bairros estudados e demais bairros ao entorno apenas da Região A da Rodovia do Sol. Em amarelo está a nova invasão no bairro Barramares. Essa invasão nesta área é recente e foi observada no decorrer do trabalho de campo feito pela autora.

Figura 5 - Mapa de delimitação com os nomes dos bairros



Fonte: www.google.com.br/maps . Retirado em 11 de agosto de 2016.

Com a discussão, das tabelas e das figuras anteriores, percebe-se que a organização do espaço, da vida social e cultural ultrapassa a problemática e a competência técnico-instrumental dos planejadores e tecnocratas, configurando uma situação que exige diálogo, comunicação e a interação consciente de toda a comunidade típico de um espaço de governança. Cabe ao planejador, conforme Acserald (2009) não apenas só projetar edifícios e espaços “para o povo”, mas engajar-se, junto com a população, na redefinição e reconstrução da cidade, pois:

[...] A cidade, ou área metropolitana, deve servir o cidadão como modelo de civilização sustentável – equitativa, harmoniosa e ancorada nos princípios de justiça social e autonomia individual [...] O desafio apresentado aos planejadores e administradores urbanos é o de como implementar um novo conceito de poder político comunitário local. (ACSERALD, 2009, p. 8).

Segundo o autor, o desafio do papel do gestor, enquanto representante do poder público está em: interagir junto a comunidade na formulação, manutenção e fiscalização não apenas das leis referentes ao meio ambiente, mas, também, em discutir e promover quais políticas e que tipos de atuação devam ser adotadas e voltadas tanto para a região quanto para as pessoas que nela trabalham, circulam e moram com o objetivo de obter condições urbano-ambientais adequadas para esses espaços. A importância

da participação popular é assim trazida por Acserald (2009, p. 16), como princípio desse novo conceito de poder, afinal:

A participação popular torna o governo mais transparente, evita a corrupção e introduz grandes mudanças na estrutura e na função administrativa pública. Sua legitimidade é derivada não apenas da crescente capacidade de investimento do governo local, mas também de sua posição afirmativa contra a tendência principal de dismantelar o Estado, drenar os fundos de seguridade social, privatizar as empresas públicas e abdicar de sua função reguladora.

Dessa forma, novos modelos de gestão participativa têm adotado uma efetiva participação popular na gestão democrática do Estado, como por exemplo, os orçamentos participativos, conseguindo amenizar processos de exclusão social recorrentes em seus municípios e tendo, como consequência, a promoção da inclusão social dos setores mais fragilizados, por meio da oferta de serviços urbanos, como saúde e educação, bolsa-escola, saneamento básico, renda mínima, entre outros. Assim, uma questão emerge dessa problematização: mesmo com esse modelo de gestão participativa e democrática, por que alguns governos não conseguem atingir, com suas políticas, a camada mais social e ambiental excluída da população que moram em áreas de invasões ou próximas a elas? Como o caso de alguns bairros da Grande Terra Vermelha, que precisam da intervenção da mídia televisiva, quadro Qual a Bronca, para reivindicar o mínimo da inclusão de direitos urbano-ambientais em seus bairros e moradias; fazer serem ouvidos e que o poder público municipal se torne presente com políticas públicas voltadas para questões urbano-ambientais.

Finalmente, foi problematizado nesse capítulo o processo de industrialização no Brasil, passando de característica agrária-rural para industrial-urbana. Contudo, nem todos os Estados foram concomitantemente industrializados, como é o caso do Espírito Santo que teve seu processo de industrialização e urbanização tardio por conta de fatores locais históricos determinados como a erradicação dos cafezais, de características familiares. O desenvolvimento industrial no Espírito Santo vai acontecer mais intensamente

a partir da década de 1970 com a expansão da Companhia Vale do Rio Doce e a implantação da Companhia Siderúrgica de Tubarão, da Samarco e da Aracruz Celulose. Com a intensificação do desenvolvimento industrial, a migração rural-urbana aumentou trazendo um “inchaço” populacional para a capital Vitória, e cidades de entorno Serra, Vila Velha, Cariacica e Viana, esses municípios fazem parte da Grande Vitória, que no ano de 1995 ficou instituída como Região Metropolitana de Vitória, com o objetivo de integrar políticas públicas de interesse, tais como: melhoria da qualidade de vida, redução das desigualdades sociais e econômicas, entre outros. Em 1999 houve a mudança do nome para Região Metropolitana da Grande Vitória e em 2001 os municípios de Guarapari e Fundão foram acrescentados à Região, ficando assim denominada como Região Metropolitana da Grande Vitória. (IJSN, 2005).

Com a formação da Região Metropolitana da Grande Vitória, que buscava uma maior governabilidade desse espaço urbano e complexo, fragmentado em municípios, o Espírito Santo consolida o seu perfil industrial-exportador principalmente no final da década do século XX, marcado pelo forte crescimento das atividades voltadas ao comércio exterior. Mas, mesmo com a aglomeração dessa Região, as disparidades existentes são muitas e, como consequência, surgem as desigualdades social e ambiental, a falta de infraestrutura urbana e a deficiência no saneamento básico e na saúde.

Sob essa ótica, no próximo capítulo discute-se a questão de governança e do urbano-ambiental, utilizando o orçamento participativo como estratégia ou ferramenta do planejamento de políticas públicas na região da Grande Terra Vermelha, no município de Vila Velha.

CAPÍTULO 2 - GOVERNANÇA, O URBANO-AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Na literatura, o conceito de governança está diretamente relacionado à política do Banco Mundial quando pensada como forma de garantir um Estado eficiente voltado às dimensões sociais e às políticas de gestão. As ações governamentais, as articulações público-privada e a participação dos atores interessados nas diferentes esferas do poder explicam o conceito de governança e algumas articulações entre os atores sociais e políticos que vão além dos aspectos gerenciais ou administrativos (GONÇALVES, 2006).

Na busca de compreender como desenvolver as articulações entre governo e comunidade para uma melhor articulação da gestão pública, são discutidos, nesse capítulo, conceitos de governança; orçamento participativo como ferramenta de articulação entre Estado-Sociedade no município de Vila Velha-ES; e o urbano-ambiental como a crise ecológica da humanidade.

2.1 Governança

O conceito de governança segundo a Comissão de Governança Global – CGC-, das Nações Unidas é:

A soma total dos vários modos como indivíduos e instituições, públicos e privados, administram seus negócios comuns. Trata-se de um processo contínuo, por meio do qual, interesses conflitantes ou diversos podem ser acomodados e uma ação cooperativa estabelecida. Esse processo inclui instituições e regimes formais investidos de poder para impor a observância das regras, do mesmo modo que arranjos informais que pessoas e instituições concordaram em estabelecer ou percebem ser de seu interesse (COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE, 1995, p. 53, apud BEZERRA & MOURA, 2016 p.92-93).

O Banco Mundial (1992) define governança como,

O exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo. É a maneira pelo qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais de um país visando o desenvolvimento, implicando ainda a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e

cumprir funções. (WORLD BANK, 1992, apud GONÇALVES, 2006, p.1)

Sob o viés dessas duas definições, percebe-se que o papel da governança vai além de envolver questões político-institucionais de caráter decisivo. Envolve também as formas de interlocuções do Estado com os grupos organizados da sociedade, tanto a sociedade civil quanto as organizações público e privada, no que tange o processo de definição, acompanhamento e implementação de políticas públicas como destaca Bezerra e Moura (2016). Assim, o conceito de governança incorpora questões relativas à articulação e cooperação entre atores sociais e políticos que vão além da governabilidade⁷, onde possa ser realizada uma efetiva articulação entre sociedade civil, organizações⁸ e Estado no que se refere a políticas públicas de caráter urbano-ambientais que é foco desse estudo (WEISS, 2016).

Ao se tentar realizar uma articulação entre sociedade civil, organização e Estado, observa-se a importância de um planejamento participativo por conta de uma gestão de governança pública eficiente, efetiva e transparente como abordou Viana (2010). Assim, ser eficiente na administração pública é no sentido de se ter uma gestão adequada dos recursos financeiros públicos com responsabilidade corporativa e sustentabilidade fiscal; ser efetivo é quando se tem as escolhas corretas dos investimentos e serviços a serem realizados diante das necessidades da população, bem como a qualidade dos serviços; e a transparência é a publicidade ampla, ou seja, o *accountability*⁹ de todos os atos e gastos. (VIANA, 2010, p.27).

Uma forma de instrumentação para se ter uma gestão de governança pública eficiente, efetiva e transparente foi a criação dos

⁷ A governabilidade compreendida sob a dimensão essencialmente estatal, vinculada ao sistema político-institucional.

⁸ O termo organização empregada no texto é o sentido de empresa, tanto de âmbito público como privado. E o sentido de Estado é de governo, representante municipal, não como uma organização no sentido de ser uma empresa.

⁹ Prestação de contas

orçamentos populares com a finalidade de permitir que o cidadão debata e defina os destinos de sua cidade em obras e serviços a serem realizados a cada ano pelo governo, seja por recursos orçamentários municipais seja por parcerias público-privadas, efetivando assim uma corresponsabilidade entre estado-sociedade-empresas sobre a gestão da cidade. Desse modo:

[...] a governança é a capacidade de transformar o ato governamental em ação pública; resulta da soma das diversas formas com as quais pessoas e instituições, públicas e privadas, gerenciam seus assuntos em comum, por meio de processos continuados que acomodam interesses conflitantes. O nível de articulação e a capacidade de agir dependem dos atores, das instituições formais e dos arranjos informais envolvidos e seus processos de decisão. (WEISS, 2016, p. 329).

Portanto, para que se tenha na governança pública um equilíbrio entre a eficiência dos mecanismos burocráticos de gestão e a participação dos setores da sociedade, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2017, *online*) lista quatro princípios de governança do setor privado para o público: transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa, como possibilidade de vir a ajudar na governança pública, a partir de novos modelos de gestão, incentivo para que a população participe dos orçamentos participativos com o intuito de legitimar as decisões do governo; que desenvolvam parcerias público-privadas como alternativas para situações de carência de recursos; que tragam inovações nas finanças públicas com transparência nas arrecadações de impostos e nos aumentos dos mesmos; por último desenvolver estratégias de desenvolvimento econômico local promovendo o empreendedorismo como propósito de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Nesta tônica, discute-se a seguir a questão da reforma urbana no Brasil iniciada na Era Vargas até a presença da participação popular nos orçamentos participativos da gestão pública com foco nas questões urbano-ambientais. A finalização do capítulo é sob a ótica de como o urbano-ambiental é trabalhado na legislação brasileira e na legislação do município de Vila Velha.

2.2 A reforma urbana de políticas públicas ocorrida na gestão pública brasileira nas cidades e a participação popular nas questões urbano-ambientais

De acordo com Moysés (2005) em razão do acelerado processo de urbanização nas cidades, a exposição de pobreza que antes era parcialmente escondida no campo vem à tona nas cidades e políticas específicas voltadas para as cidades têm sido largamente discutidas em contexto mundial. No Brasil, essa discussão se intensifica pós Segunda Guerra Mundial por influência do processo de industrialização que trouxe impacto sobre a população provocando o aumento do processo migratório com a política de interiorização posta em prática no governo Vargas no período 1930-1945, com a Marcha para o Oeste, estimulando a entrada para a zona rural e favorecendo o aparecimento e o crescimento de cidades que abrigaram uma parcela da população que demandou o interior (MOYSES, 2005).

Segundo Moysés (2005), esse deslocamento populacional não ocorreu de forma espontânea. Teve um incentivo do Estado com o interesse de alargar os mercados para a instalação de um parque industrial que se implantava e, também, para reforçar o comércio exportador. Foi no governo de Juscelino Kubistchek, com o Plano de Metas, que a intensificação dos fluxos migratórios entre as regiões marca profundamente o desenvolvimento econômico do país.

Moysés (2005) retrata que os governos militares promoveram uma reforma de largo âmbito no aparelho administrativo do país referente ao distanciamento da participação popular no crescimento da riqueza produzida, ao desencadeamento de uma nova fase de ampliação da industrialização e ao aumento da população em geral. E os anos 1960-1970 foram ricos na produção de políticas urbanas e regionais e, como consequência, levou-se à criação de novos instrumentos de políticas que tentasse não perder o controle dos acontecimentos decorrentes do crescimento das populações nas cidades. Nesse período, a população do país passa de um perfil rural para um estágio urbano e, com essa transformação, há a influência de tomadas de decisões a respeito de políticas voltadas para a cidade.

Devido a essa nova fase que a população presenciava os governos militares, pós-1964, fizeram várias intervenções urbanas que contemplavam substancialmente as questões urbanas como habitação, transporte urbano, normas para o planejamento urbano, estudos de viabilidade para atividades geradoras de empregos e implantação de distritos industriais.

Apesar das intervenções urbanas desenvolvidas nos governos militares, há uma seleção da absorção de pessoas que chegavam às cidades muito rigorosas e a melhor acolhida ficava para quem trazia condições mais apropriadas para essa inserção. Tais como: posse de recursos financeiros e de bens e/ou ao preparo educacional, já que o processo de urbanização se fazia com grande parcela da população com precária qualificação.

Moysés (2005) destaca que o intenso processo de metropolização dos espaços urbanos no Brasil, que se intensificou a partir dos anos 1980, foi o início para a construção de um novo ambiente que possibilitasse a formulação de novas políticas urbanas. Esse novo ambiente, ao contrário do anterior – gestado em gabinetes - fora gestado nas ruas, em assembleias, abaixo-assinados, ou seja, “[...] é fruto da mobilização que tinham vários objetivos, inclusive o de promover a reforma urbana no Brasil” (MOYSES, 2005, p. 266).

Dessa forma, foi com a Constituição da República de 1988, artigos 182 e 183, que a reforma urbana avançou no Brasil. Porém, os instrumentos de política urbana previstos na Constituição de 1988 não foram aplicados porque a elite contrária encarregou-se de articular sua inelegibilidade, alegando ser inconstitucional sua implementação. Só após 12 anos de aprovação da Constituição Brasileira, que os artigos 182 e 183 foram regulamentados pelo Estatuto da Cidade e novos modelos de gestão urbana participativa se destacaram em algumas cidades com a efetiva participação popular, conseguindo amenizar processos de exclusão social recorrentes em seus municípios, como o caso do orçamento participativo que Moysés (2005) define como uma das mais inovadoras políticas públicas brasileira que se tende a constituir num centro de poder mais democrático, onde o espaço público é de

participação popular e por meio dele, o governo municipal pode escolher dividendos políticos, mas também expõe suas fragilidades, suas ambiguidades e corre risco de ter uma gestão seriamente questionada porque a população participa no processo de decisão sobre as propriedades de investimento, planejamento, gestão das prefeituras nos municípios (AVRITZER, 2002).

Sob a perspectiva do orçamento participativo, o próximo item o destaca como política pública de governança urbana e local no município de Viva Velha – ES.

2.2.1 O orçamento participativo como políticas públicas de governança urbana no município de Vila Velha - ES

Com a ampliação do número de regimes democráticos ao longo das últimas três décadas, novas formas de políticas se propagaram pelo mundo sob a gestão de organizações não governamentais, ativistas da sociedade civil, partidos políticos, com a intenção de permitir que o cidadão debatesse e definisse os destinos de uma cidade.

No Brasil, a transição para a democracia ao longo da década de 1980, a descentralização da autoridade política e os recursos a favor dos estados e municípios garantiram às prefeituras a flexibilidade para experimentar novas modalidades institucionais. Como é o caso apontado por Montero e Samuel (2004): o orçamento participativo. Dagnino (2002) traz que, nessa transição para a democracia, a sociedade civil se organizou de uma maneira substancialmente unificada para combater o Estado autoritário e construir uma noção do que seria nova cidadania:

[...] A redefinição da noção de cidadania, empreendida pelos movimentos sociais e por outros setores sociais na década de 80, aponta na direção de uma sociedade mais igualitária em todos os seus níveis, baseada no reconhecimento dos seus membros como sujeitos portadores de direitos, inclusive aquele de participar efetivamente na gestão da sociedade. (DAGNINO, 2002, p.10).

Dessa forma, a construção dessa nova cidadania aponta a importância da sociedade civil na vigência de um conjunto de direitos na

construção de espaços públicos que visam promover um amplo debate na agenda pública e uma ampliação e democratização da gestão estatal, como fóruns, câmaras setoriais, orçamentos participativos, entre outros (DAGNINO, 2002).

Essa participação da sociedade civil na democratização da gestão estatal é assegurada com a Constituição da República de 1988, onde os direitos fundamentais para o exercício da cidadania são garantidos e legitimados em seu Artigo 1º parágrafo único “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (CR, 88). Assim, a criação do orçamento participativo no Brasil vem tentar assegurar uma democratização entre Estado e Sociedade Civil no sentido de se romper a visão tradicional da política, onde o cidadão só exerce a sua participação política por meio do voto, e com o orçamento participativo essa ideia muda, pois seu propósito é fazer com que os cidadãos participem na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas, projetos de desenvolvimento urbano e gestão orçamentária municipal, com ações mais democráticas e participações mais efetivas da população. Conforme Avritzer (2002), enquanto prática, o orçamento participativo democratiza a relação entre a sociedade civil e o poder local onde:

A sociedade poderia exercer um papel mais efetivo de fiscalização e controle estando “mais próxima do Estado”, assim como poderia imprimir uma lógica mais democrática na definição da prioridade na alocação dos recursos públicos. (TATAGIBA, 2002, p.45).

Nesse sentido, o orçamento participativo foi inaugurado pelo Partido dos Trabalhadores – PT, no ano de 1989 na Prefeitura de Porto Alegre de acordo com Avritzer (2002). Mas, conforme documentos da Prefeitura Municipal de Vila Velha – PMVV, antes mesmo da Constituição Federal de 1988, o orçamento participativo enquanto instrumento e prática democrática de interlocução com a população teve início no ano de 1983, na gestão de Vasco Alves - 1982-1986 – na época candidato do PMDB (OP, 2013, p 8-9), onde o Poder Executivo debate com as representações legais da população e não

diretamente com a população. De acordo com Krohling (1987), esse debate só aconteceu porque o país vivia sob forte desejo de redemocratização e o partido do PMDB lutava pela bandeira da democracia e da participação popular. Com a vitória do candidato Vasco Alves nas eleições para prefeitura de Vila Velha-ES em 1982, a proposta de agenda política de gestão municipal com a participação popular é iniciada, com a convocação de uma assembleia municipal, com os presidentes dos movimentos comunitários e alguns movimentos populares para discutir a instalação oficial de uma Federação ou Conselho de entidades no âmbito municipal (KROHLING, 1987). Desde o início dos anos de 1980, Vila Velha:

Presenciava um surgimento de movimentos populares que aos poucos foram se organizando em forma de conselhos nas lutas por moradia popular, saneamento, movimento constituinte popular e outros. (KROHLING, 1987, p. 6).

Dessa forma, um Conselho Comunitário provisório foi formado e de início os presidentes de cada movimento comunitário participavam das reuniões na Câmara Municipal para discussão de prioridades nos bairros como moradia, transporte público, saneamento, outros. Diante da autonomia do Conselho Comunitário, o prefeito Vasco Alves, inspirado pela experiência comunitária de Lages, Santa Catarina e de Pelotas no Rio Grande do Sul convocou uma Assembleia Municipal do Orçamento para discutir que 10% do orçamento previsto para o ano de 1985 seriam destinados para as obras. Dessa forma, a primeira assembleia nacional do orçamento aconteceu no segundo semestre do ano de 1984, “[...] com uma participação estimada de 5.000 mil pessoas e no ano seguinte duplicou a participação das pessoas” (OP, 2013, p.11, *online*). O orçamento participativo foi instituído no município de Vila Velha com Lei 2.247/85 que estabelecia em seu Artigo 1º:

Art. 1º - Fica obrigado o Poder Executivo a discutir anualmente com os movimentos comunitários, associações de moradores e outras entidades sociais organizadas do município de Vila Velha, a Proposta Orçamentária e obter a aprovação da mesma antes, de seu envio à Câmara Municipal.

Krohling (1987) salienta que o Orçamento Participativo do município de Vila Velha teve uma repercussão positiva em sua primeira assembleia que acabou tornando-se peça de *marketing* político eleitoral. Com isso, atritos entre vereadores do Município, movimentos sociais e líderes comunitários dos bairros por disputas pelo poder local ocorreram. Dessa forma, tanto os vereadores quanto os líderes comunitários ao perceberem que para sua sobrevivência política mais do que nunca as obras em seus bairros eram fundamentais, muitos líderes comunitários exigiam serem atendidos fora do orçamento planejado (KROHLING, 1987).

Por conta dos embates entre movimentos sociais e o poder público municipal, a Lei 2247/85 foi revogada e no ano de 1987. Por meio da Lei 2.367/87, foi criada a Assembleia Municipal do Orçamento e, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a participação popular na discussão, elaboração, acompanhamento do orçamento no município foi firmada conforme a Lei Municipal 2.454/88, que em seu Artigo 1º traz:

Art. 1º - Fica reestabelecido no âmbito do Município de Vila Velha a participação popular nas decisões, elaboração e execução do Orçamento Anual e /ou Plurianual. (PMVV, 2017, *online*).

Tornando assim, no município de Vila Velha, a prática do orçamento participativo em uma efetiva contribuição da população em um nível bem direto e também representativo, possibilitando uma melhor transparência na discussão e distribuição no rateio dos recursos públicos. Uma vez que o Município é dividido em cinco regiões e se agrupam em bairros geograficamente próximos, cada bairro há um delegado representante com seu respectivo suplente para fiscalizar a planilha orçamentária de execução dos serviços como, planejada e aprovada nas regiões Krohling (1987). Com a participação da população na discussão do rateio dos recursos públicos, percebe-se uma descentralização da gestão pública na qual o estímulo à participação da sociedade nos processos decisórios vem fortalecer a representatividade da comunidade local com um poder e saber (FOUCAULT,

1999) em relação às distribuições das decisões orçamentárias diante do poder público municipal. Krohling (1987, p.12) pontua que:

O que se pode observar no tocante aos mecanismos de participação popular na elaboração do orçamento municipal é que o respaldo legal não só legitimou o processo como ampliou os canais de comunicação entre a população organizada e o poder público, mediatizado pelo Conselho Comunitário de Vila Velha. Este sujeito coletivo político afirmava sua autonomia e encaminhava ações que buscavam uma unidade entre o discurso (proposta) e a prática efetiva.

Apesar de avanços e retrocessos desde sua implantação e criação, o Orçamento Participativo do município de Vila Velha – ES é discutido todos os anos como instrumento de gestão popular da Sociedade Civil Organizada e o órgão da Prefeitura responsável por direcionar as ações do Orçamento Participativo junto dos representantes da Sociedade Civil Organizada é a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPLA (PMVV, SEMPLA, 2016, *online*). Como o Município é dividido por cinco Regiões Administrativas, as reuniões acontecem por assembleias regionais e temáticas. Cada região vota sua prioridade dentro dos seis grandes temas: infraestrutura e desenvolvimento urbano; educação, cultura, esporte e lazer; desenvolvimento humano e cidadania; saúde; prevenção e combate à violência e desenvolvimento econômico. Dentro desses seis grandes temas, são escolhidos até três subtemas para entrar no orçamento participativo (PMVV, OP, 2014, *online*).

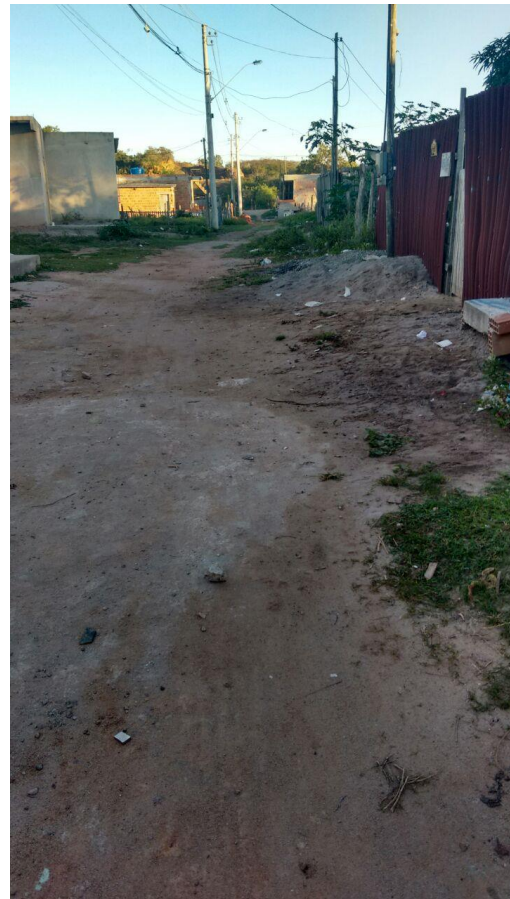
Analisando essa metodologia do Orçamento Participativo em Vila Velha, a Região V, foco do nosso estudo, transparece que o grande tema é a infraestrutura e o desenvolvimento e, em seu subtema, a drenagem e a pavimentação viária seguido pelo saneamento básico sempre são votados como prioridade. No entanto, ao analisar as quatro vídeo-reportagens do programa ‘Qual é a Bronca?’ e ir aos bairros estudados, é notável que o que foi votado pela população no Orçamento Participativo não é realizado e, em entrevista com os moradores principalmente Barramares seguido de Morada da

Barra a fala dos moradores, por meio da análise do discurso do sujeito coletivo – DSC - é sempre a mesma:

“Não temos representantes junto a Prefeitura para melhorar o bairro. Participo todos os anos das reuniões, vou na (*sic*) associação de moradores, faço protocolos na Prefeitura, chamo a imprensa, mas não adianta. Isso aqui, é como se não existíssemos para os governantes. Olha o esgoto voltando da rua para o meu quintal. Olha o esgoto saindo de nossas casas para as ruas. Olha as ruas sem calçamento. Olha a nossa situação. Vai ali em João Goulart e vê (*sic*) se não está bom”. (Depoimentos dos moradores bairros Barramares e Morada da Barra - formato DSC, 2016-2017).

As Fotos 1, 2, 3, 4 abaixo, ilustram as falas dos moradores.

Foto 1 Bairro Morada da Barra – rua sem pavimentação e sem calçamento



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 12/11/2016)

Foto 2 - Placa de conclusão de drenagem e pavimentação – Bairro Barramares



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 07/01/2017)

Foto 3 Bairro João Goulart



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 07/01/2017)

Foto 4 Rua dividindo os bairros João Goulart e Barramares



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 12/11/2016)

Pelas Fotos acima, é perceptível que o que se aprova no orçamento participativo na região não é cumprido adequadamente haja vista a placa de conclusão de obras no bairro Barramares (Foto 2) em contraposição ao que se mostra na Foto 2 é o contrário da informação contida na placa. Da mesma forma, na Foto 4 confirma a disparidade entre os limites dos bairros João Goulart e Barramares: a avenida principal asfaltada é do bairro João Goulart e a rua sem pavimentação, calçamento pertence ao bairro Barramares. Na Foto A, no bairro Morada da Barra, as ruas também estão sem pavimentação e não há calçadas para circulação dos moradores.

Dessa forma, percebe-se que o Orçamento Participativo como ferramenta de planejamento público não está sendo desenvolvido adequadamente, mesmo com uma participação efetiva dos moradores nas reuniões. Porque a reclamação dos moradores nas entrevistas foi que: “[...] Não temos representantes no Executivo, por isso não temos efetividade do orçamento participativo”. Na última eleição, em 2016, dois vereadores foram eleitos pela região. Eles foram procurados para mostrar a pesquisa e o estudo, marcaram dia e hora para conversar, mas não apareceram. Preferiram se calar, tanto para a pesquisadora tal como estão fazendo com os moradores que após às eleições municipais, os procuram e não têm resposta.

Em suma, como fazer funcionar a gestão pública por meio da participação popular mais efetiva, onde a população se sinta representada e reconhecida? Como as políticas públicas urbano-ambientais podem ser melhoradas se o que se aprova nos Orçamentos Participativos não é cumprido para uma parcela da população? Uma das respostas pode estar no depoimento da moradora Iracema do bairro Terra Vermelha: “[...] Olha, porque os políticos vão fazer alguma coisa por Barramares, se a maioria que mora ali é baiano. Eles nem aqui votam. Na época da eleição, vem ônibus da Bahia para levá-los para votar” (IRACEMA, 2016). Talvez essa seja uma explicação. No subitem a seguir, é estudado o urbano-ambiental da legislação do município de Vila Velha – ES.

2.3 O Urbano-ambiental

De acordo com Maricato (2001), o processo de urbanização brasileiro é marcado, nos anos de 1930, por coincidir com os investimentos de infraestrutura urbana que o Estado oferece às cidades, em relação às melhores condições físicas para o desenvolvimento industrial, com o objetivo de atender demandas locais em substituição às importações. Com isso, Maricato (2001) destaca que a hegemonia política, aos poucos, é assumida pela burguesia industrial fortalecendo a economia interna com forças produtivas e modernização da sociedade. Como consequência dessa mudança, Santos (2013, p.9) destaca que: “[...] a urbanização brasileira se generaliza e o turbilhão demográfico e a terceirização da economia tornam-se notáveis”. Ocorrendo, assim, uma mudança no perfil da população rural em urbana, como mostra a citação que se segue:

Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica sete vezes e meio. (SANTOS, 2013, p. 31).

Com a inversão da população rural-urbana, Santos (2013) destaca a grande cidade como lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, com

gasto público crescente orientado à renovação e à requalificação urbana. Mas o gasto público, no Brasil, não tem um planejamento adequado referente à organização da cidade nas questões urbano-ambientais como o saneamento básico e também, não há espaço de moradias para toda a população rural na área urbana. Com isso, há o processo de favelização, onde, “a população excluída era expulsa para os morros e franjas da cidade” (MARICATO, 2001, p.17) iniciando-se, no Brasil, o que Leff (2010) denomina de crise ambiental, a crise do nosso tempo. É a crise que “o homem transforma-se e transforma seu ambiente na luta pela vida e pela apropriação diferencial do produto de seu trabalho” (CASTELLS, 2014, p. 181).

O processo de favelização vai crescendo, porque o Estado não tem um planejamento de políticas públicas urbanas adequadas com instrumentos de ação específicos voltados para o espaço urbano que estava sendo modificado e nem políticas urbanas norteadas pelo direito a uma vida digna nesses espaços urbanos, com qualidade, por conta do descontrole no ato de planejar o crescimento das cidades tanto referente ao processo de industrialização quanto dos afluxos de correntes migratórias campo-cidade, como enfatiza Moysés (2005). Deste jeito, “a cidade torna-se *locus* da regulação do que se faz no campo” (SANTOS, 2013, p.56) modificando seu espaço, sua estrutura. A cidade se transforma em espaços fechados com edifícios e espaços abertos com ruas, praças, áreas verdes, trazendo um descontrole ambiental causado pela apropriação do homem à natureza por conta de um “mercado que se apresenta como um novo ‘Deus’ capaz de salvar a humanidade da escravidão da necessidade e da pobreza” (LEFF, 2010, p. 195).

Por conta dessa crise ambiental provocada pelo ser humano, políticas públicas urbanas vão sendo desenvolvidas, criadas, para amenizar a crise de civilização (LEFF, 2010). No Brasil, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, um debate acirrado em torno da sustentabilidade do meio ambiente urbano foi discutido com todos os participantes do evento, Chefes de Estado, sociedade, movimentos sociais,

para a elaboração de um documento, a Agenda 21 Global. Essa é uma ferramenta de organização de esforços da sociedade para o alcance do desenvolvimento sustentável. Portanto, essa ferramenta é uma agenda de desenvolvimento sustentável e não uma agenda ambiental. No Brasil, respondendo a Agenda 21, foi elaborada a Agenda 21 brasileira como um instrumento de planejamento e análise nos níveis nacional, local e temático para apoiar esforços de integração e concentração de recursos em áreas problemáticas.

Nessa perspectiva, quando se trabalha o urbano ambiental nessa Dissertação, o estudo se faz em relação ao saneamento básico porque é um recurso básico de direito assegurado pela Constituição Federal Brasileira (1998) que oportuniza o bem estar físico, mental e social da população além de controlar e prevenir doenças. Ao apurar nos bairros estudados condições mínimas do saneamento básico, após análise das matérias do quadro 'Qual é a Bronca?' foram constatadas irregularidades em relação aos serviços básicos como: coleta e tratamento do esgoto sanitário, limpeza urbana pública, coleta e destino adequado dos lixos.

A Lei nº 11.445/2007, publicada no Diário Oficial da União em 08/02/07, assegura o saneamento básico no Brasil como um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas fluviais. Em seu Artigo 2º, Inciso II e III trata como o saneamento básico será prestado:

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente. (D.O.U., 2017, *online*).

Seguindo a ordem dos incisos, percebe-se que o Brasil em relação ao saneamento básico pode ser considerado um país desenvolvido, mas a realidade é contrária. Centenas de milhares pessoas não têm em suas casas o mínimo especificado (IBGE, 2015, *online*) no Inciso III do Art. 1º em ter saneamento básico de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente.

Um exemplo disso são os bairros Barramares e Morada da Barra, mesmo com as obras de drenagem (Foto 2) os moradores não têm rede de esgoto, as casas possuem fossas, muitas vezes abertas pelos próprios moradores, indo totalmente contra a proposta tanto da Agenda 21 Global e Brasileira quanto à Lei do Saneamento Básico. As Fotos 5, 6, 7 reafirmam isso.

Foto 5 Valão que circunda o bairro Barramares



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 19/12/2016)

Foto 6 - Rua Rio de Janeiro. Bairro Morada da Barra



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 19/12/2016)

Foto 7 - Quintal da morada Eunice. Bairro Barramares



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 19/12/2016)

A Foto 5 mostra um valão a céu aberto na rua, sem tratamento adequado e ainda faz parte da extensão das casas dos moradores. A Foto 6 mostra uma rua sem o recolhimento adequado do lixo e uma poça de água por conta de uma leve chuva ocorrida há seis dias, mas por falta de rede de esgoto, não há como a água escoar. A Foto 7 mostra o quintal da moradora

Eunice, também por conta de uma chuva seis dias antes da foto ser feita¹⁰, o esgoto da rua retornou para dentro do quintal. Para entrar e sair de casa coloca tábuas como 'ponte', para não pisar na água suja de esgoto.

De acordo com o Plano Anual de Planejamento do município de Vila Velha – 2014 a 2017 – há uma preocupação da Administração Pública Municipal em relação à Gestão Ambiental local, formalizando suas diretrizes em conformidade com o Código Ambiental instituído pela Lei nº4.999/2010 e sancionada em 20 de outubro de 2010, propiciando a cidade:

Maior controle de atividades potencialmente poluidoras, bem como do uso comum de áreas de preservação, essenciais à qualidade de vida. Destacam-se ainda questões como: espaços territoriais especialmente protegidos; unidades de conservação; licenciamento ambiental; controle e educação ambiental; e ainda saneamento básico e controle da poluição sonora e visual. (PMVV, 2017, *online*).

Com essa legislação própria, o município de Vila Velha registra um marco legal para atender às demandas ambientais específicas, tornando-se autônoma para atuar na concessão de licenciamento para empreendimentos com impacto ambiental local. Mas ao se ler o Título II da Política Municipal do Meio Ambiente, em seu Capítulo I, Art. 2º:

A Política do Meio Ambiente do Município de Vila Velha objetiva propiciar e manter o meio ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida em suas diferentes manifestações, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de promover sua proteção, conservação, controle, preservação e recuperação para o presente e as futuras gerações. (PMVV, 2017).

Ao comparar com as Fotos 5, 6, 7, é perceptível que há uma contradição dos fatos. Então, as perguntas vêm: como um morador pode vir a ter uma sadia qualidade de vida se passa em seu quintal um valão a céu aberto, onde é despejado o esgoto das casas do bairro Barramares? Como o morador pode sentir que mora em um bairro cujas condições de meio ambiente

¹⁰ A chuva foi em 13 de dezembro de 2016 e a foto foi tirada em 19 de dezembro de 2016.

são equilibradas, se quando chove o esgoto da rua invade seu quintal? Essas perguntas só são alguns questionamentos a serem discutidos no Capítulo 4.

Quando Leff (2010) expõe que a crise ambiental não é a crise ecológica, mas crise da razão e se o poder público não assimila que saneamento básico é uma condição ambiental e a sua ausência representa a omissão, o descaso e a inépcia do poder público, a falta de saneamento básico traz situações de vulnerabilidade socioambiental, de degradação do meio ambiente e, também, possíveis contaminações de saúde pública, trazendo as epidemias como consequências, a exemplo: a proliferação do mosquito transmissor de Zika vírus, dengue e febre amarela.

CAPÍTULO 3 - MÍDIA, POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

A velocidade e a intensidade com que as mudanças ambientais atingem a organização social desatualizam rapidamente as estruturas estabelecidas nos processos de gestão e nas formas de participação da sociedade junto à administração pública. Isso decorre por conta dos meios de comunicação que a cada dia são mais rápidos, mais intensos e mais complexos. Rápido no sentido da velocidade que a informação alcança vários nichos populacionais e organizacionais; intenso na variação de aspectos que as informações são dadas; complexo devido à interpretação de como a informação transmitida é entendida pelos receptores.

Assim, vive-se o que Castells (1999) denominou de “era da informação” ou “era do conhecimento”, caracterizada, pela mudança na maneira de comunicar da sociedade e pela valorização crescente da informação dessa nova configuração da estrutura vigente, que é uma comunicação rápida, intensa e complexa, que vem ocorrendo gradativamente principalmente por conta do avanço do desenvolvimento tecnológico dos últimos anos. McLuhan (1969) destaca que quando a tão sonhada imagem foi transmitida na televisão em 1930, os meios eletrônicos dominaram plateias ao longo do mundo com suas imagens e reportagens ao vivo e / ou gravadas informando, fantasiando, criando emoções por meio de uma mídia que atraía e entretia os mais variados públicos de acordo com suas necessidades e desejos, determinando o modo como os indivíduos e as sociedades sentiam, pensavam e viviam.

Nesse formato, é sabido que no mundo moderno, a comunicação é de grande importância para o convívio em sociedade. E os indivíduos que se afastam dos meios básicos de comunicação – imprensa, rádio, televisão, cinema – são denominados de “anômalos”, são “extintos” pelo restante da sociedade (COHN, 2014). Essa “espécie em extinção” conforme Cohn (2014) faz parte de um pequeno grupo humano isolado para o qual o mundo se reduz aos limites dados pela convivência direta nas suas atividades cotidianas.

Na ótica do reconhecimento, da aceitação, do ser visível em sociedade e do poder público, estudaremos nesse capítulo como o meio de comunicação, pelo viés da mídia televisiva, representa a voz do cidadão que a busca para dizer que ele faz parte de uma sociedade na qual o poder público municipal o deixou no esquecimento em relação a políticas públicas urbano-ambientais.

Discutir a importância do trabalho da mídia e a sua relação com a sociedade no intuito de participação e articulação entre a sociedade civil e o Estado é o objetivo deste Capítulo. Para tal, será abordado o papel da mídia televisiva e a sua representação como voz da população; o que é participação popular, como ela se dá e qual o seu intuito; e a articulação e a interação que a mídia desenvolve entre a população e o poder público.

3.1 Significado da mídia no processo de comunicação

Estudar o significado da mídia no processo de comunicação é saber distinguir a origem do termo comunicação que vem do latim *communicationem* conforme Lima (2004, p. 22) significa: “[...] a ação de tornar comum” e tem como adjetivo *communis*, comum, que Lima (2004, p.23) destaca: “[...] pertencer a todos ou a muitos”, que quando os dois sentidos se juntam, subentendem-se a comunicação como: “[...] a ação de tornar comum a muitos” (LIMA, 2004, p.23) por se tratar tanto de uma transmissão como de um compartilhamento. Nesse ato de transmitir ou compartilhar, Lima (2004) define a comunicação tanto como manipuladora tanto como participativa:

[...] Para que se transmita algo é preciso que se admita que esse algo possa ser apropriado e em seguida ‘transmitido’ a outro. Quando se compartilha, ao contrário, o que ocorre é uma coparticipação, uma comunhão, um encontro. (LIMA, 2004, p.23).

Nesse sentido, a evolução nas formas de se utilizar a comunicação vem se atualizando. Esta modificação estudada nessa Dissertação é a comunicação de massa – *mass media* – no sentido de mídia que Wright (1991) destaca a comunicação de massa como comunicações dirigidas para uma

audiência relativamente grande, heterogênea e anônima. Torquato (1991) caracteriza o meio como sendo de massa quando o comunicador endereça à mensagem “[...] a quem interessar possa [...]” (TORQUATO, 1991, p.24). Esse ‘a quem interessar possa’ pode ser colocado em qualquer tipo de comunidade, como uma experiência individual cotidiana, um terreno de confronto político conforme Wolf (2003).

Para estudar a evolução da comunicação, é discutido neste item a comunicação e a mídia separadamente, que nos próximos itens dessa Dissertação o estudo fica entorno do papel da mídia televisiva sob a ótica do telejornalismo.

3.1.1 Comunicação

Pimenta (1999) analisa que a transferência de informação e compreensão de uma pessoa para outra, a maneira de se relacionar com outras pessoas por meio de ideias, fatos, pensamentos e valores, as trocas de mensagens deliberadas ou não entre sujeitos: pessoas x pessoas, ou ainda pessoas x animal faz parte do processo de comunicação. A referida autora destaca ainda que “[...] a comunicação é para o agrupamento humano tão importante quanto o sistema nervoso para o corpo. Sem a comunicação cada pessoa seria um mundo fechado em si mesmo”. (PIMENTA, 1999, p.15).

Barbosa e Rabaça (2001) definem comunicação como um processo de transmissão e recepção de mensagens, assim como de informações, ideias, emoções e habilidades e dessa forma, segundo os autores, a comunicação se faz por meio de símbolos: figuras, imagens, gráficos entre outros, os quais Bordenave (1982) apresenta a comunicação sob a ótica dos elementos: palavras, gestos, objetos, movimentos, conhecimentos, experiências, emoções, informações, olhares, movimento com o corpo e outros. Percebe-se, então, que as pessoas não se comunicam num vazio, mas dentro de um ambiente, como parte de uma situação, como momento de uma história na qual é impossível não se comunicar. O tom das palavras faladas, a roupa, os movimentos do corpo, os olhares, o andar, tudo tem algum significado, tudo comunica. Às

vezes, o que a palavra não comunica é transmitida pelos olhos ou pelas mãos. Um exemplo são os jogadores de pôquer. “Os bons são tão poucos porque são poucas as pessoas capazes de ‘blefar’ sem que se note em seus olhos que estão blefando” (BORDENAVE, 1982, p.51). Percebe-se então que a comunicação é um processo multifacetado que ocorre ao mesmo tempo em vários níveis, como parte orgânica do dinâmico processo da própria vida. Para que ela se efetive, tem que haver a existência de um emissor e de um receptor, como aponta Bordenave (1982).

Outra função da comunicação é indicar a qualidade de nossa participação no ato de comunicação: que papéis tomamos e impomos aos outros; que desejos, sentimentos, atitudes, juízos e expectativas trazemos ao ato de comunicar. E a cada momento, a forma de se comunicar vai mudando e transformando o cotidiano das pessoas e das organizações. Castells (1999) apresenta que a linguagem digital surge como uma nova forma de comunicação, mas uma comunicação mais interativa iniciada com os computadores e se sofisticada a cada dia com as novas tecnologias.

Nessa perspectiva, Cohn (2014) destaca que a televisão como um meio de comunicação básico, se reinventa com essa nova realidade comunicacional: de se aproximar do seu receptor para fazer com que ele participe de forma interativa e ao vivo da matéria a ser televisionada. E a aproximação do telespectador com a mídia televisiva é discutida nesse capítulo com o intuito de mostrar a mídia televisiva como recurso de intermediação entre poder público e cidadãos.

3.1.2 Mídia

A palavra mídia deriva do latim *media*, que no plural é *medium*, significa meio ou forma e tem como função básica propor caminhos para que a mensagem chegue ao público alvo (WOLF, 2003). No Brasil, a palavra mídia, foi amplamente empregada a partir dos anos de 1990, em publicações especializadas no sentido de imprensa, grande imprensa, jornalismo e meio de

comunicação, relacionada aos campos de estudos de comunicação e política e comunicação e economia política, conforme Guazina (2007).

Os autores Assad e Passadori (2009) destacam que a mídia é constituída pela indústria de comunicação e tem para a sociedade uma importância fundamental que, por meio dos seus canais de comunicação tradicionais – emissoras de televisão e de rádio -, ou modernos – *internet*, *smart TV's* - se bem trabalhados, se tornam um meio de comunicação de impacto positivo com interação e intermediação social.

A mídia jornalística, como um meio de interação e intermediação social, é discutida por Souza (2002, p. 119) como:

[...] um elemento importante na organização da vida cotidiana. De alguma forma, as notícias, entre múltiplas outras funções, participam na definição de uma noção partilhada do que é atual e importante e do que não o é, proporcionam pontos de vista sobre a realidade, possibilitam gratificações pelo seu consumo, podem gerar conhecimento e também sugerir, direta ou indiretamente, respostas para os problemas que quotidianamente os cidadãos enfrentam. As notícias, ao surgirem no tecido social por ação dos meios jornalísticos, participam da realidade social existente, configuram referentes coletivos e geram determinados processos modificadores dessa mesma realidade.

Nesse íterim, a mídia jornalística como intermediadora da realidade social discutida nesse trabalho pelo viés da televisão, é expressa aqui como um meio de comunicação de massa que influencia a agenda pública pautada nas conversas entre os cidadãos. Em 1922, o jornalista Lippman em seu livro *Opinião Pública*, destacou o papel da imprensa no enquadramento da atenção dos leitores rumo a temas que seriam coletivos. Em 1972, McCombs e Shaw, baseados nos estudos de Lippman, designaram sua teoria como *Agenda-Setting*, com o objetivo de compreender a influência dos *mass media* na opinião pública e na construção da imagem que as pessoas têm da realidade (CASTRO, 2014).

A proposta trazida por McCombs e Shaw na década de 1970 do *agenda-setting* foi para investigar o poder dos efeitos da comunicação de

massa. Nesse caso o jornalismo, exercia sobre a opinião pública que Barros Filho (2001) define o estudo desses autores como:

[...] tipo de efeito social da mídia. É a hipótese segunda a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá (BARROS FILHO, 2001, p.169).

Assim, Barros Filho (2001) confirma a hipótese de McCombs e Shaw a respeito da *agenda-setting* de que a mídia tem a capacidade de influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública. Essa influência ocorre principalmente a pessoas candidatas a representantes do poder público, seja como primeiro mandato ou reeleição, a colocarem em sua agenda assuntos que foram abordados pela mídia, nesse estudo políticas públicas urbano-ambientais, maciçamente e que o leitor junto à mídia cobra uma resposta dos representantes do poder público a essas questões.

A discussão a respeito da *agenda-setting* neste trabalho teve apenas o cunho de ilustrar mais uma ferramenta da comunicação e observar as relações mídia-sociedade, por isso não será aprofundado. Pois o cerne da questão é a mídia televisiva por meio de um quadro jornalístico do Jornal Tribuna Notícias Primeira Edição.

3.2 A mídia televisiva como um meio de comunicação de massa

O estudo da mídia televisiva como meio de comunicação de massa sob a luz do telejornalismo será desenvolvido neste item. Para tal, é de importância conhecer, brevemente, a história da televisão no Brasil e, depois, a importância da televisão sob o olhar do telejornalismo no cotidiano das pessoas e a construção do jornalismo e do telejornalismo popular, porque o perfil de telespectador do programa 'Qual é a Broca' é o popular. O assunto é finalizado no item que trabalha mídia, cidadania e política.

3.2.1 A história da televisão no Brasil

Uma mistura de som e imagens, Paternostro (1999) destaca o surgimento da televisão como uma informação mais dinâmica e universal por

meio da imagem. No ano de 1950, a televisão recebeu a primeira transmissão no Brasil, indo ao ar a TV Tupi do pioneiro Assis Chateaubriand. Após a sua primeira transmissão, a televisão no Brasil foi se desenvolvendo e se destacando, ultrapassando o rádio que, no Brasil, havia surgido como um meio de comunicação de elite em 1923 e como um importante veículo de comunicação de massa tinha em sua programação, mantida por variadas emissoras “[...] shows, esportes, noticiários, debates, novelas e programas de auditórios ao vivo” (PATERNOSTRO, 1999, p.28).

Com o passar do tempo, a televisão adquiriu uma linguagem própria e diferenciada daquela do rádio: as imagens; descreviam uma situação e não precisavam mais de muitas explicações, surgindo assim

Como uma fórmula mágica para a venda do produto - todos os produtos! Os anunciantes, antes tímidos, passam então a comandar as produções, e os programas começam a ter seus nomes associados aos patrocinadores: *Grande Gincana Kibon*, *Espetáculo Tonelux*, *Concertos Matinais Mercedes Benz*. (PATERNOSTRO, 1999, p.30).

A televisão conquista, então, os brasileiros e se torna um poderoso e importante veículo comunicação que Ianni (2001) a destaca como uma conquista e poder. A televisão, conforme esse autor dá o tom, determina a importância das novidades e fixa os temas da atualidade. “É a televisão que vai impor sua ordem e obrigar as outras mídias a segui-la” afirma Ianni (2001, p.116). O autor apresenta também: “[...] A televisão produz um impacto tão forte no espírito do público, que as outras mídias sentem-se obrigadas a acompanhar esse impacto, mantê-lo, prolonga-lo” (IANNI, 2001, p.116). Isso ocorre porque a televisão provoca um fascínio pela imagem e a ideia de sua fundação se dá que só o visível merece informação e o que não é visível e não tem imagem não é televisível, portanto não existe (IANNI, 2001). Nessa lógica e sob a ótica de Bourdieu (1998), a televisão é detentora de um poder simbólico, um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo.

Surge assim o primeiro telejornal da televisão brasileira, denominado de 'Imagens do Dia', para transmitir o texto ligando a imagem. Esse telejornal nasceu junto à TV Tupi de São Paulo em 1950. Mas foi 'O Repórter Esso', estreado em 1953, também na TV Tupi, o primeiro telejornal de sucesso que ficou no ar por vinte anos. Desde 1969, o 'Jornal Nacional' da TV Globo ainda encontra-se no ar e como líder de audiência (PATERNOSTRO, 1999).

Nos dias de hoje, com a evolução da tecnologia por conta dos satélites, novas formas de meios de comunicação - a transmissão via cabo, a internet - vão dando significado no cotidiano das pessoas, melhorando suas formas de se comunicar e se ter mais informações. A televisão vai mudando sua aproximação com seu telespectador que: "como uma mídia de potencial extraordinário fortalece vínculos comunitários, promove o debate de questões públicas, difunde práticas culturais e fomenta o desenvolvimento socioeconômico regional" (MARTINUZZO, 2006, p.7). Nessa perspectiva, percebe-se telespectadores interagindo e participando na escolha as matérias que integram a pauta do telejornal colaborando com denúncias, sugestões, pedidos de matérias, como o quadro 'Qual é a Bronca?' da Rede Tribuna de Televisão, discutido nesse trabalho.

3.2.2 A trajetória da televisão capixaba

A televisão chega a terras capixabas no ano de 1962, pelas mesmas mãos do pioneiro do negócio televisivo no Brasil, Assis Chateaubriand, em um período que o Estado passa por um processo de mudança em seu eixo econômico, discutido anteriormente. Martinuzzo (2012) relata a trajetória da televisão no Espírito Santo na seguinte sequência: a TV Vitória foi então implantada como retransmissora da TV Tupi. Em 1966, políticos e empresários locais se organizaram para instalar no Espírito Santo uma retransmissora da TV Globo, entrando no ar a TV Clube Intermunicipal, apenas como retransmissora de sinal, levando à falência por falta de verba. Dez anos depois, ano de 1976, chega em definitivo a TV Gazeta no Estado, pertencendo ao grupo Monteiro Lindemberg, como afiliada da Rede Globo.

A TV Tribuna, assim como a TV Gazeta, teve o início de suas atividades pelo jornal impresso em 1930 e comprada pelo grupo Industrial João Santos em 1970. Com a crise do jornal impresso A Tribuna, foi determinante para o grupo a construção de um canal de televisão. Assim,

Com o prefixo “ZYA, TV Tribuna, Canal 7, Vitória”, entrou no ar em 29 de março de 1985, o sinal da TV, com o jornalista Clério Júnior lendo um editorial escrito por Eustáquio Palhares para apresentar aos telespectadores capixabas o início das transmissões. (MARTINUZZO, 2006, p. 117-118).

No início, Martinuzzo (2006) relata que a TV Tribuna não contava com um telejornal e sempre entrava no ar às 20 horas para retransmitir toda a programação do SBT. Depois de dois meses no ar, a emissora começou a construir sua história com o ‘Tribuna Notícias 1ª Edição’. Com a contratação de Janine Jordaim, em 2005, como editora-executiva de telejornalismo, a emissora deu um novo impulso ao jornalismo, trazendo para o jornal do meio dia, Tribuna Notícias 1ª Edição, uma linguagem mais próxima do telespectador e uma proximidade maior com a comunidade, como é constatado em nosso estudo, essa proximidade, por meio do telejornalismo, o quadro ‘Qual é a Bronca?’.

3.2.3 A importância da aproximação do telejornalismo com o cotidiano das pessoas

Com o surgimento da televisão no final da década de 1950, esse meio de comunicação veio ocupando lugar de destaque como um veículo de comunicação de massa por ter imagens que a rádio não possui e por ser mais acessível culturalmente do que o jornal impresso. “É com a imagem que a televisão compete com o rádio e o jornal. É com a imagem que a TV exerce o seu fascínio e prende a atenção das pessoas” (PATERNOSTRO, 1999, p.61). Dessa forma, o jornalista que é o intermediador entre o telespectador e a televisão, precisa saber que a mensagem que vai atingir as pessoas depende da razão e da emoção de como ela é transmitida, apresentada. As palavras do jornalista dão suporte às imagens apresentada, surgindo como “arma poderosa e infalível a informação visual, a imagem em movimento” (PATERNOSTRO, 1999, p.63).

Paternostro (1999) descreve a televisão como um destaque, um fenômeno de massa de grande impacto social, como um meio de comunicação que transmite valores e não distingue classe social e econômica. A televisão atinge a todos e exerce o fascínio sobre o telespectador do ponto de transportá-lo para ‘dentro’ de suas histórias. Afinal, “[...] Há no telejornalismo a forma pessoal de “contar” notícia e a familiaridade com repórter, que seduzem e atraem os telespectadores” (PATERNOSTRO, 1999, p. 65). Dessa forma, Paternostro (1999) afirma que no telejornalismo, o papel do jornalista é saber respeitar a força da informação visual e descobrir como associá-la à palavra, porque a informação na TV funciona a partir da relação texto/imagem. Fazendo assim, a necessidade de saber como utilizar o discurso para que a mensagem chegue ao receptor de uma forma mais clara, objetiva e concisa.

Orlandi (1996) destaca que o fenômeno da relação entre produção e recepção se dá como efetivada no momento da circulação. Nesse viés, há a necessidade do jornalista televisivo entender que o que ele produz é compartilhado com o mesmo universo do seu público alvo. Um exemplo, seria o quadro do programa ‘Qual é a Bronca?’, estudo de caso dessa Dissertação, da emissora Rede Tribuna de Televisão, que durante dez anos – 2005 a 2015 – fez parte do cotidiano das pessoas no horário de meio dia, no Jornal Televisivo Tribuna Notícias Primeira Edição. Ele tinha como proposta de atender demandas da própria comunidade em relação a problemas de infraestrutura - desde pequenas e de rápidas soluções como poda de árvore, recolhimento de entulhos até de maiores e de demoradas soluções como saneamento básico, água encanada, tratamento de esgoto - todas de responsabilidade do poder público municipal, de acordo com o jornalista responsável pelo recebimento e averiguação das matérias, Filipe Chicarino. Chicarino (2016) informou, em entrevista à autora, que o programa vai ao encontro do público do telejornalismo da emissora, que é o público mais popular.

Percebe-se, então, que a televisão como um dispositivo audiovisual é utilizado pela sociedade para divulgar seus anseios, suas necessidades, suas

expectativas e suas esperanças. O telejornalismo como um meio de instrumento de informação e comunicação televisiva, cumpre uma função social e política como representação democrática à informação, que por meio do discurso televisivo aproxima a participação do cidadão na defesa de temas relacionados aos interesses públicos, no qual atribui uma noção de cidadania com possibilidade de emancipação em construção de sua identidade, a exemplo de Bauman (2005), quando por meio da imagem na matéria do telejornal enxerga uma possibilidade de acesso à dignidade relacionada aos direitos de políticas públicas urbano-ambientais, que não envolve apenas ao seu pertencimento em sociedade, mas tem uma dimensão de interesse coletivo. E o quadro 'Qual é a Bronca?' atribui a esse cidadão 'uma luz no fim do túnel' de possibilidades de inserção da cidadania ao representar o espectador ouvinte, da Região da Grande Terra Vermelha, bairro Barramares, João Goulart e Morada da Barra, cerne de pesquisa dessa Dissertação.

O morador do bairro Barramares, senhor Lindoval (2017), que participou no ano de 2015 da vídeo-reportagem, ilustra a participação do cidadão em proximidade do telejornalismo, quando para pede a Prefeitura para olhar para o bairro Barramares em relação à rede de esgoto e ao calçamento do bairro. O programa foi ao ar em 11 de junho de 2015 e até 25 de março de 2017, o problema ainda não foi resolvido. O morador disse ainda que ele fez onze protocolos no ano de 2015, antes de chamar a televisão para fazer a reportagem, mas mesmo assim o problema continua. A esperança desse morador foi à eleição do ano de 2016 para cargos do Executivo, porque, segundo o próprio morador:

A maioria do problema (sic) do bairro é não ter representante na Prefeitura, mas agora que elegemos dois vereadores, tomara que resolva e nosso problema seja resolvido. Mas pelo jeito não vai ser. Porque depois que eles foram para a prefeitura nem os telefones atendem mais. Esses matos que vocês estão vendo aí, está cobrindo o esgoto que sai de nossas casas e formam essa valas abertas. (LINDOVAL, 2017).

Abaixo, em sequência, as Fotos H, I, J retratam o relato do morador justificando quando pediu a ajuda da mídia televisiva.

Foto 8 - Esgoto vazando da casa de um morador e sendo jogado na rua



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 17/01/2017)

Foto 9 - Esgoto formando no meio da rua,



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 17/01/2017)

Foto 10 - Valetas cobertas pelo mato em decorrência das Fotos 8 e 9



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 17/01/2017)

Ao observar a angústia desse morador, ao pedir que a mídia televisiva exerça um micropoder, no sentido dado por Foucault (1997), divulgando os problemas coletivos de políticas públicas urbano-ambientais em seu bairro, percebe-se a proximidade do jornalista, por meio do telejornalismo, como porta-voz da comunidade no sentido de autoridade da informação e do conhecimento. Desta forma, o discurso produzido pelo jornalismo televisivo, faz com que a notícia se torne um grande impacto emocional para as pessoas. Porque o texto casado com a imagem transmite ao mesmo tempo informação e emoção (PATERNOSTRO, 1999). E esse conjunto casado faz com a mídia televisiva exerça um poder simbólico significativo, reconhecido como discurso da verdade na perspectiva de Foucault (1999). Assim, os meios de comunicação servem como propagadores de verdades produzidas e transmitidas na sociedade e para a sociedade.

3.2.4 Jornalismo e Telejornalismo Popular

Discorrer a respeito de jornalismo e telejornalismo popular é pertinente por trazer uma das justificativas de escolha do programa 'Qual é a Bronca?' que se caracteriza como um programa popular e voltado para a comunidade. Portanto, é feito um breve histórico do jornalismo popular coadunando com o telejornalismo popular porque o foco dessa Dissertação é o telejornalismo.

O jornalismo popular surgiu no Brasil em meados dos anos de 1920 com foco nas classes sociais de baixo poder aquisitivo com o jornal 'Folha da Noite'¹¹. Esse tipo de jornalismo conforme analisa Amaral (2006) visa ser útil ao seu público alvo, por isso, além de ser de fácil entendimento, por conta da linguagem simples e concisa que atende as características desse tipo de jornal e aos desejos do seu leitor, valoriza a cobertura das demandas locais. Seguindo a lógica, linguagem simples e concisa de compreensão popular, o telejornalismo entra em cena com a finalidade de narrar o cotidiano dos telespectadores por meio da junção fala-imagem, que Thompson (2002, p.150-151) destaca “[...] com a TV, a palavra do comunicado é capaz de influenciar um número cada vez maior de pessoas”. Essa afirmativa vem justamente confirmar o que foi discutido no item 3.2.1: a televisão é a maior fonte de consumo de massa da atualidade e o telejornal, por meio de quadros específicos populares e regionais conseguem retratar com imagens o cotidiano das sociedades, dos bairros. Simultaneamente, tais quadros conseguem fazer com que o telespectador veja a notícia na sincronia fala-imagem-fala.

Por exemplo, a matéria do dia 03 de julho de 2015, transmitida no programa 'Qual é a Bronca?', inicia sua matéria televisiva com uma fala do problema da Rua Rio de Janeiro do bairro Morada da Barra, Região Grande Terra Vermelha. A fala do jornalista na matéria “Em vários pontos da Rua Rio de Janeiro, tem água parada...”. Nesse ponto, é passada a imagem dos alagamentos e das lamas pela rua. Em seguida, continua a fala, citando o nome de um morador, que é entrevistado de modo a se ter a confirmação das imagens e legitimidade da matéria.

Nesse sentido, esse recorte de uma emissão, ilustra o que Berger e Luckmann (2009) confirmam: o sentido do telejornalismo popular ao aproximar do cotidiano do telespectador. “A vida cotidiana apresenta-se como uma

¹¹ Amaral (2006) destaca que o jornal Folha da Noite circulou entre 1921 a 1959, publicado pela Empresa Folha da manhã, hoje Folha de São Paulo, atraindo leitores das classes médias urbanas de São Paulo.

realidade interpretada e dotada de sentidos pelos homens” (Berger e Luckmann, 2009, p. 35) Vizeu (2005, p.69) aponta também que: “os telespectadores devem gostar do noticiário para assisti-lo”, e a proposta do quadro ‘Qual é a Bronca?’ é proporcionar aos telespectadores a satisfação de terem suas histórias, seus problemas contemplados no noticiário televisivo. Salientando essa proposta, o senhor Paulo, morador do bairro Morada da Barra que participou da matéria citada acima, disse em entrevista para a pesquisadora: “é muito importante a presença da imprensa no bairro para mostrar nossos problemas que a prefeitura não resolve”. Dessa forma, a ideia dessa entrevista ratifica a proposta do telejornalismo popular, se fazer presente para mostrar o cotidiano local das comunidades. E a proposta do quadro ‘Qual é a Bronca?’ é fazer um telejornalismo popular para divulgar os problemas dos bairros, por conta do descaso público, de acordo com a entrevista cedida pelo jornalista Chicarino, jornalista responsável pelo quadro. Fazer uma conclusão indicando que o tema será melhor explorado à frente.

Assim, compreender a mídia como intermediadora na relação de aproximação cidadania-política foi à forma de dar sentido à participação do cidadão para inserção de seu reconhecimento junto ao poder público municipal em relação a políticas públicas urbano-ambientais. A partir dessa reflexão, o Capítulo 4 a seguir, destaca o estudo das quatro vídeo-reportagens, no ano de 2015, para apontar a influência da televisão no campo simbólico da construção da consciência da cidadania e a forma de como a mídia é vista tanto pelo poder local simbólico quanto pelo poder municipal.

CAPÍTULO 4 - MÍDIA E POLÍTICA NA REGIÃO DA GRANDE TERRA VERMELHA

O aporte desse capítulo é a associação que a população constrói com a mídia televisiva, como portadora de sua voz, para chegar ao poder público e ter resposta aos seus anseios e as suas necessidades. A região de estudo é o município de Vila Velha, Região V, denominada de Grande Terra Vermelha delimitando três bairros, Barramares, Morada da Barra e João Goulart. A mídia televisiva utilizada são quatro vídeo-reportagens do ano de 2015 do programa Qual é a Bronca da Rede Tribuna de Televisão. O Capítulo começa com a formação histórica da Região, seguida pela sua contextualização a partir de relatos de moradores, os bairros Barramares, João Goulart e Morada da Barra é contextualizado geograficamente. Depois, a discussão é em torno do papel da mídia na intermediação sociedade civil e o poder público, um breve histórico da Tribuna Notícia Primeira Edição e a proposta do 'Qual é a Bronca?' é apresentado. O Capítulo se encerra com o resultado da pesquisa aplicada.

4.1 Formação histórica da Região da Grande Terra Vermelha: 1970-2016

Para discutir a proposta de formação histórica da região estudada, é necessário contextualizar o município de Vila Velha e seu processo de mudança de perfil econômico a partir do desenvolvimento de sua malha viária que tem como objetivo dar uma melhor acessibilidade ao município em relação à proximidade com a capital Vitória e, conseqüentemente, há um crescimento urbano do município em direção ao extremo sul, criando assim a região da Grande Terra Vermelha.

4.1.1 Aspectos Históricos

O recorte urbano que abarca a Grande Terra Vermelha é consequência de vários fatores ocorridos no município de Vila Velha. Um desses fatores foi o promissor projeto intitulado "Pólo-agro-industrial" na década de 1970 e posteriormente "Cidade Sol" lançado pela Empresa Capixaba de Turismo (EMCATUR) que tinha como objetivo abrigar cerca de

170.000 mil pessoas em um assentamento turístico que seria o primeiro pólo turístico de massa do país. Minchio (2009) afirma que a importância do projeto era tamanha que chegou a atrair atenção de investidores do Banco Interamericano de Desenvolvimento e, até uma publicação no Jornal Correio da Manhã (1971) do Rio de Janeiro onde na página “Roda Mundo” foi destacada para dar importância ao fato:

O projeto da Cidade do Sol, entre Vitória e Guarapari, prevê a construção de 8 grandes bulevares com um hotel de categoria internacional cada um, grandes avenidas paralelas e alamedas ajardinadas, beneficiando vários municípios, como os de Vitória, Cerra, Vila Velha, Anchieta, Piúma, Guarapari e Itapemirim. (CORREIO DA MANHÃ, 1971, p.7).¹²

Mesmo com a não sequência do projeto, gerando assim seu abandono, especuladores imobiliários e loteadores clandestinos perceberam a região como um excelente negócio e conduziram um processo de assentamentos irregulares e clandestinos em terras privadas (SARTÓRIO, 2012).

Outra consequência do crescimento urbano em Vila Velha foi a conclusão da malha viária desenvolvida no município iniciada na década de 1970 e concluída na década de 1990, segundo Siqueira (2010). O sistema viário além de priorizar o projeto Cidade Sol, com a construção da Rodovia do Sol, ligava a Capital até Guarapari, contornando o município de Vila Velha. Contou com a pavimentação da Avenida Carlos Lindemberg cuja finalidade era ligar Vila Velha ao centro da capital Vitória; e, também, com a construção da Terceira Ponte para facilitar o acesso entre os dois municípios. Dessa forma, o município de Vila Velha viu sua população aumentar num processo rápido e concomitante ao empobrecimento urbano sem limites e com desigualdades na repartição de rendas que refletiu em diferentes níveis de consumo, não somente individual, mas também coletivo segundo (SIQUEIRA, 2010).

¹²memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=24603&url=htt p://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em 06/02/2016 às 14:00.

Embora o recorte seja Grande Terra Vermelha, se faz necessário a localização do município de Vila Velha em relação ao estado do Espírito Santo e a capital do Estado, Vitória, para que a contextualização histórica e os objetivos do estudo sejam alcançados.

Localizada ao sul da Capital do Estado o município de Vila Velha sempre se caracterizou como uma região tipicamente habitacional, concentrando, desde 1960, o maior número de bairros da Grande Vitória, e tendo como a pesca e o comércio atividades dinâmicas do município, conforme Siqueira (2010). Até o final dos anos 1950, Vila Velha apresentou um lento crescimento que na década de 1960 devido à pavimentação da Avenida Carlos Lindemberg, ligando o município ao centro da capital, acrescentou o crescimento do município, facilitando o surgimento de novos eixos de expansão urbana, principalmente devido às mudanças socioeconômicas ocorridas no Estado neste período que foram: a escassez da economia cafeeira no interior do Estado e o crescimento do processo de industrialização na Capital como destaca Siqueira (2010). Essa autora aborda ainda que Vila Velha, até o final da década de 1970, possuía poucas indústrias, sendo a maioria de produtos alimentícios e, que em 1980 começava a se desenvolver a indústria de confecção, mas:

O município ainda é representado por uma população tipicamente habitacional, e permanece como centro secundário dependente em relação à capital, e fornecedor de boa parte da mão de obra, caracterizando-se como cidade-dormitório, uma vez que a maioria das pessoas possuía vínculos de trabalho em Vitória. (SIQUEIRA, 2001, p. 99).

Com a implantação da política habitacional desenvolvida no município, Siqueira (2001) traz que um amplo programa de casas populares foram projetadas e implantadas pela Cohab/ES e Inocoop/ES, com a finalidade de diminuir a pressão populacional da Capital, foram construídos, até a década de 1980, 15 conjuntos de habitação populacional com 7.127 unidades habitacionais. Portanto:

Esses conjuntos não cobriram a totalidade da população, uma vez que as favelas se proliferaram, tendo em vista que Vila Velha passou a ser um dos principais centros de atração migratória da microrregião de Vitória. (SIQUEIRA, 2001, p. 100).

Com a construção da Rodovia do Sol e a inauguração da Terceira Ponte, final da década de 1980 e início da década de 1990, a expansão urbana do município de Vila Velha alavancou principalmente em direção ao Sul onde ainda existiam vazios urbanos concentrados especialmente na região da Barra do Jucu e de Ponta da Fruta, fazendo com que as atividades imobiliárias chegassem à região a partir de meados da década de 1990, segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha (PDSVV, ASEVILA 2010):

Com a chegada da malha rodoviária, a partir da década de 50, e o início de um conjunto de grandes obras, o Município começou a ensaiar um crescimento que se consolidou a partir da inauguração da 3ª ponte e da Rodovia do Sol.

Vila Velha desenvolveu-se a partir da consolidação de três núcleos: Centro, Barra do Jucu e Ponta da Fruta.

A ocupação propriamente urbana ocorreu no núcleo Central, a partir da Prainha que, historicamente, sempre foi considerada parte do centro de Vila Velha por abrigar a sede administrativa municipal, a Igreja do Rosário e o Convento da Penha. Atualmente, é a região que concentra grande parte das atividades comerciais e serviços.

Os outros dois núcleos, Barra do Jucu e Ponta da Fruta, formaram-se a partir da constituição de vilas de pescadores. Atualmente, esses dois pertencem à zona urbana, mas o foco de suas atividades está direcionado ao turismo, ainda pouco explorado. (PDSVV, ASEVILA, 2010, p. 53, *online*).

Dessa forma, a falta de serviços básicos referentes a essa população apresentava e apresenta uma série de escassez de infraestrutura básica como iluminação pública, saneamento urbano ambiental, água potável, recolhimento de lixo, esgoto a céu aberto, fossas sépticas, entre outros. Siqueira (2001) retrata muito bem esse problema de infraestrutura básica em Vila Velha quando traz que “[...] a ocupação de morros e mangues no centro e na periferia do município gerou favelas e contribuiu para evidenciar a falta de infraestrutura urbana em Vila Velha” (SIQUEIRA, 2001, p.100). Mattos (2013)

também salienta o problema de infraestrutura de Vila Velha devido extensão de espaços vazios no município de Vila Velha que foi um outro fator de destaque de atração migratória na microrregião de Vitória que teve como consequência:

A ocupação de morros e baixadas, no centro e na periferia do município gerou favelas e ampliou algumas já existentes, contribuindo para evidenciar a falta de infraestrutura da cidade e a escassez de serviços urbanos. (MATTOS, 2013, p.135)

Para salientar essas afirmativas, o estudo se baseia na Região da Grande Terra Vermelha, destacando os bairros Barramares, João Goulart e Morada da Barra. A região antes de ser denominada popularmente pelo nome de Grande Terra Vermelha era conhecida apenas como Grande Jucu por ser área de influência da bacia do Rio Jucu, composta pelos bairros da Barra do Jucu e de Balneário Ponta da Fruta que eram vilas de pescadores. Foi na década de 1980 que o desenvolvimento dessas duas vilas se desencadearam por conta da construção e finalização da Rodovia do Sol que, concomitantemente, deu-se a abertura para o surgimento, o crescimento e o desenvolvimento de novos bairros.

4.1.2 Contextualização da Região da Grande Terra Vermelha: resgate da história e memória da região

A Região da Grande Terra Vermelha localiza-se ao sul do município de Vila Velha, aproximadamente há 15 km do Centro do aludido Município e cerca de 30 km da Capital do Estado do Espírito Santo, Vitória. A referida Região, apesar de ser bastante extensa e populosa com praias badaladas, bares e restaurantes da moda com circuitos culturais e festas tradicionais religiosas, representa para a sociedade capixaba um estereótipo de região com ocupações desordenadas devido as invasões e os loteamentos irregulares, abrigando bairros pobres, violentos, alagadiços e sem infraestrutura urbano ambiental. Mattos (2013) destaca em seu estudo que as ocupações clandestinas e as invasões irregulares na região contribuíram para o processo de segregação no município de Vila Velha. Porque, a Região da Grande Terra Vermelha, que começa com a criação do bairro Terra Vermelha, historicamente é conflituosa por conta do poder imobiliário predatório e do poder público,

estadual e municipal, omissos, conforme reportagem publicada no Jornal Século Diário em 2016 (ALVES, 2014).

Ainda na referida reportagem é destacado que os primeiros loteamentos na região aprovados pela Prefeitura datam da década de 1950, mas, apenas em meados dos anos 1980, quando famílias que ocupavam uma área próxima à adutora do Rio Marinho e, também, famílias desprovidas de residência fixa em outros bairros do município de Vila Velha “descobriram” um terreno desocupado na época denominado de loteamento Brunella Um¹³ e o então Governador do Estado, Max de Freitas Mauro (1987-1990), devido a várias reivindicações de movimentos por moradias no Município, desapropriou o local, que era uma área de restinga, dando início a construção de casas populares. O relato da moradora Iracema (2016), bairro Terra Vermelha, ilustra bastante essa realidade:

Dez de março de 1991 foi quando me mudei para Terra Vermelha. Antes eu morava em Santa Mônica, Vila Velha. Foi quando o governador Max Mauro desapropriou em 1989 aquela área e fez o conjunto Terra Vermelha. Era para ser uma casa com cinco cômodos, mas nos foi entregue apenas um quarto e cozinha com um banheiro. A região não tinha rede de esgoto, com pouca iluminação nas ruas, sem asfalto e muita lama. Para pegar ônibus tinha que andar mais de 200 metros e só tinha um ônibus pela manhã e outro à tarde. (IRACEMA, 2016).

No ano de 1989, as primeiras residências foram entregues às famílias sem instalação de rede de água potável, de esgoto, com ruas sem pavimentação e calçadas e rede de iluminação pública completamente precária. À luz da história de vida da moradora Josmarly Rodrigues (2016), moradora do bairro João Goulart, que veio para a região no ano de 1995, seis anos após as primeiras construções residenciais na região, a situação precária de políticas públicas urbano-ambientais já se destacava:

¹³ Terra Vermelha – Sua Origem. Disponível em: <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/terra-vermelha-sua-origem.html>. Acesso em: 02/09/2016 às 16:00

Meu nome é Josmarly Rodrigues, quando cheguei na hoje chamada Grande Terra Vermelha, por volta de 1995, não havia nada em se falando de infraestrutura urbana. Não tinha água, por exemplo, o local onde eu e os pouquíssimos moradores tinham para buscar água, ficava aproximadamente 40 minutos de caminhada. Imagine isso com latas de águas cheia. Misericórdia! As ruas eram poucas, os caminhos foram sendo abertos conforme a necessidade, esse é o motivo dos bairros não serem planejados. (JOSMARLY RODRIGUES, 2016).

Ainda sobre esse momento inicial de ocupação da região, contamos com o relato do senhor Abio dos Santos (2016), morador de Barramares:

Sou morador do bairro a vinte e três anos (sic), acompanhei o crescimento do mesmo, a população cresceu de maneira assustadora e com isso cresceu o desmatamento, asorramento (sic), pois como sabemos o bairro Terra Vermelha, era uma fazenda que por o seu proprietário não pagar os impostos devidos foi invadida e lotiada (sic) por Izidório, líder comunitário daqui, junto com outras pessoas (sic) que não sei informar o nome. (...) A infraestrutura dos bairros são precárias alguns não tem esgoto tratado, asfalto.

Neste relato, percebe-se que uma terceira pessoa, “Zidório”, juntamente com outras, assumem o papel “legal” do Estado, na condição de lotear o espaço desapropriado pelo poder público e depois redistribuí-los de acordo com critérios estabelecidos pelo mesmo. Esses espaços foram às invasões clandestinas que deram origem a outros bairros. Cabe ressaltar que com o aparecimento de uma terceira pessoa na região, para decidir, ordenar, os espaços públicos, um micropoder paralelo ao poder do Estado surge como um fenômeno de dominação, maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, porque o poder não é exclusivo de uma ou outra pessoa.

Em seus estudos, Foucault (1977) aponta que o poder é uma relação de forças que se encontram presentes, em constante movimento, em todos os espaços sociais, sejam eles públicos ou privados, gerando tensões que se expressam em toda relação. O poder circula, passa pelos indivíduos funcionando como uma rede de dispositivos ou mecanismos que nada ou ninguém escapa. Nesse pensar, como a região da Grande Terra Vermelha além de ser muito extensa e de difícil acesso, a segurança pública era quase

inexistente na época, oportunizando a formação de um poder local se fazer presente visto a ausência do Estado. Esse poder local se fez tanto por especuladores imobiliários quanto por falsos donos de terrenos, que se utilizavam de uma fragilidade preconceituosa local para decidir o destino do bairro, no sentido quem ganharia ou quem pagaria pelo terreno. A moradora do bairro Barramares, senhora Eunice Maria (2016), confirma em seu relato essa história,

Eu, Eunice Maria Pereira, morava em Itapoã Vila Velha até o ano de 1995, quando conheci “Lucinha”, no meu local de trabalho, fiquei muito amiga dela. Lucinha era filha de Sr. “Pimenta”, presidente do bairro na época, que me convidou para morar em sua casa no bairro de Barramares. Como morava de aluguel, aceitei. Em 1996, me mudei para a casa de Lucinha. Como seu Pimenta gostou de mim, ele me presenteou com um lote cercado, porque ele me disse que ele teria certeza se eu ganhasse o lote jamais o venderia ou desfizesse dele. Ele tinha certeza que eu iria morar no bairro por toda a minha vida. Então, como ele era o presidente do bairro, ele tinha as escrituras dos lotes e de quem ele gostava ele dava se não gostava ele vendia.

Em outro momento, em seus relatos, Iracema, moradora de Terra Vermelha, nos conta sobre as invasões que caracterizaram o poder local na região:

Há 25 anos atrás (sic) surgiu uma invasão na região, comandada pelo Sr. Isidório, líder do movimento, nos bairros Normília (1992), Ilha de Jussara (1992) hoje é Ulisses Guimarães, João Goulart (1993), Morada da Barra e Barramares, ambos em 1994, que acabou sendo preso mais tarde por cobrar pelos terrenos que não era dele.(IRACEMA, 2016)

Diante dos relatos dos moradores Abio, Eunice e Iracema, percebe-se o poder local transcendendo, circulando entre os líderes que se automeavam de comunitários, representantes daquela população, por conta da ausência da figura do Estado, de instância Municipal. Outro fator que chama atenção da essência do micropoder se autoempoderado por esses representantes comunitários e “donos” das terras é de manter a ordem e a segurança local segundo a moradora Rita do bairro Morada da Barra:

Muitos morreram aqui por conta de lutas para se ter um terreno, uma moradia. Era muita gente disputando a terra, se não tivesse nossos representantes Sr. Isidorio e Sr. Pimenta, mais mortes aconteceriam, principalmente quando o povo da Bahia chegou (RITA, 2016).

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiro Foucault (1979, p.12). Diante desse fato, percebe-se no depoimento da moradora Rita, se não fosse pelos representantes locais, esse “micropoder” local, a desordem seria um caos maior, já que o poder público não exerce seu papel com efetividade. Por conta da briga pela terra, a região ficou caracterizada como perigosa, violenta conforme relatos de moradores da própria região.

Essas características predominantes da Região A, conforme relatos de moradores da própria região como o da moradora e fundadora do bairro Barramares há 21 anos, D. Maria (2016) relata que os próprios moradores da Região 5 e que moram na Região B, não aceitam que os moradores da Região A sejam reconhecidos como Região da Grande Jucu e sim Grande Terra Vermelha e os ônibus que são designados aos bairros da Região A, não podem passar dentro dos bairros da orla, apenas na Rodovia do Sol.

Quando queremos ir à praia, saltamos no asfalto e andamos até chegar à praia. Só podemos frequentar a Praia dos Recifes, as outras, Barra do Jucu, Ponta da Fruta de jeito nenhum porque corremos o risco de sermos linchados. O pior é quando procuramos emprego, nem nos bairros próximos ao Centro de Vila Velha não podemos falar que moramos na Grande Terra Vermelha, porque se falarmos não conseguimos nem ir à entrevista. É muito difícil ser moradora de uma região tão mal vista pela população. O poder público nos abandonou e o que sai nas televisões e nos jornais sobre a região é apenas roubo, assassinato, nada de bom. Mas mesmo assim, é muito bom morar aqui. (MARIA, 2016)

Ainda sobre essa segregação socioespacial e socioeconômico, a moradora Bruna (2016), moradora de Morada da Barra, nos relatou:

Eu era moradora de Santa Rita e desde quando vim morar em Barramares, há 16 anos, não consigo mais arrumar emprego dando o endereço daqui. Tenho que levar o comprovante de

residência de minha irmã que mora em Itaparica, para conseguir emprego. Olha que é faxina heim, nem é emprego fixo, com carteira. (BRUNA, 2016).

Pode-se perceber nesses dois relatos como a cidade constitui um espaço de convivência e interpretação particular e como os sujeitos se percebem e são percebidos devido a suas conveniências, suas moradias e seus locais de habitação. E que a partir desses relatos à luz dessa significância, a história da Região da Grande Terra Vermelha é marcada por negatividades ao longo do seu processo de constituição legal.

4.1.3 Contextualização dos bairros Barramares, João Goulart e Morada da Barra

Como explicado em tópicos acima, a justificativa da escolha dos bairros, a formação dos mesmos são bastante complexas e distintas. O bairro Barramares foi o último bairro a ser constituído, há 21 anos. Seu processo de ocupação foi feito completamente desordenado por conta das invasões clandestinas, como as testemunhas revelam. O bairro era conhecido como Loteamento Estrela, como nos relatou D. Maria (2016), moradora do bairro desde sua constituição. D. Maria (2016) foi líder comunitária, e quando chegou para morar no Loteamento Estrela nos informou que era tudo capoeira¹⁴, com muito areal e só existia a Rua Carlos Gomes, com sessenta moradores. Ela com os demais moradores se juntaram constituíram um estatuto do bairro e foram à Prefeitura com o objetivo de aprovação do estatuto e criação do bairro, que mudou de nome para Barramares. Na época, segundo essa moradora, o prefeito era Vasco Alves, que assinou um decreto de desapropriação da área para que os moradores não fossem despejados pela imobiliária, criando, então, o bairro Barramares.

O bairro João Goulart, conforme relato da moradora Martha (2016), era denominado de Loteamento das Castanheiras e foi ocupado entre os anos de 1990-1992. Teve no início, um processo de assentamento de movimentos

¹⁴ Denominação de mato baixo.

sociais em sua totalidade, mesmo assim houve ocupações em áreas públicas e privadas desordenadas, com compras e vendas de lotes e casas. A área do bairro pertencia tanto ao município quanto a pessoas particulares.

D. Penha (2016), relatou que Morada da Barra é um bairro que tem sua origem em uma fazenda que foi vendida uma parte a Prefeitura de Vila Velha que teve loteamentos privados vendidos a pessoas de outros estados e também da região metropolitana. Mesmo assim não escapou dos assentamentos irregulares e desordenados, mas em menor proporção em relação aos outros dois bairros deste estudo.

Dentre os bairros estudados e visitados, o único que não possui áreas livres para construção de novas habitações é João Goulart. Ainda a respeito desse bairro, suas ruas são todas pavimentadas, as casas não tem mais fossas, a rede de esgoto residencial está ligada a rede pública, mas isso é recente, conforme nos relata a moradora Marta (2016) ao responder a pesquisa.

O bairro Barramares é o maior geograficamente e também o mais populoso e com áreas ainda desocupadas. Com as pesquisas realizadas nos bairros, foi observada que a situação do bairro Barramares é a mais precária, suas ruas não são pavimentadas, não há calçamento, esgoto a céu aberto estão por todas as ruas, os valões circundam o bairro, as casas têm fossas, quando chove não se transita pelos bairros e o esgoto invade as casas dos moradores. A situação do bairro é bastante crítica e delicada.

Em Morada da Barra, a realidade das ruas e das casas não é diferente do bairro Barramares, mas a situação é menos precária. Apesar da falta do saneamento básico, o bairro tem linhas de ônibus e a rua principal é asfaltada, dando acesso às ruas transversais. As fotos a seguir ilustram a precariedade dos bairros.

As primeiras imagens, Fotos 11, 12, é do quintal da casa da moradora de Barramares, Eunice (2016), quando chove, o esgoto vai da rua vai

todo para dentro de seu quintal, para sair ou entrar em casa a moradora coloca pedaços de tábuas do portão a porta de entrada da sala. A Foto 13 é da rua de Morada da Barra. Pela imagem, é perceptível visualizar os problemas urbano-ambientais que há anos vêm se arrastando pelo poder público e a população. A cada chuva, mesmo que seja fraca, as ruas e casas são alagadas por conta da falta de infraestrutura urbana. As fotos foram retiradas dois dias após uma chuva moderada ocorrida na região, em 13 de dezembro de 2016. A Foto 14 é do bairro João Goulart. A rua é pavimentada e há o calçamento nas casas. A situação é completamente diferenciada dos outros dois bairros, Morada da Barra e Barramares, em relação aos alagamentos, saneamento básico, rede de esgoto, entre outro.

Foto 11 - Quintal da casa da moradora Eunice



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 13/12/2016)

Foto 12 - Quintal da moradora Eunice – porta de entrada da casa



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 13/12/2016)

Foto 13– Rua Rio de Janeiro – bairro Morada da Barra



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 13/12/2016)

Foto 14– Rua bairro João Goulart



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 13/12/2016)

Esses problemas constantes na Região 5, principalmente nos bairros Morada da Barra e Barramares ocorrem, porque são bairros de ocupações irregulares em áreas de proteção ambiental e essas áreas se caracterizam como:

[...] zona de risco ambiental, por consequência da precariedade dos serviços e da infraestrutura urbana, o que coloca seus moradores expostos, constantemente, a condições de vida em ambiente altamente insalubre (inexistência de rede de esgoto na maior parte da área, lençol freático contaminado, entre outros) e a risco constante de desabamento, pois as construções, assentadas em terrenos arenosos, não possuem

estrutura que permita sua fixação ao solo. (MATTOS, 2013, p.135, *online*).

Diante do exposto, os moradores desses bairros, cansados de protocolar pedidos na Prefeitura Municipal de Vila Velha e procurar pela Associação de Moradores, buscam pela mídia televisiva como voz para divulgar suas necessidades e pedir ‘socorro’ ao Estado em relação às políticas públicas urbano-ambientais. O item a seguir trabalha o assunto em questão.

4.2 O papel da mídia televisiva na intermediação sociedade civil e o poder público

Com as sociedades cada vez mais complexas, inúmeras modificações ocorreram no campo da comunicação, principalmente, na comunicação social, coletiva ou em massa, como aponta Jambeiro (2003). Este novo tipo de comunicação somou-se à comunicação interpessoal existente e passou a ser fator privilegiado no processo de tornar públicas as coisas políticas, sociais, econômicas e culturais nas sociedades contemporâneas (JAMBEIRO, 2003). Nesse sentido, através da mídia quando se torna público um problema urbano-ambiental local, significa denunciá-lo por meio de um ou mais instrumentos de comunicação de massa: jornal, revistas, rádio, televisão. No caso específico desse estudo, o meio de comunicação de massa é o jornal televisivo, programa ‘Qual é a Bronca?’, que vai ao ar na Tribuna Notícia 1ª Edição, da Rede Tribuna de Televisão. Ele fará, assim, o intermédio de comunicação para que a informação ultrapasse os “muros” locais e se desvele um problema vem sendo ignorado pelo poder público municipal e que os moradores no presente estudo dos bairros Barramares, João Goulart e Morada do Sol convivem a cada dia: a falta de rede de esgoto, de saneamento básico, de água potável, de iluminação pública, de calçamento e de pavimentação. Outros problemas urbanos sociais locais, no estudo de caso presente não serão estudados, mas apenas para ilustrar: drogas, insegurança, falta de escolas, creches, posto médico, entre outros.

4.2.1 Tribuna Notícia Primeira Edição: Quadro ‘Qual é a Bronca?’

O Tribuna Notícias Primeira Edição, TN 1ª edição, vai ao ar ao meio-dia com aproximadamente uma hora de duração, de segunda a sábado. Ele tem como foco a prestação de serviços, seja relacionado ao anúncio de empregos, à saúde ou aos direitos do consumidor. A editora do Telejornalismo da Emissora, Janine Jordaim (2016), afirma que mostrar o fato é um traço, dar voz ao participante, é a marca do jornalismo da Tribuna e isso não pode ser deixado de lado. Dessa forma, o TN 1ª edição se estrutura da seguinte forma: são quatro blocos, sendo o primeiro composto por matérias relacionadas à polícia; depois entram os editoriais de cidade, saúde e emprego; em seguida, são entretenimentos e/ou um quadro fixo. E o quadro ‘Qual é a Bronca?’ entra no bloco editoriais da cidade, com matérias dos bairros

O quadro ‘Qual é a bronca?’ Vai ao ar de segunda a sábado com o objetivo de dar voz às comunidades. Esse quadro, segundo Jordaim (2016) é o principal espaço dedicado à participação dos telespectadores. As demandas chegam pelo telefone fixo e pelo celular, pelo *whatsapp*, por onde os moradores enviam uma foto do local, e, também, pelo *facebook*. O jornalista Filipe Chicarino (2016) é o responsável pela cobertura das matérias. A dinâmica do quadro é a seguinte: o morador envia a foto, ou telefona depois ele é procurado pela produção para apuração dos fatos – histórico do problema, se é recorrente, entre outros. Com a informação apurada, marca-se o dia para fazer a matéria e o morador é o responsável por contatar e trazer outras pessoas para participar da matéria.

Chicarino (2016) relatou que as prefeituras não disponibilizam pessoas para falar ao vivo no dia da matéria ir ao ar. As prefeituras só se manifestam por meio de sua assessoria de imprensa. Na visão do jornalista, o quadro é bem visto pela população, porque é a oportunidade que eles têm de serem vistos/ouvidos, visto que, raramente, o poder público vai às associações de bairros ou visita a comunidade, salvo época eleitoral. Chicarino (2016)

salienta, também, que o “quadro acaba sendo a última esperança dos moradores, nem que seja provisória”.

O programa ‘Qual é a Bronca?’ durante dez anos ficou no ar, de 2005-2015, com a proposta de atender a demanda da comunidade em relação a problemas de infraestrutura que são de responsabilidade do poder público. Em janeiro de 2016, o programa saiu do ar e o ‘Partiu Bairro’ entrou na programação da Emissora Tribuna de Televisão, no Tribuna Notícia Primeira Edição. De acordo com Chicarino (2016), a essência continua a mesma, mas, agora, o quadro é bem mais humorado e irônico e, o objetivo desse novo formato é incomodar mais o poder público. Antes o quadro ‘Qual é a Bronca?’ apesar de ter sido televisionado de segunda a sexta, não tinha dia certo para ser transmitido, porque se tivesse alguma reportagem que demandasse mais urgência, não se passava o ‘Qual é a Bronca?’. O “Partiu Bairro” já passa em dias fixos, segundas, quartas e sextas feiras no Tribuna Notícias Primeira Edição, mesmo que haja alguma reportagem de urgência, o quadro não fica sem passar (CHICARINO, 2016).

4.2.1.1 Análise das vídeo-reportagens

Ao analisar as oitenta e três vídeo-reportagens, do programa ‘Qual é a Bronca?’, referente à Região Metropolitana da Grande Vitória, do ano de 2015, percebeu-se que nos municípios de Vila Velha e Cariacica os problemas se destacaram em relação a questões urbano-ambientais. Como em questões de logística – trabalho, estudo - Cariacica ficava na contramão para a autora, foi escolhido o município de Vila Velha para o desenvolvimento da pesquisa. Ao decidir pelo município de recorte, novamente as vídeo-reportagens foram analisadas para decidir quais eram os bairros que traziam o maior índice de problemas urbano-ambientais, se esses problemas se aproximavam ou não para a viabilidade do estudo..

Percebeu-se, então, que todas as catorzes vídeo-reportagens do município de Vila Velha traziam problemas de questões urbano-ambientais. Então, foram analisados quais bairros estariam na mesma região para realizar

o estudo. Partindo deste foco, a região da Grande Terra Vermelha foi o destaque. Na região da Grande Terra Vermelha, as matérias televisionadas foram nos bairros Ponta da Fruta, Barramares e Morada da Barra. Barramares foi o destaque com quatro matérias seguido de Ponta da Fruta com duas matérias e Morada da Barra com uma matéria. Por questão de aproximação de limites de bairros por rua, Barramares e Morada da Barra foram os escolhidos para ser realizado a análise das vídeo-reportagens e o estudo de campo. Também foi selecionado para estudo, o bairro João Goulart, que apesar de não ter tido nenhuma reportagem no ano de 2015, foi escolhido por fazer limite de ruas entre os outros dois bairros escolhidos.

Dessa forma, quatro vídeo-reportagens foram analisadas, sendo três em Barramares e uma em Morada da Barra. Para melhor esclarecimento e clareza sobre os bairros, foi feito um breve histórico sobre os mesmos no item 4.1.3 e no próximo item é trazido o resultado das pesquisas realizadas no bairro.

A vídeo-reportagem do dia 02/05/2015 foi no bairro Barramares na Avenida Daniela Perez. O problema da avenida reclamado pelos moradores foi que não há saneamento básico. As casas não têm rede de esgoto, conforme constatado em visita ao local, mas fossas. Lama, buracos e esgoto a céu aberto na avenida estão por toda parte. Quando chove, a Avenida fica alagada, mesmo tendo pavimentação, porque não tem para onde a água escoar, conseqüente mistura água da chuva com o esgoto. Quando o dia está ensolarado, o mau cheiro toma conta do lugar. Ao irmos à Avenida Daniela Perez, constatou-se que, em alguns trechos, a via não é pavimentada e a circulação de animais soltos pela avenida é constante.

Foto 15 - Avenida Daniela Perez



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 12/11/2016)

No dia 11 de junho de 2015 a vídeo-reportagem, também foi no bairro Barramares, nas avenidas São Paulo e São Pedro. Os problemas, observados tanto na análise da vídeo-reportagem quanto após ida ao local, novamente, estão em torno da falta de saneamento básico, ruas sem pavimentação, lama, mato pelas avenidas, ônibus deixou de circular pelas duas avenidas há mais de três anos por conta da lama e buracos nas avenidas causados pelas chuvas. As casas não têm rede de esgoto e há esgoto escoando pelas avenidas.

Foto 16 – Avenida São Pedro



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 12/11/2016)

Foto 17– Avenida São Paulo



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 12/11/2016)

Em Morada da Barra, a vídeo-reportagem foi do dia 03/07/2015 na Rua Rio de Janeiro. Em observação da área, também foi constatada que a rua sem pavimentação, casas sem rede de esgoto, lixo na rua, rua com lama por conta tanto da chuva quanto do esgoto. Novamente, a linha de ônibus não circula por conta das constantes lamas nas visa públicas por conta da falta de rede de esgoto domiciliar adequada.

Foto 18 - Rua Rio de Janeiro – bairro Morada da Barra



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 12/11/2016)

A última vídeo-reportagem selecionada para esse estudo foi ao ar no dia 06/11/2015 no bairro Barramares, na Rua Longitude, Loteamento Mangal. Os problemas observados não diferem das demais reportagens: problema de saneamento básico, casas sem rede de esgoto, lama e esgoto na rua, além do matagal e, também iluminação pública é precária.

Foto 19 - Rua Longitude – Bairro Barramares



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 12/11/2016)

4.3 Mídia, Política e Cidadania

Com o desenvolvimento dos meios de comunicações ao longo do século XX, o ambiente político vem sofrendo modificações devido à relação dos cidadãos com o universo das questões públicas, principalmente quando a televisão se tornou ativa na vida das pessoas, como fonte de informações, de entretenimento. Com a popularização da televisão, rompeu-se a segmentação de públicos da mídia impressa, como visto no Item 3.2. Cada vez mais nas sociedades contemporâneas, a mídia é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associados aos diversos grupos e interesses presentes nas sociedades.

Rubim (2000) destaca que com a evolução dos meios de comunicação de massa, uma nova visibilidade nas decisões políticas, que antes eram privativas a algumas esferas do poder, está sendo tomada no processo da democracia. Se Dahal (2001) concebe a democracia como um instrumento da liberdade, a mídia televisiva representa esse instrumento de liberdade do cidadão ao representá-lo como voz junto ao Estado. A mídia traz uma esperança de participação do cidadão no poder público municipal e também no poder local – associação de moradores – para mostrar problemas cotidianos, na ordem de políticas públicas urbano-ambientais. O morador Sindoval (2017) do bairro Barramares, reafirma o papel importante para as comunidades não reconhecidas pelo poder estatal:

A mídia é muito importante para nós. Eu já liguei várias vezes denunciando e pedindo que o jornal vinhesse (sic) para mostrar o descaso da prefeitura com o bairro Barramares. Não temos esgoto e o mato é por toda a parte. As manilhas são abandonadas, viram lixo e o serviço não é feito, são mais de dez protocolos que tenho na Prefeitura e várias vezes busquei a associação de moradores. (SINDOVAL, 2017)

A Foto 20 ilustra bem, essa realidade trazida pelo morador Sindoval.

Foto 20 - Manilhas jogadas em terrenos baldios, coberta por matos e esgoto das casas sendo jorrado na rua.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 04/02/2017)

Por meio da mídia televisiva, o jornalista traz em seu discurso a materialização da fala de um campo social que os sujeitos se reconhecem conforme as características de um contexto econômico-cultural e de um campo social específico, onde o discurso jornalístico é reconhecido como o discurso da verdade no sentido dado por Foucault (1999), nele as imagens trazidas no discurso junto à fala do cidadão ratificam essa verdade. O reconhecimento do sujeito/cidadão por meio da imagem que a mídia televisiva publica, o autoriza a uma formação imaginária de ser incluído no planejamento da prefeitura para as obras de políticas públicas que faltam em sua região. Nesse sentido:

As imagens dos sujeitos e seus lugares resultam de projeções: “Quem sou eu para lhe falar assim? Quem é ele para que me fale assim?”. As formações imaginárias permitem ao sujeito passar da situação empírica para a posição discursiva (...) produzem a posição discursiva, contribuindo decisivamente para a constituição das condições de produção e para o processo de significação. (ORLANDI, 2002, p. 66)

Dessa forma, a construção do discurso jornalístico junto à imagem é formada em um campo onde várias são as influências e interesses em jogo que determinam sentidos que recaem sobre as relações de poder. Seja poder local, seja poder municipal. Como a imagem tem a particularidade de poder produzir o efeito do real, ela faz com que as pessoas creem no que estão vendo, podendo gerar efeitos sociais de mobilização. Bourdieu (1997, p.25) destaca

que: “a televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade e o caráter dramático, trágico”. Será que é tão exagerado assim, quando o programa telejornalístico ‘Qual é a Bronca’ divulga por meio de imagens, problemas locais por ausência do poder público municipal na ordem de políticas públicas urbano ambientais?

No discurso do senhor Fábio (2017), morador do bairro de Morada da Barra, a televisão não exagera em seu discurso, pois seu bairro não tem esgoto sanitário:

Os governantes dizem que não fazem nada aqui, porque não temos ninguém por nós na prefeitura. Mas agora elegemos um vereador, e ele não nos atende. O jeito é continuar chamando o jornal, para mostrar nossos problemas, tenho 38 anos que moro aqui e não tenho até hoje rede de esgoto. (FABIO, 2017)

Diante dessa problemática, o cidadão pede ‘ajuda’ à mídia televisiva para sensibilizar o poder público municipal. Ele espera com isso, uma atitude, uma resposta dos governantes. Porque na sociedade midiaticizada na qual vivemos, os meios de comunicação se manifestam como espaço importante na relação social para o exercício da cidadania. E esse exercício da cidadania por intermediação da mídia televisiva entre cidadãos e poder público exercido na política é exemplificado como estudo de caso no item 4.4.

Em suma, as ferramentas de comunicação além de dar voz aos que buscam afirmar seu lugar na sociedade, ofertam novas formas de relacionamento com o mundo e com os seus semelhantes. Pimenta (1999) afirma que pela comunicação as pessoas compartilham experiências, ideias e sentimentos. Os discursos midiáticos têm o poder de interferir na construção do imaginário coletivo, como o caso do programa televisivo, de estudo desta Dissertação, ‘Qual é a Bronca’, onde a minoria pode se mostrar à sociedade e se fazer ouvir, poder apresentar suas necessidades, suas insatisfações, seus desejos de transformações. Como a moradora do bairro Barramares, D. Maria (2016) que em entrevista relata seus questionamentos:

Porque Barramares não tem infraestrutura? É esquecida pelo poder público? Você pode andar pelo bairro e pela região e vai perceber que tanto Barramares quanto Morada da Barra são os piores bairros. Não adianta aquela placa ali - aponta para a placa de conclusão de obra – é mentira. (MARIA, 2016).

Em sequência ao depoimento da moradora D. Maria (2016), segue quatro Fotos 21, 22, 23, que ratifica seu depoimento e vão de encontro ao serviço concluído da Prefeitura Municipal de Vila Velha, no ano de 2015. Ao observar a Foto 21 há o destaque da obra concluída de drenagem e pavimentação, as Fotos 23 e 24 é da Rua Getúlio Vargas que recebeu os serviços. As fotos foram tiradas em fevereiro de 2017 e, a obra foi concluída em dezembro de 2015. Não foi tirado a foto da Avenida Presidente Vargas por motivo de segurança.

Foto 21 Placa de conclusão da obra bairro Barramares – pela Prefeitura Municipal de Vila Velha



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 04/02/2017)

Foto 22 – Rua Getúlio Vargas que recebeu a conclusão da obra



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 04/02/2017)

Foto 23 - Vista total da Rua Getúlio Vargas



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto tirada em 04/02/2017)

Ao analisar as fotos, é nítida a discrepância das informações entre a Foto 21 e as Fotos 22 e 23, aquela trazendo a prestação de conta de obra concluída e estas destacando a falta e/ou nenhuma obra realizada de drenagem e de pavimentação na rua indicada no *outdoor* de prestação de conta da Prefeitura Municipal de Vila Velha, em dezembro de 2015.

4.4 Moradores e Participantes do Quadro: uma visão do urbano-ambiental

O trabalho de campo foi dividido em duas etapas para a aplicação do questionário. Na primeira etapa, quinze questionários foram aplicados (APÊNDICE A) aleatoriamente, nas ruas dos bairros selecionados, com

moradores que não participaram das vídeo-reportagens e, esses moradores não residiam nas ruas das matérias televisionadas. O objetivo era de averiguar se esses moradores tinham a mesma percepção dos moradores que participaram das vídeo-reportagens em relação aos problemas urbano-ambientais e, também se “sofriam” dos mesmos problemas. Sendo assim, foram divididas cinco entrevistas para cada bairro com perguntas abertas e fechadas. Os questionários foram aplicados entre os meses de novembro de 2016 a janeiro de 2017. Nesses três meses de pesquisa, só havia chovido dois dias, 13 e 14 de dezembro de 2016, uma chuva fraca, que não traria nenhum transtorno para a realização do trabalho. Na segunda etapa, quatro pesquisas foram realizadas, nos meses de fevereiro e março de 2017, não houve chuva nessa etapa da pesquisa, com moradores que participaram das vídeo-reportagens, assim distribuídas: duas em Barramares, uma em Morada da Barra e uma em João Goulart, com o intuito de saber por que esses moradores buscaram a mídia televisiva para divulgar problemas urbano-ambientais e também para ratificar ou não as quinze primeiras entrevistas. Totalizando assim dezenove questionários realizados. Não houve mudança na pergunta dos questionários aplicados tanto na primeira quanto na segunda etapa. O que diferencia os dois momentos, são os relatos escritos pelos moradores. Vale ressaltar que o bairro João Goulart, não teve no ano de 2015 matérias televisionadas, como já explicado anteriormente, mas como foi escolhido para o estudo, foi utilizada a mesma instrumentação em todos os bairros pesquisados.

Em Barramares, os cinco primeiros questionários foram respondidos por: um homem e quatro mulheres, e os dois últimos respondidos foram por dois homens. A maioria que respondeu no bairro tem o ensino fundamental incompleto; dois moradores são do Espírito Santo e cinco são da Bahia. Em Morada da Barra, o questionário respondido na primeira etapa foi assim dividido: três mulheres e dois homens divisão e no retorno ao bairro foi respondido por um homem. Em relação à escolaridade, a situação não é diferente de Barramares, a maioria tem ensino fundamental incompleto.

Apenas 01 morador veio da Bahia, os demais são da própria Região, ganharam seus lotes dos donos das fazendas.

Em João Goulart, a situação é diferente quanto à relação de gênero: a maioria dos questionários foi respondida por homens, distribuídos da seguinte forma: três homens e duas mulheres e no retorno mais um homem respondeu a entrevista. Dos seis entrevistados, dois são da Bahia e os demais do Espírito Santo, tanto do interior quanto do próprio município de Vila Velha.

Nos bairros Barramares e Morada da Barra, na pergunta: qual o maior problema do bairro? a resposta foi unânime: falta de saneamento básico, rede de esgoto, ruas calçadas. No bairro João Goulart, o maior problema é o tráfico de drogas e a violência. Na pergunta: você viu melhoria no bairro nos últimos quatro anos? apenas os moradores de João Goulart foram contemplados com melhorias de infraestruturas e saneamento básico. É nesse mesmo bairro que os moradores não precisaram entrar em contato com o quadro do programa televisivo 'Qual é a Bronca?', no ano de 2015, para se aproximarem do poder municipal. Já nos bairros Barramares e Morada da Barra, os moradores têm o costume em acionarem a imprensa para tentar serem ouvidos pelo poder público e mesmo assim, a presença de representantes do poder público municipal na região é muito rara.

Na pergunta sobre a mídia, todos os moradores que responderam a pesquisa disseram que já procuraram a mídia para tentar resolver os problemas de infraestrutura, principalmente ao que diz respeito sobre questões urbano-ambientais.

Na pergunta fechada: o que é saneamento básico para você? A resposta foi unânime, nos três bairros: coleta de esgoto, tratamento de água, limpeza pública, coleta de lixo, limpeza de bueiro, despoluição de rios e drenagem urbana. Após visita nos bairros, durante quatro meses, percebeu-se que apenas no bairro João Goulart não existe valão e esgoto a céu aberto, nos demais, principalmente em Barramares, além dos valões a céu aberto que circunda o bairro, valetas são abertas nas ruas pelos moradores para o

escoamento tanto do esgoto de suas casas quanto da água da chuva. Em Morada da Barra a situação do valão é parecida com a de Barramares.

Na pergunta: você sabe o destino da coleta de esgoto do bairro? Apenas os moradores de João Goulart sabem o destino dessa coleta, que é a estação de tratamento que fica no bairro Ulisses Guimarães, na Grande Terra Vermelha. Dos dezenove questionários respondidos, a maioria, 90%, responderam que é de responsabilidade da Prefeitura e da Cesan o serviço de saneamento básico da região.

Dessa forma, é possível perceber que a ocupação desregular e desgovernada do homem pela posse da terra sem planejamento, em conjunto ou não com o poder público local, mostra marcas de um desenvolvimento local ineficaz, precário, com um ambiente que não só as instalações particulares, as moradias, não têm o mínimo de condições urbano-ambientais, mas os bairros, em seus espaços públicos democráticos também não foram contemplados. As similaridades e discrepâncias encontradas nas formações dos bairros e ao longo de seu crescimento são evidentes. Principalmente por se tratarem de invasões, com aval de figuras do poder público.

A participação da mídia na intermediação entre a sociedade civil e o poder público municipal pesquisada neste trabalho foi com o intuito de mostrar que a população precisa de uma voz para representá-la junto ao poder público municipal e que as políticas públicas urbano-ambientais são fundamentais para se viver com dignidade. Neste sentido, a escrita foi desenvolvida por meio de uma história oral com memórias, entrevistas e áudios, com a finalidade de documentar histórias, fatos que não existiam documentados e também para servir de leitura em pesquisas futuras como um registro oficial do processo de povoamento e crescimento dos bairros pesquisados. Porque a história oral além de dar voz ao passado ela resgata, especificamente neste trabalho, experiências de pessoas pertencentes a um grupo social que construíram moradias e fizeram histórias em áreas de ocupações irregulares e que por meio

de uma mídia televisiva, quadro 'Qual é a Bronca?', buscam serem ouvidos, representados junto ao poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para interpretar as questões urbano-ambientais em Estado e Sociedade intermediadas pela mídia na Grande Terra Vermelha, Vila Velha – ES buscou-se, por meio do telejornal local, Tribuna Notícias Primeira Edição, quadro ‘Qual é a Bronca?’ no ano de 2015, reportagens que remetiam ao tema de estudo.

Procedeu-se então à investigação. Foram analisadas oitenta e três vídeo-reportagens e dessas análises, quatro vídeo-reportagens, televisionadas em meses não consecutivos, foram selecionadas para o estudo, a fim de registrar os assuntos recorrentes, com o intuito de compreender qual o papel que a mídia televisiva estabelece no processo de governança Sociedade-Estado, sob a ótica das questões urbano-ambientais.

Antes, foi preciso fazer uma extensa pesquisa nos textos, para o embasamento teórico, a respeito de questões urbano-ambientais, governança, políticas públicas, mídia, política e participação popular para avançarmos, em busca, dos processos de produção da notícia local, sob o olhar do trabalho do quadro, do telejornal popular, ‘Qual é a Bronca?’.

No embasamento teórico, percebeu-se que a comunicação é o suporte básico para qualquer negócio. O seu objetivo, além de veiculação e intercâmbio da informação, é o alicerce da sociedade, da cultura, da identidade individual e de todos os sistemas econômicos. Sem a comunicação, cada pessoa seria um mundo fechado em si. Pela comunicação, as pessoas compartilham experiências, ideias, sentimentos. Ela se faz presente de todas as formas e meios nas relações sociais. E os meios de comunicação trazem novas possibilidades de interação entre os cidadãos. Assim, a comunicação que era exercida apenas em vilarejos e cidades, com o desenvolvimento da tecnologia, ela se dá por diversos meios: telefone, rádio, internet, televisão, possibilitando formas de exercício da cidadania. Nesse contexto, para buscar responder o problema: De que forma, a mídia televisiva serve como recurso de intermediação de questões urbano-ambientais entre o Estado e a sociedade

em relação à execução das políticas públicas? O quadro 'Qual é a bronca?', foi escolhido porque tem como objetivo, mostrar com uma linguagem jornalística popular, problemas do cotidiano dos bairros em relação à falta ou quase nenhuma de infraestrutura que é responsabilidade do poder público e não são resolvidas. Sejam os problemas mais fáceis de resolução como: poda de árvores, coleta de lixo sejam problemas com resoluções mais complicadas, como: falta de saneamento básico, água tratada, pavimentação. Com o embasamento nas teorias, procedemos à análise do discurso jornalístico e a análise do discurso do cidadão que reivindica seus direitos básicos. E, o município escolhido para estudo, foi o de Vila Velha, com recorte nos bairros Barramares, Morada da Barra e João Goulart porque, a autora, além de trabalhar no município, teve facilidade de acesso aos bairros, por meio dos moradores-alunos da Instituição de Ensino onde leciona.

Dessa forma, nosso objetivo foi verificar se o quadro 'Qual é a bronca?' consegue promover mudanças nas ações de política públicas na Região da Grande Terra Vermelha, bairros Barramares, João Goulart e Morada da Barra nas questões urbano-ambientais, quando divulga a matéria no ar. Saber, também, se esse programa exerce um telejornalismo cidadão defendido pelos teóricos estudados nessa dissertação, um telejornalismo que divulga notícias, expõe problemas, cobra soluções do poder público municipal, possibilitando ao telespectador compreender seus reais direitos e deveres. De fato, saber o que está no real discurso quando o cidadão procura a mídia telejornalística para divulgar problemas inerentes do poder público.

Ao alinhar teoria à prática e, verificar com as entrevistas realizadas com os moradores, constatou-se que o telejornal popular exerce três situações: a primeira é quando ele divulga a notícia e possibilita que o telespectador se informe sobre fatos locais de seu bairro, sua região que ainda não conhecia. A segunda situação é tornar o cidadão local visível, com esperança de retorno do poder público. A terceira situação é a pressão que o telejornalismo popular pode exercer ao poder público municipal. Essas três situações ocorrem porque os moradores percebem a televisão como um modo de interagir com os

problemas coletivos. A televisão deixa de ser apenas representação e se torna interação enquanto componente do processo social. Partindo dessa constatação, segue depoimentos dos moradores dos bairros estudados:

Antônio, morador de Barramares há 28 anos: “A presença da mídia aqui dentro é muito importante, porque nós nunca tivemos firmação de nada aqui. Só abandono. A mídia mostra nossos problemas: rua cheia de esgoto e com matos, isso traz um monte de doenças”.

Maria Santana “Penha”, moradora de Morada da Barra há 49 anos: “A mídia interferindo é muito importante. Porque só assim o poder público pode trazer coisa de bom para nós, principalmente a rede de esgoto. Porque nós precisamos de saúde, mas também precisamos da rede de esgoto que faz parte da saúde”.

Eunice, moradora de Barramares há 24 anos: “O poder público só faz o que convém a ele. Quando vai para a mídia, eles fazem alguma “coisinha”, mas é paliativo”.

Marta, moradora de João Goulart há 26 anos: “Um pouco é mais sensacionalismo o que a mídia traz”.

Entende-se que estas experiências e vivências frente à representação do telejornal local, ao noticiar problemas locais, relacionados a políticas públicas urbano-ambientais, contribuem para que a voz do cidadão não seja silenciada pelo poder municipal. E, que por várias vezes e, por diferentes formas, tentamos obter respostas do ator estatal sobre as vídeo-reportagens, mas, não conseguimos retorno do poder municipal. Tal fato vem ratificar as informações que Chicarino (2016) havia nos passado em entrevista: “[...] a Prefeitura só nos responde por meio de sua assessoria de imprensa, nenhum responsável pela pasta governamental nos atende”. Saliendo a fala do jornalista, marcamos dia, hora e local, com representantes do poder municipal e do poder local - por meio da associação de moradores - mas ninguém apareceu para a conversa. Talvez por ter sido um ano de eleições em

2016? Resta-nos a dúvida e uma possibilidade de pesquisa. Porque os gestores municipais não respondem, não aparecem quando se trata de denúncias de um telejornalismo popular?

Baseado nesses questionamentos, a pesquisa desenvolvida, num período determinado, enfocou: um questionário com perguntas e respostas abertas e fechadas aos moradores, com questões relativas ao urbano-ambiental e a participação da mídia na comunidade com matérias referentes aos problemas locais e como o poder municipal dá importância ao bairro, aos moradores e aos problemas; depoimentos, gravados, foram realizados, além de relatos escritos pelos próprios moradores contando suas experiências e expectativas em relação ao tema de estudo quanto à ocupação do lugar. Fotografias, em momentos distintos, foram realizadas com o intuito de deixar os registros dos problemas urbano-ambientais em dois ângulos: em um período de estiagem, sem chuva e, depois, com um período de chuva intensa ou não. Também foi produzido um documentário denominado de Esgotamento para legitimar a discussão do trabalho.

Conclui-se então, que, o resultado da metodologia utilizada, confirma o problema de pesquisa desse estudo, com as próprias falas dos moradores: a mídia televisiva serve como recurso de intermediação entre o Estado e a sociedade. O ‘Qual é a Bronca?’ ao noticiar as matérias com uma linguagem audiovisual popular, se aproxima do receptor com a função de levá-lo a entender e a consumir a mensagem apresentada. Assim, cada vez mais os moradores buscam esse recurso como voz para divulgar problemas de responsabilidade do poder público. Mesmo que a resposta seja lenta do poder público e/ou nula, o morador não deixa de “chamar” o programa para interagir e divulgar os problemas coletivos do bairro.

REFERÊNCIAS

- ABIO. Entrevista concedida a Débora Rosa Stein em Vila Velha, 22/11/2016.
- ACSERALD, H. **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- AGENDA XXI. Plano estratégico de desenvolvimento sustentável. Vila Velha - ES. Revisão: Carlos Henrique Boninsenha e Madalena C. Nepomuceno, 2016.
- ALBERTI, V. **História oral:** a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- ALVES, Henrique. www.seculodiario.com.br/17396/13. 2014. Acesso em 17/11/2016 às 22:00h
- AMARAL, Marcia F. **Jornalismo popular.** São Paulo: Contexto, 2006.
- ASEVILA – Associação dos Empresários de Vila Velha. **Plano de desenvolvimento sustentável de Vila Velha,** 2010.
- ASSAD, Nancy Alberto; PASSADORI, Reinaldo. Media Training: como construir uma comunicação eficaz com a imprensa e a sociedade. São Paulo: Gente, 2009.
- AVRITZER, Leonardo. **O orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte.** Cap. 2, p. 17-46, 2002. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002
- BANCO MUNDIAL. **What is approach in governance?** Disponível em: <<http://go.worldbank.org/mkogr258v0>>. Acesso em 09 fev. 2017.
- BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de comunicação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 2001.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação:** da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 2001.
- BERGER, Peter L e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 2009;
- BEZERRA, Maria do Carmo; MOURA Alexandrina S. **Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil.** 2016, p. 91-110. In: MOURA, Adriana. *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas.*
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Sobre a televisão**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BORGES, André. **Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial**. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18069.dpf. Acesso em 09 de fev. 2017, p. 1-15.

BRESCIANI, Danielle de Oliveira. **Do Elefante Branco à Pérola Capixaba: um estudo da Companhia Siderúrgica de Tubarão quanto às relações de trabalho e à migração sob a ótica do processo de globalização**. Curitiba: CRV, 2011.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **A sociedade em rede**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, de Davi. **Agenda-setting: hipótese ou teoria?** Análise da trajetória no modelo de agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, n. 31, p. x-x, dez., 2014. Acesso em 23/01/2017.

CHICARINO, Filipe. Entrevista concedida a Débora Rosa Stein em Vitória, 15/01/2016.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO SOCIEDADE ANÔNIMA - COMDUSA. Plano de Desenvolvimento Integrado da Microrregião de Vitória. 2 vol, 520 p. Rio de Janeiro, 1976.

COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE. **Our global neighborhood: the report of the commission on global governance**. London: Oxford University Press, 1995.

COHN, Gabriel. **Sociologia da comunicação**. Teoria e ideologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CORREIO DA MANHÃ. **Jornal**. Rio de Janeiro, 1971. Acesso em 17/12/2016.

DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002

DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (Orgs.). **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó, SC: Editora Argos, 2007.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Trad. Beatriz Sidou. Brasília: UNB, 2001.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025**. Vitória, 2006. Disponível em: www.espiritosanto2025.com.br. Acesso em 13 de julho de 2016.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar nº58, de 21 de fevereiro de 1995**. Institui a Região Metropolitana da Grande Vitória e de outras providências. Espírito Santo: Assembleia Legislativa Estadual, 1995.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento. Instituto de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento Jones Santos Neves – IPES. **Região metropolitana da Grande Vitória. Dinâmica urbana da década de 90**. Vitória, 2000.

_____. **Diagnóstico dos equipamentos públicos: aglomerado de Terra Vermelha**, 2014.

EUNICE. Entrevista concedida a Débora Rosa Stein em Vila Velha, 13/12/2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martin Fontes, 1999.

GOODLAND, R. **Sustentabilidade ambiental: comer melhor e matar menos**. Cap. 17, p.271-298, 2002. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002

GONÇALVES, Alcindo. **O conceito de governança**. CONPEDI, Manaus, Anais, 2006, p.1-16. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/alcindo%20goncalves.pdf>. Acesso em 09 fev.2017

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **A questão metropolitana no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GUAZINA, Liziane. **O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares**. Revista Debates: Porto Alegre, v.1, n.1, p.49-64, jul-dez 2007. Acesso em 12/01/2017.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br . Acesso em Julho de 2016.

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES. **Espírito Santo**: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES. 2010.

IRACEMA. Entrevista concedida a Débora Rosa Stein em Vila Velha 22/11/2016.

JORDAIM. Entrevista concedida a Débora Rosa Stein em Vitória, 15/01/2016.

JOSMARLY. Entrevista concedida a Débora Rosa Stein em Vila Velha, 13/12/2016.

KROHLING, Aloísio. **ES século 21. Poder político e sociedade**. Vitória: Rede Gazeta – Ufes – Bandes – Coplan, 1987.

_____. **Movimento popular de Vila Velha organiza comissão pró-constituente**. Revista Instituto Jones Santos Neves. NA 041985. Vitória-ES

LEFEVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti, LEFEVRE, Fernando. **Depoimentos e Discursos: uma proposta de análise em pesquisa social**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, V. A. **Mídia: teoria e política**. São Paulo, Fundação Perseu: Abramo, 2004.

LIRA, Pablo; JUNIOR, Adilson P. de O; MONTEIRO, Latussa L. **Vitória: Transformações na ordem urbana**. Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: Letra Capital, cap. I, II, X, 2014.

MARIA, 'D'. Entrevista concedida a Débora Rosa Stein em Vila Velha, 22/11/2016.

MARICATO, E, **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MARTA. Entrevista concedida a Débora Rosa Stein em Vila Velha, 13/12/2016.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **América Latina e os recentes. O estudo de recepção em comunicação social**. 1991. In: SOUZA, Mauro Wilton. Sujeito, o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MARTINUZZO, José Antônio (org). **Roda VT! A televisão capixaba em panorâmica**. Vitória:DIO, 2006.

_____. **A televisão no Espírito Santo: trajetória histórica e conexões socioeconômicas e política do modelo.** Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM). V1, n2, jul. 2012/dez. 2012. ISSN 22383913

MATTOS, Rossana F. da S. **Segregação sócio-espacial e violência urbana na região metropolitana da Grande Vitória.** Dimensões, vol. 25, 2010, p.249-265, ISSN 1517-2120.

_____. **Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória.** Vitória: Edufes, 2013.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. **The agenda-setting function of mass media.** Public Opinion Quarterly, v. 36, n. 2, p. 176-182, summer 1972.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Cultrix, 9ª ed. 1998.

MINCHIO, João P. Souza. **Percepções e sugestões de uso e ocupação do solo e do tempo nos bairros Praia dos Recifes, Vinte e Três de Maio e Ulisses Guimarães, Vila Velha-ES.** Monografia apresentada ao Departamento de Geografia na conclusão final de curso, para obtenção de grau em Geografia. UFES: Vitória-ES, 2009.

MONTERO, A. & SAMUELS, D. **Decentralization and democracy in Latin American.** Notre dame: University of Notre Dame. Press, 2004. Disponível em www.scielo.br. Acesso em fevereiro de 2017.

MOYSÉS, A.; BERNARDES, Genilda D'Arc; AGUIAR, Maria do Amparo A. **Políticas urbanas no Brasil nos últimos trinta anos.** p. 248-286. In: MOYSÉS, Aristides (coord.). *Cidade segregação urbana e planejamento.* Goiânia:UCG, 2005.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo.** Vitória: Coleção Canaã, Vol. 8, 2008.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** 4ª ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **As formas do silêncio.** *No movimento dos sentidos.* 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Cidade dos sentidos.** Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos.** 2. ed. Campinas: Pontes, 2005

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV. Manual de telejornalismo.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PENHA. Entrevista concedida a Débora Rosa Stein em Vila Velha. 22/11/2016.

PIMENTA, M^a Alzira. **Comunicação Empresarial**. São Paulo: Alínea, 1999.

PIRES, Valdemir. **Participação da Sociedade nos processos orçamentários: a experiência brasileira recente**. Monografia vencedora do V Prêmio de Monografia do Tesouro Nacional (2000) 1º lugar/ Tema: Elaboração e Execução Orçamentária e Financeira. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/premio%20tn/conteudo_catalogos_pr5.html. Acesso em fevereiro de 2017.

PMVV. Prefeitura Municipal de Vila Velha. **Orçamento Participativo de Vila Velha**

2013.<http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Or%C3%A7amento%20Participativo%202014.pdf>. Acesso em 22/11/2016.

REIS, Filho Nestor Goulart. **Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808 – 1945)** p.85-118. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta: a grande transição. A experiência brasileira*. São Paulo: SENAC, 2000.

RUBIM, A. A.C **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker, 2000.

SANTOS, M. H. **Governabilidade, governança e democracia: criação da capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil após constituinte**. Dados: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, V.40, Nº 3. p 335-376. Set/dez, 1997.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. São Paulo: Edusp, 2013.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993..

SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2001.

SARTÓRIO, Fernando D. V. **Uma geopolítica do urbano: Grande Terra Vermelha, região metropolitana da Grande Vitória-ES**. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia na conclusão final de curso, para obtenção de grau em Geografia. UFES: Vitória-ES, 2012.

SIQUEIRA, Maria da Penha S. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória 1950-1980**. Vitória: Edufes, ed. 2^a, 2010

SOUZA, Mauro Wilton. **Sujeito: o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2001.

TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores e a democratização da políticas públicas no Brasil**. cap. 3, p.47-104, 2002. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Sociedade civil e seu papel político: o local e o global como espaços de participação cidadã**. O&S, V6, nº 14, Jan/Abril 99.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TORQUATO, Gaudêncio. **Cultura, poder, comunicação e imagem: fundamentos da nova empresa**. São Paulo: Pioneira, 1991.

VENERANO, Adauto Beato. **Gestão metropolitana no Brasil**. Estudo de caso: Região Metropolitana da Grande Vitória. Dissertação (mestrado), UCAM/RJ, 2007.

VIANA, Evandro. **A governança corporativa no setor público municipal: um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Ribeirão Preto, São Paulo, 2010, 121 p. Acesso em 10/02/2017.

VILA VELHA. Legislação Municipal. Disponível em: www.legislacaoonline.com.br/vilavelha. Acesso em: 15/11/2016.

_____. **Prefeitura Municipal de Vila Velha em dados**. Vila Velha, COOPLAN (PMVV, 1994).

_____. **Orçamento participativo de Vila Velha, 2014**.

_____. **Perfil socioeconômico por bairros, SEMPLA- 2013**.

VIZEU, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005.

_____. CORREIA, João Carlos. **A construção real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência**. In: VIZEU, Alfredo (Org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

WEISS, Joseph S. **O papel da sociedade na efetividade da governança ambiental**. Cap. 13, pp. 329-346, 2016.

WOLF, M. **Teorias das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WRIGHT, C. R. Comunicação de massa. Rio de Janeiro: Ed. Bloch, 1991.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Pesquisa aplicada - Questionário

Este questionário faz parte do trabalho de dissertação de mestrado do curso de Sociologia Política da Universidade de Vila Velha. Intitulado: Qual a Bronca: a função da mídia na mediação do conflito entre políticas públicas e questões urbano-ambientais na região da Grande Terra Vermelha.

Tem como principal objetivo traçar uma reflexão da atuação da mídia televisiva e o papel de sua relação com o Estado e a sociedade, identificando de que forma esta mídia, televisiva, divulga os problemas urbano-ambientais dentro de um ambiente de governança local.

Asseguramos seu anonimato e que a divulgação dos resultados não permitirá sua identificação, tendo em vista que os mesmos serão tratados em conjunto com os demais participantes e refletirão as características do grupo como um todo e não dos indivíduos separadamente. Reitero que os dados obtidos serão utilizados com fins exclusivamente acadêmicos.

Desde já agradecemos sua valiosa colaboração.

Aluna: Débora Rosa Stein

Professor Orientador: Dr. Augusto Cesar Salomão Mozine

Grau de instrução

- Especialização Mestrado Doutorado
 Analfabeto Ensino Fundamental Ensino Médio

Sexo: F M

Idade: _____

Condição Ambiental do bairro onde mora

Qual bairro mora? _____

- ótimo bom ruim muito ruim

1. O que é SANEAMENTO BÁSICO para você? Marque quantos itens desejar.

- Coleta de esgoto Tratamento de água
 Limpeza pública Coleta de lixo
 Limpeza de bueiro Despoluição de rios Drenagem Urbana

Outros _____

Não sabe

2. O escoadouro do banheiro de sua residência é ligado à:

Rede pública de esgotos Fossa séptica/fossa rudimentar,

Direto no rio/direto no córrego/vala/sumidouro, Não coletado

Não sabe

3. Em sua opinião em qual destas áreas de sua cidade (ou seu bairro) está tendo maiores problemas? Coloque 1 para primeiro lugar, 2 para segundo e 3 para terceiro (Somente 3 escolhas).

A) Saúde

B) Segurança

C) Drogas

D) Educação

E) Transporte coletivo

F) Esgoto

G) Trânsito

H) Calçamento e pavimentação

I) Empregos

J) Limpeza pública

K) Abastecimento de água

L) Coleta de lixo

M) Crescimento da população

N) Habitação

O) Iluminação pública

P) Drenagem urbana

Q) Meio ambiente

R) ocupação desordenada

S) lazer

T) Assistência social

U) Nenhuma destas

4. Para o (a) Sr(a) o serviço na área de citada abaixo é muito importante ou pouco importante? Numere de 1 a 4 em grau de importância pra você. Sendo o 1 de maior importância e o 4 de menor importância

A) Saúde

B) Educação

C) Segurança pública

D) Saneamento básico

E) Não sei

5. Existe esgoto a céu aberto e/ou córregos nas proximidades de sua residência, pensando em aproximadamente um quarteirão de distância de sua casa?

Sim Não Não sei

6. Você sabe para onde vai o esgoto coletado da sua cidade?

Rio / esgotos Estação de tratamento Não sei

7. Alguns estudos mostram que investimento em áreas específicas podem influenciar positivamente outras áreas. Pensando nisso, quais dessas áreas o(a) sr(a) diria que podem ser beneficiadas quando são feitos investimentos na área de saneamento básico?

Saúde meio ambiente educação geração de empregos

habitação Segurança Lazer Turismo Não sabe

8. Você diria que os serviços de coleta do esgoto que o seu domicílio recebe são?

Totalmente adequados

parcialmente adequados

inadequados

não sabe / não respondeu.

9. Qual a sua opinião sobre o serviço prestado no tratamento de água de sua cidade?

Totalmente satisfeito

- satisfeito
- parcialmente satisfeito
- insatisfeito
- outros

10. Qual a sua opinião sobre o serviço prestado de limpeza urbana (coleta, transporte, tratamento e destino final do lixo) de sua cidade?

- Totalmente satisfeito
- satisfeito
- parcialmente satisfeito
- insatisfeito
- outros

11. Nos últimos anos o que você diria da drenagem urbana de sua cidade?

- Melhorou muito
- Melhorou pouco
- Não mudou/ permaneceram iguais
- Pioraram muito

12. A coleta de lixo é realizada de forma adequada no seu bairro?

- Sim Não Não sabe

13. Pensando na administração municipal dos últimos 4 anos , o(a) sr(a) diria que os serviços na área de saneamento (coleta de esgoto, coleta de lixo, distribuição de água etc...) do seu bairro:

- Melhoraram muito
- Melhoraram um pouco
- Não mudaram /permaneceram iguais
- Pioraram um pouco
- Pioraram muito

Não sabe /não respondeu.

14. O(a) sr(a) costuma fazer algum tipo de cobrança ou reivindicação para que os serviços de saneamento básico melhorem?

Sim Não

15. Como é a forma de cobrança/reivindicação que é feita pelo Sr(a) ou pela comunidade quando detecta o problema pela primeira vez?

Procura pela Prefeitura

Procura a mídia

Vai a associação de moradores

Como o problema não tem solução, deixa do jeito que está

Outra forma _____

16) Já procurou a televisão para reivindicar alguma questão urbano ambiental para o bairro (saneamento básico, coleta de lixo, pavimentação, iluminação..)

Sim Não

17) Se sim, qual o meio de comunicação que procurou?

18) Porque procurou a mídia para resolver uma questão que é do Estado/Governo?

19. Você sabe, qual desses é o principal responsável pelos serviços da área de SANEAMENTO BÁSICO?

Governo federal

Governo estadual/estado

Governo municipal/ prefeitura

Empresas privadas

Não sabe/não lembra.

Apêndice 2 Termo de autorização de imagem

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador da Cédula de identidade RG nº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av/Rua _____, nº. _____, bairro _____ município de Vila Velha-ES, CEP: _____. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos, documentos e depoimentos, como concessão a ser utilizada na pesquisa que a aluna Débora Rosa Stein do mestrado em Sociologia Política, sob a orientação do professor Dr. Augusto Cesar Salomão Mozine, da Universidade de Vila Velha, que tem como título **Qual a bronca:** a função da mídia na mediação do conflito entre políticas públicas e questões urbano-ambientais na região da grande terra vermelha. O cunho da pesquisa é acadêmica com o objetivo de investigar o papel da mídia na relação entre Estado e sociedade.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

_____, dia ____ de _____ de _____.

(assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato: